



Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**CORPOS-ESCRITA DE MULHERES NEGRAS E A RELAÇÃO COM OS
TERRITÓRIOS QUE HABITAM**

Maria Emanuely Rodrigues Martins

Natal

2022

Maria Emanuelly Rodrigues Martins

**CORPOS-ESCRITA DE MULHERES NEGRAS E A RELAÇÃO COM OS
TERRITÓRIOS QUE HABITAM**

Dissertação elaborada sob orientação da Profa. Dra. Raquel Farias Diniz e coorientação da Profa. Dra. Luana Antunes, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Martins, Maria Emanuely Rodrigues.

Corpos-Escritas de mulheres negras e a relação com os territórios que habitam / Maria Emanuely Rodrigues Martins. - 2022.

148f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Farias Diniz.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luana Antunes Costa.

1. Mulheres Negras. 2. Território. 3. Escrita. 4. Pandemia. 5. Cidadania. I. Diniz, Raquel Farias. II. Costa, Luana Antunes. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9-055.2

Agradecimentos

Gostaria de iniciar agradecendo à minha família, sem elas todo esse processo não teria sido possível, por mesmo na distância terem sido meu lugar de acolhimento, incentivo e apoio, a distância entre Assú e Natal por muitas vezes se estendeu, mas nunca parei de sentir o amor de vocês em tudo que eu fazia e qualquer lugar que ocupava. Em especial a minha mãe Jaciara, minha avó Antônia e minha irmã Ana Cecília, por serem o combustível para ir em busca dos meus sonhos e compreender que nunca estive só.

Agradeço à Raquel, orientadora e amiga, se hoje vislumbro meu caminho na docência é em grande parte porque te encontrei, porque sua existência me inspira. Agradeço a minha coorientadora Luana, por lançar a ampliação das referências de estudos na academia, por mostrar na prática o papel fundamental da interdisciplinaridade, o que evidenciou que fazer psicologia está muito além do que só estudar psicologia.

Agradeço a minhas amigas: Juliana, Luana, Manu, Laís, Bia P, Ana Bia e Elisa. Por desde a graduação se transformarem na minha família aqui em Natal, vocês não têm noção da importância do cuidado de vocês no meu processo. Agradeço a Thati, por se empolgar com todas as minhas ideias, estar sempre disposta a abrir brechas nas construções acadêmicas e por ser lar. Agradeço as minhas amigas que dividiram casa comigo: Isabela, Rose, Nathália e Isadora, por fazer do cotidiano um tempo bom de viver. Estar em Natal se tornou mais leve e feliz por ter vocês comigo.

Agradeço as minhas amigas de Assú: Júlia e Mayara, por compreenderem minhas ausências e se esforçarem para de alguma forma estarem sempre pertinho. Agradeço à Rafa e Alice, amigas que sempre acreditaram em mim e me relembram do quão potente pode ser viver. Agradeço a Bianca, Cabral e Isa Raquel por terem sido encontros tão valiosos na

trajetória da Psicologia e por permanecerem ao meu lado. Agradeço a Karielson, por desde os tempos de IFRN me acolher e acreditar que eu conquistaria o que sonhei.

Agradeço a Elvira, amiga, colo, por respeitar tudo que sou e transbordar tanto afeto que me faz questionar como cabe tanto em uma só pessoa, nosso encontro é precioso. Agradeço a Victor Hugo por ser tão disponível na reta final dessa construção e assim me ensinar que aquilo que é cativado nunca é esquecido. Quero agradecer aos meus companheiros de mestrado: Higor, Daniel e Bebel, foi nessa partilha de angústias, medos, possibilidades e afetos que meu processo ganhou muito mais sentido.

Agradeço a Victor, meu namorado, companheiro e amigo, que bom que nossos caminhos se cruzaram, ser acolhida e amada por você nesse período me deu forças para continuar, é bom demais viver ao seu lado.

Agradeço a Ricarla, minha ex psicóloga (ou talvez minha eterna psicóloga hehe), que hoje é minha amiga, que me permitiu desabar e ser acolhida, que me mostrou a força que há em reconhecer a hora de descansar e a importância de se olhar, você me inspira em tudo que faz.

Agradeço ao grupo do obPALA e do GEPA, por instigarem discussões tão ricas em mim e construírem um lugar bom de habitar dentro da academia. Agradeço a Tati Minchoni, por convocar a me mostrar no texto e ser tão inteira e autêntica em tudo que me proponho.

Agradeço as participantes da pesquisa, nove mulheres que me emocionaram e me inspiraram: Gaby, Idyane, Jeovania, Itamara, Telma, Rosangela, Bárbara, Mara e Helena, construir esse caminho com vocês foi uma das coisas mais bonitas que já vivi na vida, obrigada pela confiança na partilha e pela disponibilidade em fazer da academia um lugar para mulheres negras, o corpo de vocês é poesia em todo lugar.

Por fim, agradeço a todos os docentes e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN pelas contribuições e parcerias nesse processo formativo. E à *CAPES*, pela concessão da bolsa de estudos que proporcionou o desenvolvimento e continuidade dessa pesquisa.

Sumário

Resumo	viii
1 Apresentação	9
2 Caminhos Metodológicos.....	18
2.1 Caminho se conhece andando: Iniciando o Campo	26
2.2 Descrição das Participantes.....	29
2.3 Instrumentos Metodológicos.....	32
2.4 Análise dos Indicadores	34
3 Mulheres negras e os territórios habitados	37
3.1 Pandemia da Covid-19 e o Território Virtual	48
4 A Escrita como uma forma de suportar e recriar o mundo	54
4.1 Corpo-Escrita	61
5 Vozes Ecoadas.....	75
5.1 Território	78
5.2 Escrita	101
5.3 Pandemia.....	121
6 Considerações Finais.....	129
7 Referências	133
8 Apêndice.....	149

Resumo

O território é um elemento ativo que reflete as dinâmicas desenvolvidas e estruturantes da sociedade. Dessa forma, a utilização, a ocupação e a apropriação do território se dá de forma diferenciada pelos corpos que o habitam. Deste modo, este trabalho objetivou investigar a relação que mulheres negras moradoras de zonas urbanas estabelecem com os territórios que habitam por meio de suas produções escritas. Efetuou-se uma discussão sobre a apropriação de forma diferenciada pelos corpos femininos e negros com base nos conceitos de divisão racial do lugar por Lélia Gonzaléz, a divisão do espaço por meio das classes com Milton Santos e a importância do marcador de raça nessa relação entre corpo, identidade e território por meio da Beatriz Nascimento. Como também, explanou-se a importância dos territórios virtuais, visto o contexto pandêmico no qual o trabalho foi desenvolvido. Ademais, construiu-se uma discussão sobre o papel da escrita na vida das mulheres negras e como essa escrita é sempre permeada por um lugar. Na etapa metodológica, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, de forma virtual, com as 9 participantes selecionadas, todas mulheres negras e escritoras moradoras de zonas urbanas. A partir das análises, foi possível constatar a vinculação positiva das participantes com espaços, sendo este processo fortemente influenciado pela raça. No entanto, apontaram para a necessidade de contestar as condições materiais que são oferecidas para efetivar essa apropriação do espaço, que partem de diversas esferas como condições de mobilidade urbana e desinvestimento nas políticas culturais, ponto este de fundamental importância para as participantes. Este trabalho auxilia assim na produção de questionamentos sobre quais condições são oferecidas às mulheres negras para que ocupem as cidades e seus corpos e produções de vida sejam vistos, incidindo diretamente na produção de cidadania e no direito à cidade.

Palavras-chave: mulheres negras; território; escrita; pandemia; cidadania.

1 Apresentação

Vivencia-se, desde 2019, a pandemia do SARS-Cov-2 (Covid-19): uma das piores crises de saúde pública das últimas décadas, a qual tomou proporções globais e afetou a vida de bilhões de pessoas ao redor do mundo. Seus efeitos, os quais ainda podem ser sentidos, certamente se estenderão por longos anos, sobretudo em países periféricos como o nosso, marcados por múltiplas desigualdades, nos quais boa parte da população não conta com as condições mínimas necessárias para enfrentar esse cenário danoso.

No Brasil, essa catástrofe encontra solo fértil no atual governo para estender o manto da morte, visto que o bolsonarismo trabalha em favor da desinformação, negacionismo, relativismo e reducionismo desse problema real a ser enfrentado – ou seja, um governo com intenções políticas bem delimitadas, ancorado na coluna dorsal capitalista e neoliberal, avesso à vida, mas a favor do lucro e do necropoder. Para Mbembe (2018) este poder de morte é produto da necropolítica que estabelece parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada – processo que não se dá somente pela instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos, integração do deixar morrer com o fazer morrer.

Uma das estratégias desse fazer morrer são os cortes drásticos nos orçamentos das universidades e institutos federais, ainda que se esteja provando cotidianamente a importância da ciência para a saída desse cenário caótico. As 69 instituições federais tiveram um corte de pouco mais de R\$ 1 bilhão no orçamento discricionário, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), ou seja, uma verba 18,16% menor do que no ano de 2020 (Janone, 2022).

Tem sido cada vez mais difícil ser mulher negra, resistir e construir conhecimento em um país governado por um genocida, o qual ridiculamente afirmou que “seus filhos foram

muito bem-educados”, o que evitaria que ele tenha noras negras. No entanto, como mulher negra, pesquisadora e migrante, continuo insistindo em ocupar lugares que historicamente afirmam não serem nossos.

É nesse movimento que contarei brevemente minha história, a fim de visibilizar escrevivências e trajetórias possíveis para outras mulheres negras, cujo direito à cidadania ainda é negado. Em 2015 saí de Assú – uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, com pouco mais de 50.000 habitantes, em que é comum as pessoas se conhecerem, estreitarem relações cotidianas e circularem pela cidade. Necessitei deixar esse lugar de pertencimento em busca de meu sonho profissional de cursar psicologia, foi nesse intuito que me mudei para Natal – cidade metropolitana e capital do RN.

Me fixei em um bairro nobre da zona sul da cidade (pela proximidade com a Universidade), o qual tinha uma lógica completamente diferente da que estava habituada em minha cidade de origem: não havia muitas pessoas nas ruas, as calçadas não eram mais lugar para estar, conversar despretensiosamente, não havia espaço para as vozes e as risadas nas conversas simples do cotidiano. Enquanto bairro nobre da cidade, diferenciava-se socio-territorialmente não apenas em relação às outras regiões da cidade, mas sobretudo, destoava em relação a mim, às minhas origens e ao que eu estava habituada.

Essas sensações sobre onde passei a morar foram se intensificando e se sedimentando cada vez mais na relação com a cidade, de modo que não consegui estabelecer uma relação de pertencimento com o território em que eu morava, mesmo havendo passado cinco anos. Segundo Santos (2006), ao se defrontar com um espaço que não se ajudou a criar, cuja história desconhece e a memória lhe é estranha, esse lugar se torna a sede de uma alienação.

Ou seja, o sentimento de pertença, enquanto uma percepção de fazer parte, de conexão com o lugar e de se sentir estar integrado a ele, não se consolidou para mim. Este pertencimento tem a ver com o conceito desenvolvido na Psicologia Ambiental nomeado

“identidade de lugar”. A identidade de lugar é construída a partir da relação de conexão entre o sujeito e o espaço, considerando uma identificação com o ambiente e aquilo que ele excita em quem o habita (Macêdo & Neves, 2016).

Contudo, ao memorar a história das transmigrações e a diáspora que as pessoas pretas foram obrigadas a fazer, percebi que essa não era uma realidade exclusiva experimentada por mim, mas fora e continua a ser vivida por outras e outros negros, e daí emerge o questionamento: como esse processo de identificação com o ambiente se dá na população negra, historicamente alijada de seus territórios?

Os corpos negros carregam uma história ancestral de deslocamento dos seus lugares que se reatualiza na construção histórica da permanência desses mesmos corpos em territórios intencionalmente precários. A esse processo Lucas Veiga (2019) chamou de “efeito diáspora”, isto é, a sensação de não pertencimento ao ambiente onde se vive, de não ser acolhido e incluído nas dinâmicas sociais que ali se materializam. Nesse sentido, a diáspora é um produto da colonização, do deslocamento forçado que constitui a sociedade brasileira desde o século XVI com o tráfico de africanos de diferentes origens geográficas e étnicas (Almeida, 2015).

Para Beatriz Nascimento (1989), a experiência da diáspora e das transmigrações que ocorrem (da senzala para o quilombo, do campo para a cidade e etc.) também provocam um processo de “perda da imagem”, o corpo negro busca se redefinir em busca de sua própria imagem (ou outra) que foi perdida nesse processo violento. No entanto, a relação com o ambiente que poderia facilitar essa recuperação da imagem de si, só se dá quando nos identificamos com o ambiente no qual vivemos.

A noção de identidade de lugar, conforme Macêdo e Neves (2016), possui a funcionalidade de criar um ambiente interno com sustentação e proteção à própria identidade dos sujeitos, ao ponto em que contribui como base para as transformações da identidade

provenientes das mudanças que o ambiente sofre e influencia. Mas o que eu carrego no corpo, assim como os meus ancestrais, é uma experiência para além do que esse conceito prevê.

Afinal, é uma experiência de exílio, de desumanização pelo escravismo e racismo, é o cansaço que nos atinge por permanecermos num eterno não reconhecimento do nosso corpo, da nossa existência. Esse sentimento caminhou comigo durante muitos anos, sentia-me como na canção de Thiago Elniño (2019): “O mais próximo de casa que eu estive foi o mar, boto os meus pés na água e me lanço a pensar, como é a vida aqui, como é a vida lá, sinto que eu não sou daqui, pra casa eu quero voltar”.

Ao longo da minha trajetória nesse espaço urbano, passei a perceber uma ausência de pessoas negras circulando ao meu redor, o que concedeu um novo olhar para o meu desconforto. Grada Kilomba (2019) responsabiliza o racismo por esse sentimento, visto que os corpos negros são construídos como impróprios, corpos fora do lugar, e ainda, que nunca pertencerão a lugar nenhum.

Contudo, foi em 2019 – ano que realizei estágio curricular obrigatório em Psicologia, no processo de perambular pela cidade, um andar sem um objetivo específico, sem rumo ou destino (Cavalcante, Mourão & Gunther, 2018) – que encontrei no bairro periférico “Rocas” alguns elementos atenuantes da saudade do “meu lugar”. Nas Rocas, havia um teor de vida no território que se dava devido aos próprios trânsitos que, ali experienciados, não somente aquele território parecia pertencer àquelas pessoas, mas elas também pareciam pertencer ao lugar, circulavam pelo bairro, havia ali um cotidiano compartilhado.

Foi nesse período que para mim se materializou a transformação de um “espaço” para um “lugar”. O espaço é segundo Tuan (1983) mais abstrato do que o lugar. “O que começa como espaço, indiferentemente, transforma-se em lugar à medida que reconhecemos melhor e adotamos valor a ele” (Tuan, 1983, p. 6). A transformação de espaço para lugar se deu em grande parte pela conexão afetiva que estabeleci com o território.

Pude perceber ao longo dos trajetos, que o olhar que me guiou no perambular ativo pelo bairro das Rocas advinha de um lugar específico, um lugar que compreendia a segregação socioespacial do território por meio da minha própria experiência. E, assim como Conceição Evaristo (2017) afirma que sua escrita é sempre marcada pela sua condição de mulher negra na sociedade, eu pude perceber o meu olhar para a dimensão das relações socioespaciais também estava marcado, fazendo uma inquietação caminhar comigo durante todos os trajetos que percorri nesse processo.

Todavia, mesmo nas Rocas, as mulheres pouco surgiam e transitavam pelos espaços públicos, com exceção de um local que parecia uma “boate”, onde elas pareciam ser os corpos atração, vale ressaltar: corpos marcadamente negros. Eu estava de frente com a invisibilidade ou, mais uma vez, a subordinação dos corpos femininos negros. Ratts (2002) confirma que as relações raciais têm uma nítida dimensão espacial, assim como as relações de gênero são construídas em âmbitos espaciais sobremaneira definidos. Sinalizando que os espaços privados e públicos são vivenciados de forma diferenciada e desigual por homens e mulheres, caracterizando inclusive alguns espaços como masculinos e outros de femininos, e/ou como “lugar de preto” e “lugar de branco”; como também “lugar de rico” e “lugar de pobre”.

A invisibilidade à qual as mulheres daquele território estavam sujeitas, se dava de forma espacial e urbanística, e consequentemente social, posto que no ambiente se materializam as segregações, subalternizações, explorações e opressões históricas que compõem a sociedade. Temos um processo de formação da sociedade brasileira, dado em um contexto de desumanização e exploração da população negra, por meio da mão de obra escravizada e que mesmo após a “libertação”, os nossos direitos continuaram sendo negados, sem que fosse oferecida nenhuma possibilidade de construção de uma realidade justa e igualitária.

O espaço urbano não superou as heranças deixadas pelos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de renda e terra, clientelismo, monocultura e patriarcado. Pelo contrário, estes são elementos estruturantes do nosso espaço urbano até hoje. As cidades atuais espelham nossas desigualdades de classe e raça, empurrando para as periferias aqueles que são a base da força de trabalho do país (Cerqueira, 2017).

Morar na periferia é também possuir seus direitos à margem, em muitos casos alimentando um círculo vicioso, onde uma privação de direito alimenta a outra. Patrícia Hill Collins (2019) aponta essa persistente guetização das mulheres negras na prestação de serviços como uma dimensão fundamental da opressão que as cerca, somada a dimensão política que nega direitos essenciais que são estendidos ao homem branco.

Esse quadro de opressão é ainda reforçado pelas imagens de controle (Collins, 2019) surgidas na escravidão, as quais cerceiam diretamente a subjetividade dessas mulheres atestando-as como procriadoras, prostitutas, mulheres hipersexualizadas, obedientes e abnegadas. Esses estereótipos limitam o lugar da mulher negra na sociedade e são necessárias práticas que abordem, enfrentem e desconstruam essas concepções essencialistas sobre as mulheres negras.

Essas imagens essencialistas aliadas à desigualdade de poder também influenciam a produção de conhecimento científico. Desse modo, as mulheres negras são vistas apenas como objetos de estudo, sujeitas ao controle e manipulação de quem detém o conhecimento. Conscientes desse cenário, historicamente as mulheres negras desenvolveram alternativas para que suas vozes fossem ouvidas. As expressões culturais se apresentam assim como esse instrumento de resistência e protagonismo da sua própria história, como meio para se tornar mais cidadãs.

Os contextos periféricos têm desenvolvido práticas insurgentes que denunciam a realidade e constroem eco para nossas vozes. Vilar (2019) vai chamar esses movimentos de

“combarte”, quando a arte é combinada com dinâmicas de combate. Falar da nossa realidade, das nossas experiências de vida, é construir um espaço de utopia para os projetos futuros, ao mesmo tempo em que fortalece o presente e relembra um passado de intensa resistência.

Neste sentido, a literatura compõe esse instrumento de resistência e luta em que as questões sociais se revelam ao mesmo tempo em que se exige visibilidade. Inspirada na questão produzida por Espinoza e citada por Deleuze (1968) sobre o que pode um corpo, me questiono o que pode um corpo negro que escreve sobre si? O que pode uma mulher negra que utiliza da palavra para se autodefinir e, assim, definir sua realidade?

Nós, escritoras negras, encontramos na escrita um meio de provocar incômodos e desestabilizar a norma hegemônica, confrontando o poder e questionando o lugar que naturalmente nos colocam. Dessa maneira, a literatura também se torna uma forma de criar indivíduos insubmissos, capazes de confrontar a ideologia dominante, libertando-se de padrões e assumindo sua própria identidade (Soares & Jorge, 2020). Ao mesmo tempo o terreno da palavra artística é um meio de questionar a cidadania a elas oferecida, os direitos que são roubados e, como nomeia Milton Santos (1996/1997), as “cidadanias mutiladas”.

É no território que essa cidadania incompleta se dá. Tal incompletude ocorre em grande parte devido ao modelo cívico formado no Brasil, por meio de um crescimento econômico delirante e um regime repressivo, subordinando a sociedade à economia e transformando os cidadãos em consumidores (Santos, 2007). Temos assim, um espaço sem cidadãos, pois o território não é preparado para que seus recursos se distribuam de forma a garantir uma vida digna igualmente entre a população.

É inspirada por essas questões que nasceu em mim o interesse por este tema de pesquisa objeto dessa dissertação, o qual foi sendo reatualizado conforme os caminhos foram se modificando, sobretudo devido ao cenário imposto pela pandemia da Covid-19, período que necessitei avançar minha pesquisa de modo virtualmente. Apesar das limitações, foi um

movimento que, de alguma forma, me permitiu recriar as inquietações que me compunham e buscar compreender também como outras mulheres passaram a se relacionar com o/no território virtual.

Afinal, como declara Chico César (2008) em sua canção *Deus me proteja*, o “caminho se conhece andando, então vez em quando é bom se perder, perdido fica perguntando, vai só procurando e acha sem saber”. Achei sem saber, encontrei novos territórios de existência para as mulheres os quais no meu caminho de pés no chão, não surgiram. Desse modo, construí uma nova questão de pesquisa: qual a relação que mulheres negras possuem com os territórios físicos e virtuais que habitam?

Nesse novo horizonte, em uma de minhas derivas virtuais conheci um projeto intitulado “No Olho da Onça”, contemplado por recursos da lei Aldir Blanc no ano de 2021, o qual objetiva dar enfoque à literatura de mulheres pretas e seu impacto político e criativo de criar outra forma de mundo – mais solidária e coletiva –, desse modo, trabalha a afirmação de artistas mulheres divergentes da norma seja em relação à sexualidade, à racialidade ou à regionalidade.

Reconhecendo a potência desse novo caminho, estabeleci como objetivo geral investigar a relação que as mulheres negras possuem com o território que habitam, por meio das suas expressões literárias, a fim de encarar o que permeia essa relação. Como objetivos específicos que auxiliarão a construção do objetivo geral, permeando os eixos de sentido da escrita para essas mulheres, os lugares da virtualidade nessa expressão e a relação com o território temos:

- a) Analisar como a relação território-escrita incide na construção de cidadania das mulheres negras;
- b) Apreender quais os sentidos da literatura para as mulheres negras.

Para Vygotsky (1996), o sentido tem um caráter simbólico que, inclusive, medeia a relação dos sujeitos com o meio que se vive, definindo a diferença entre sentido e significado se dá da seguinte forma:

o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas da fala (p. 124).

Para isso, os próximos capítulos servirão de base teórica para a inquietação que me acompanha. No primeiro capítulo conduzo os caminhos metodológicos explicitando as epistemologias que me guiam, a descrição das participantes, os recursos metodológicos utilizados e como se deu a análise dos indicadores. Proponho este caminho com o objetivo de evidenciar como a escolha epistemológica e metodológica são pertinentes ao que proponho trabalhar com as participantes do meu trabalho, indo ao encontro das lógicas que buscam adaptar as sujeitas de pesquisa aos métodos já pré-estabelecidos.

No segundo capítulo tematizo a relação que as mulheres negras possuem com os territórios que habitam, problematizando a apropriação distinta que o corpo negro e feminino tem nos espaços. Visarei contextualizar como o território se intersecciona com a vida das mulheres negras, e como o cenário pandêmico da Covid-19 intensificou a ocupação dos territórios virtuais para as mulheres negras.

No terceiro capítulo, busco explorar a literatura e a escrita como potencializadores para a expressão das mulheres negras, promovendo desde uma reescrita de um passado de violência, uma forma de existir no presente, mas também de se projetar para o futuro. Elaborando por meio da aproximação com os referenciais teóricos, como essa escrita de si, que também é de nós – reais ou fictícias –, se tornam ferramenta fundamental na luta contra a

invisibilidade que as mulheres negras sofrem. Por fim, segue o capítulo das vozes ecoadas das participantes, estabelecendo pontes teóricas entre suas experiências vividas e a teoria proposta e estudada nos capítulos anteriores.

2 Caminhos Metodológicos

Considero o pesquisar como um processo dialógico, pelo qual a pesquisa e as participantes se constituem mutuamente, desafiando os próprios termos do discurso intelectual que historicamente exige uma suposta neutralidade, objetivismo e universalidade nessa construção. O processo de construção de conhecimento precisa ser, antes de tudo, um processo que reflita sobre as demandas do contexto histórico-social que se vive, certo de que essa produção serve sempre a algo ou alguém. Desse modo, compreendo que nas pesquisas qualitativas é necessário buscar compreender os interlocutores do estudo como elementos pertencentes e constituintes da realidade social. Nessa perspectiva, conforme sinaliza Geertz (2012) e Minayo (2010), as participantes do estudo fazem parte da rede de relações históricas, sociais, simbólicas, culturais e subjetivas.

As escolhas metodológicas são influenciadas diretamente pela concepção epistemológica defendida, a qual se constitui como uma teoria abrangente do conhecimento que indica como as relações de poder determinam em que se acredita e por que (Collins, 2019). Ou seja, temos historicamente uma parte específica da população, homens, brancos e da classe dominante, determinando quais perguntas merecem investigação, quais os referenciais interpretativos devem ser utilizados, e para onde será levado o conhecimento produzido.

Torna-se evidente que, se há desigualdade de poder entre os grupos, também haverá desigualdade na capacidade dos grupos que estão à margem em tornar seus pontos de vista

conhecidos e validados. Teóricas do feminismo negro (Collins, 2019; Lorde, 2019) sugerem que as mulheres negras têm mais chances de vivenciar duas formas de saber: uma localizada no corpo e no espaço por ela ocupado, e outra transcendente a esse espaço: o conhecimento advindo da experiência.

Na experiência, encontram-se particularidades que cada corpo vivenciará de forma distinta, a partir do contexto social, econômico e cultural em que vive. Assim, se faz necessário realizar oposição ao cenário que busca criar descrições científicas da realidade por meio da produção de generalizações objetivas. É necessário continuar convocando epistemologias as quais incluam a subjetividade e o pessoal como parte do discurso acadêmico, para que possamos todas juntas falar de um espaço, um lugar e um tempo específico, de uma realidade e história específicas (Hall, 1990 citado por Kilomba, 2019).

Levando em conta esses aspectos enxergo na Escrivivência, perspectiva desenvolvida pela escritora Conceição Evaristo, a possibilidade colocar as experiências das mulheres negras no centro da análise, transformando-se numa posicionalidade implicada na produção do conhecimento. O conceito de posicionalidade é bastante defendido em estudos pós-coloniais e feministas, que enxergam a posição que o pesquisador ocupa e defende como um instrumento de luta política. Para autoras como Alcoff (2006), essa posicionalidade tem tudo a ver com a visibilidade de nossos corpos, que são sempre significados pelos outros e posicionados dentro ou fora da margem com base em um dado contexto local.

A colonialidade do saber, poder e ser apresenta-se também no ato de pesquisar. Não é difícil haver uma barreira entre nós (do meio acadêmico e científico) e as pessoas que gostaríamos de entrevistar (fora deste meio). Então, demarcar nossa posição, exige uma implicação no processo para questionar a manipulação nos processos de validação do conhecimento, que inserem as mulheres negras em um lugar de passividade.

Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (Soares & Machado, 2017). É maturar o “pensamento de mulheres negras” como campo epistemológico, transformar a experiência em mote e motor dessa construção, tendo a narrativa como instrumento de desmascaramento social.

A Escrivência das mulheres negras, segundo Evaristo (2005b), explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada: mulher e negra. Interseccionar corpo e espaço por meio de uma epistemologia que seja produzida por e para mulheres negras é um elemento fundamental na transformação de corpos objetificados em corpos sujeitos. Beatriz Nascimento (2006) aponta que essa relação é fundamental no processo de transformar corpos objetificados em corpos sujeitos. Afinal, é na intersecção entre corpo, espaço e identidade os corpos negros procuram e constroem lugares de referência duradouros ou transitórios, lugares de construção e reconstrução de suas imagens e dos caminhos possíveis de se habitar.

Nesse sentido, aposto na escrita como um instrumento que pode ter algumas funções, como trazer denúncias da discriminação e das desigualdades que afetam os sujeitos em diferentes contextos socioespaciais, podem também desconstruir os discursos que tentam lhes impor um lugar de subordinação e opressão, mas podem ser também uma forma de expressar o cotidiano, a existência e tudo que atravessa nossa subjetividade e vivências. Ampliando o olhar para o “hífen pessoa-ambiente” (Pinheiro, Elali, Gurgel, Diniz, Farias, & Pol, 2019), é importante considerar o lugar social de onde essa “pessoa” fala e quais as implicações que esse lugar tem para essa relação com o ambiente. E assim, a escrita ganha sentidos que Conceição Evaristo (2017c) retratou em seu poema intitulado “Ao escrever...”:

Ao escrever a fome
 Com as palmas das mãos vazias
 Quando o buraco-estômago
 Expele famélicos desejos
 Há neste demente movimento
 O sonho-esperança
 De alguma migalha alimento.

Ao escrever o frio
 Com a ponta de meus ossos
 E tendo no corpo o tremor
 Da dor e do desabrigo,
 Há neste tenso movimento
 O calor-esperança
 De alguma mísera veste.

Ao escrever a dor,
 Sozinha,
 Buscando a ressonância
 Do outro em mim
 Há neste constante movimento
 A ilusão-esperança
 Da dupla sonância nossa.

Ao escrever a vida
 No tubo de ensaio da partida
 Esmaecida nadando,
 Há neste inútil movimento
 A enganosa-esperança
 De laçar o tempo
 E afagar o eterno
 (pp. 90-91).

Deste modo, uso essa narrativa na primeira pessoa para viabilizar o conceito de uma ciência que advém da experiência e dos significados criados por nós mesmas, que buscam se afastar do mito da universalidade e objetivismo que marcam a produção de conhecimento. Audre Lorde (2019) reforça essa ideia ao sustentar que “é evidente que se nós mesmas não nos definirmos por conta própria, outros nos definirão para uso deles e em detrimento nosso” (p. 45).

É um trabalho construído por muitas vozes, visto que esse reconhecimento coletivo, de quem somos nós no mundo, precisa ser compartilhado, pois como afirma Collins (2019, p.

190) “o ouvinte mais capaz de romper com a invisibilidade criada pela objetificação das mulheres negras é outra mulher negra”. Gadamer (2008) também defende a dialética entre o indivíduo e o grupo quando destaca que a narrativa individual precisa ser balizada pelo pensamento do outro, pois ele é revelador de uma singularidade, mas continua entranhando em uma cultura e contexto macrosocial que compõe a vida de um grupo também.

Collins (2019, p. 405) aponta que “ninguém que se dedica à produção acadêmica passa ao largo de ideias culturais e de sua localização nas opressões interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade e nação”. Assim, embora se tenha todo o controle metodológico, as pesquisas são inevitavelmente influenciadas pelos interesses, formação social e cultural de quem nela está envolvida, afetando a construção das questões e hipóteses de pesquisa, bem como a interpretação dos dados e das relações que dela são produzidas.

Dessa forma, o posicionamento do pesquisador acontece a partir de escolhas, as quais, por sua vez, revelam sua visão de mundo e o lugar que ocupa ou deseja estar no desenrolar da pesquisa (Freitas, 2002). Com isso, se dá, por a consequência direta, a refutação da suposta neutralidade e, por outro lado, produz a necessidade de uma condução que parta do pesquisador e mantenha fiel a seus princípios.

Na pesquisa qualitativa, este caráter e influência da subjetividade de quem realiza a pesquisa, bem como de quem tem participação ativa na construção coletiva da mesma, é parte fundamental do processo, devendo ser assumida e defendida. Nesta perspectiva, Flick (2004) sinaliza a comunicação do investigador com o campo e as pessoas que constituem aquele lugar como crucial nessa construção, cujas afetações, irritações, impressões devem ser inclusive documentadas, tornando-se dados em si, visto que farão parte da interpretação. A comunicação necessita, então, se aproximar da realidade e história de vida das pessoas do estudo.

Na pesquisa psicossocial, o campo começa quando se vincula à temática e, no presente caso, o campo é parte da minha trajetória, é parte de quem sou. O campo, neste sentido, é entendido como um campo-tema (Spink, 2003) o qual não se separa do pesquisador, não está distante, ainda que fisicamente não se esteja conectado a um lugar, as afetações já são um lugar. O campo-tema não se restringe ao lugar que se acessa, como se pudesse ser apenas observado, ele é vivenciado. São um emaranhado de redes, conversações, afetos, conectados por meio de vozes, lugares e tempos diferentes (Spink, 2003).

Ao compreender a interação dinâmica existente entre quem pesquisa, o campo e a comunidade colaboradora, exijo uma transformação relativa aos supostos objetos de estudo em sujeitos agentes do conhecimento. Para que assim se afastem da passividade ou até mesmo da suposta manipulação nos processos de validação do conhecimento predominante, sendo, então capazes de falar por si mesmas (Collins, 2019). Parto do princípio, desta forma, de que se faz necessária uma visão integral do sujeito, considerando-o produtor e produto de sua realidade na interação com o meio social, baseada na visão de Vigotski (2004), com o propósito de nos aproximar da vida concreta dos indivíduos.

Na pesquisa qualitativa, os temas de estudo não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudadas em sua complexidade e contexto diário, sem preocupações com os isolamentos dos elementos que podem influenciar os fenômenos, haja vista que toda possível influência é parte constituinte do objeto. Com isso, se evoca a compreensão como princípio do conhecimento, quando se objetiva estudar as relações complexas ao invés de tentar explicá-las por meio do isolamento das variáveis. Então, temos a pesquisa qualitativa como aquela que “é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (Flick, 2004, p. 28).

Optar por estudar um fenômeno em sua complexidade exige, também, considerá-lo em sua totalidade e historicidade, compreendendo-o como forma representativa de relações

sociais do passado e do presente (Santos, 1978). Esta noção indica que ao construir conhecimento juntamente com as mulheres, interlocutoras da pesquisa, estamos falando de uma realidade singular, mas que também se compõe como uma realidade coletiva, composta diretamente pelos marcadores de raça, gênero, classe e território.

Assim, é fundamental considerar os valores, interesses e emoções gerados pelo cruzamento dos marcadores de classe, raça, gênero e território, contrapondo a abordagem positivista que exige de quem irá pesquisar uma suposta posição desimplicada, como sujeitos que apenas observam e manipulam o contexto. Requeremos uma perspectiva que inclua a intensidade do vínculo estabelecido na pesquisa qualitativa, ciente de que tudo que acontece no campo repercute na pesquisadora e nas participantes.

Busco construir assim um contraponto a essa lógica de desimplicação, a qual é resquício da colonialidade que afeta diretamente nossos corpos, a forma como nos enxergamos, os lugares que ocupamos ou não e dessa forma o conhecimento que se constrói. É um processo de dominação que não acabou, ultrapassou o período colonial e continua encontrando novas formas de operar no sistema econômico vigente (Arias, 2010).

Esse padrão de saber, conhecer e ser nega toda e qualquer forma de produção de conhecimento que não estiver fundamentada na razão cartesiana. Tal lógica que exclui a experiência vivida e os afetos, transformando a noção de ciência objetivista, neutra e universal como o único discurso de verdade que pode falar sobre o mundo e a vida. São discursos e pessoas que nunca estão no centro, visto que conforme Arias (2010) retoma:

La epistemología de la ciencia moderna se constituye como hegemónica, y así se silencian e invisibilizan otras culturas y sabidurías, que están fuera de la epistemología dominante, y se considera que son incapaces de sentir, pensar, decir y hacer por sí mismas, y peor, de poder construir conocimientos, sino apenas saberes pre-científicos, vistos como curiosidades exóticas que deben ser estudiadas (p. 87).

Esta lógica recai diretamente na vida e construção de conhecimento produzido pelas mulheres negras, pois tudo o que está fora do centro hegemônico é tido como o outro. As mulheres negras permanecem numa posição de *outsiders* internas, possuindo um ângulo de visão específico e que, ainda é questionado, apesar de ser sobre sua própria experiência “somos vistas como testemunhas não confiáveis de nossas próprias experiências” (Collins, 2019, p. 408).

Olhar para esse cenário me convoca a pensar e criar frequentemente formas de fragmentar a condição de colonialidade que constitui nossa existência. Deselitizar e desmistificar a produção científica são compromissos adotados por mim como pesquisadora a fim de romper com a falsa neutralidade da ciência, para que ela possa “romper com seu próprio passado e apontar novos rumos” (Stavenhagen, 1971, p. 48).

Günther (2006) defende que o movimento na estruturação de uma pesquisa deve se dar sempre no sentido da adoção do método a partir das perguntas que temos. Nesta perspectiva, não faz sentido adotar métodos que supõem hierarquia entre a minha experiência como pesquisadora e a dos sujeitos da pesquisa. É preciso pensar a partir das nossas próprias noções, e assumir que sou uma investigadora que também é investigada.

Essa concepção me leva a assumir que o meu olhar é ao mesmo tempo de participante e pesquisadora. O sentir-pensar-ouvir-vivenciar é mútuo, conduzindo a uma contemplação comunitária e exigindo, a saída do lugar de observação, que se afasta, e convoca a uma contemplação cooperativa (Ocaña & López, 2019).

Tendo em vista o foco na relação que mulheres negras estabelecem com o seu território, o campo da Psicologia Ambiental apresenta uma diversidade de metodologias que se propõem a explorar a relação pessoa-ambiente. Dentre elas estão as autobiografias ambientais, que abordam a produção de textos em primeira pessoa e que ressaltam a experiência do narrador (Pinheiro, 1998) valorizando a descrição de lugares importantes para

o sujeito e os sentimentos relacionados a eles, explorando aspectos cognitivos e afetivos da relação pessoa-ambiente (Elali & Pinheiro, 2017).

No entanto, vislumbro a necessidade de que não apenas o território seja o principal ator dessa narrativa, mas a corporeidade de quem escreve, e neste sentido um corpo racializado e feminino, compreendendo que a relação com o território está intimamente ligada a esses marcadores sociais. É necessário não somente valorizar a carga afetiva que o ambiente tem sobre quem o habita, mas como a sua experiência é afetada por essa relação.

Insisto assim, na escrita da experiência e vivência das mulheres do terceiro mundo, porque essa escrita é uma forma de sangrar e cicatrizar ao mesmo tempo. Só há uma forma de fazermos com que nossa história seja ouvida, que é quando conseguimos contá-la. Assim, escrevo e desejo que outras mulheres tenham a oportunidade de existir por meio da escrita, construindo um conhecimento que nasce dos nossos corpos e ocupando espaços e territórios que cabem nossa expansão.

2.1 Caminho se conhece andando: Iniciando o Campo

Ao longo do meu caminhar por Natal, sempre refleti sobre minhas relações com os territórios que conseguia habitar, bem como sobre as pessoas presentes nesse processo de habitar. No bairro das Rocas, durante meu estágio no último ano do curso de graduação, essa inquietação ganhou uma nova dimensão quando pude perceber que mulheres como eu, negras, não ocupavam os espaços da mesma forma que uma grande parte da população ocupava.

Estava sempre rodeada por uma ausência de corpos femininos que me interpelava: se as mulheres não estavam nas ruas, nos espaços coletivos, onde estariam? Como elas se relacionam com o lugar que vivem? Como fruto desse movimento nasceu uma inquietação,

que viria a se tornar uma questão de pesquisa: Qual a relação que as mulheres negras do bairro das Rocas possuem com o seu território?

Santos (1986) defende a importância da construção de um plano preliminar, abordado em sua obra “O trabalho do geógrafo no terceiro mundo”, discutindo como geógrafos devem desenvolver seus trabalhos, visando a realidade dos países da periferia do sistema capitalista, bem como a relevância em criar novas metodologias que deem conta desta realidade. Em consonância à Santos (1986), tomei esses questionamentos como orientadores para o meu projeto preliminar de mestrado, caracterizado como uma maneira inicial de começar um projeto de pesquisa, ciente das amplas possibilidades. Compreendendo que a problemática evolui, produzindo assim um plano ideal, a partir do conhecimento concreto dos fatos.

Em função da pandemia e impossibilitada de caminhar pelas periferias de Natal como estava previsto no projeto preliminar, pude perceber uma maior interatividade e visibilidade dos discursos de mulheres negras em meio virtual. A ocupação tantas vezes buscada nos bairros, pude reconhecer ali, no território virtual, onde ela se tornou possível. Ao me deixar levar por esse passeio nas redes sociais, sem destino final, iniciei o que considero um **perambular virtual**.

A proposta do perambular, em sua versão presencial é atravessar as cidades, tal como as derivas, com um caminhar atento ao movimento ao redor e às questões dali emergentes. Assim, vivenciei um processo no qual meus olhos se transformaram nos meus passos virtuais. Sem objetivos delimitados, mas com o olhar atento para os corpos que ali habitavam, reconhecendo as formas diversas de habitar o território virtual, pude encarar novas formas de protagonismo, até então despercebidas.

Em meio ao perambular virtual, conheci e contatei por meio da página na rede social *Instagram* o projeto No Olho da Onça e me inscrevi nos encontros previstos para os dias 16 e 18 de fevereiro de 2021, por meio da plataforma virtual do Google Meet, cuja finalidade era o

compartilhamento de poesias feitas por mulheres dissidentes e potiguanas. Eu não me reconhecia como uma mulher que produz literatura, apesar de escrever desde criança, até que no momento da apresentação revelei meu receio em me intitular como escritora, pois pouco compartilho dos meus escritos e há sempre uma insegurança me atravessando.

Logo em seguida, fui questionada por uma das participantes do grupo se, ao não me definir como uma escritora, eu não estaria permitindo que a lógica racista e patriarcal intrínseca à nossa sociedade definisse novamente qual era o meu lugar. Naquele momento, algumas palavras ansiavam por sair de mim, compondo um poema:

Hoje eu falei em voz alta
Não um grito qualquer
Eu gritei poesia

É que hoje fui muitas e todas
Não muitas quaisquer
Mas muitas das minhas

Também ouvi grito de dor, de sonho
E de reconhecimento
Vi aperto nos olhos, no peito
Fruto do empretecimento

Cada mulher-poema
Que pude escutar
Me lembrou que a escrita
É lugar de habitar

Que a voz que sangra
É capaz de jorrar
Potência em cada sílaba
A fim do peito curar

Que a gente também fala de amor
Do corpo-poesia que dança
Insistente em ser prosador
A convocar a esperança

Com os olhos atentos
Observar e ser observada
Sabendo que é esse chão
Que move minha caminhada

Com os efeitos deste momento ainda reverberando, reconheci nesse espaço coletivo e bastante acolhedor um local propício para a construção do meu projeto. Vislumbrei na aproximação com as mulheres que compunham aquele território virtual, a oportunidade de convidá-las para construir um projeto que busca reconhecer nas palavras vivas as relações possíveis de se estabelecer com os territórios existentes.

2.2 Descrição das Participantes

Para a realização das entrevistas semiestruturadas realizei o convite no mês de setembro de 2021 para quatro mulheres integrantes do projeto no Olho da Onça, por meio de uma carta convite elaborada com informações básicas sobre o projeto, bem como sobre a importância da participação delas. A partir do convite realizado, fui indicada para outras cinco mulheres que se encaixavam no perfil das participantes, mulheres negras que escrevem poesia, totalizando as nove participantes entrevistadas.

O número de participantes da pesquisa não foi previsto anteriormente, pois o intuito não é buscar um ponto de saturação, como é conhecido nas pesquisas quantitativas, mas sim, qualidade e riqueza dos diálogos construídos, respeitando os limites dos recursos disponíveis (Minayo, 2017). De modo a chegar a um nível de resultados que contenha camadas interligadas e profundidade de detalhes.

Relativo aos critérios para seleção das participantes, temos uma divisão bastante explícita entre as zonas urbanas de Natal, na qual a zona Sul é a que concentra a população com a maior renda e consequentemente mais elitizada. Em um contraponto temos a zona Norte com limites bem definidos, pois é dividida do restante da cidade pelo Rio Potengi é a maior região administrativa, tanto em extensão territorial quanto em população da cidade, na qual seus habitantes são em sua maioria de classe média baixa e classe baixa, esta zona

juntamente com a zona Oeste é onde há a maior concentração de favelas do município (SEMURB, 2007). Decidi, dessa forma, ampliar o conceito de periférico, não restringindo apenas às moradoras da periferia e, acolhendo também aquelas residentes na Zona Sul de Natal, como também em cidades circundantes a capital do Estado, compreendendo dessa forma que estar à margem pode não ser somente um lugar físico, mas também social.

O segundo critério dizia do escrever poesia, vislumbrando na escrita uma ponte para compreender as relações existentes com os territórios habitados, mas também por pessoalmente a poesia ter se tornado um instrumento de potência de vida, sendo utilizada como recurso de expressão e visibilidade. Reconhecendo então, a importância de trabalhar com participantes já apropriadas de estratégias que podem ser usadas para ecoar suas vozes e reivindicar o lugar de protagonismo.

Desta forma, das nove entrevistadas, três moram na Zona Norte de Natal e duas moram na Zona Sul. Duas entrevistadas pertencem à Zona Metropolitana de Natal, sendo uma moradora de Extremoz, município a 23,5 quilômetros de Natal, e a outra é moradora de São Gonçalo do Amarante, localizada a 17 quilômetros. As duas participantes de localização mais distantes, moram em Tibau do Sul, a 77 quilômetros da capital e na cidade de Assú, a 210 quilômetros. Para compreender melhor a caracterização das participantes, segue abaixo a tabela correspondente aos nomes reais das participantes- autorizados previamente, idade, bairro e cidade onde reside e profissão exercida:

Tabela 2

Descrição dos dados sociodemográficos das participantes

Nome	Idade	Bairro/Cidade	Nível de Escolarização	Profissão
------	-------	---------------	------------------------	-----------

Idyane	32	Pajuçara/Natal	Superior Completo	Jornalista
Rosangela	44	Cacimbinhas/Tibau do Sul	Superior	Educadora
Gabriely	27	Neópolis/Natal	Pós-Graduação	Estudante Universitária
Telma	26	Lagoa Nova/Natal	Superior Completo	Professora
Jeovania	44	Gramoré/Natal e Bayeux/João Pessoa	Pós-Graduação	Professora
Bárbara	23	Jardim de Extremoz/ Extremoz	Ensino Médio	Estudante
Itamara	28	Vertentes/Assu	Pós-Graduação	Ceramista e Pesquisadora
Helena	53	Jardim Lola/São Gonçalo do Amarante	Pós-Graduação	Psicóloga
Mara	30	Felipe Camarão/Natal	Superior	Assessora Parlamentar

Portanto, tratou-se de uma seleção intencional de participantes, visando compreender as problemáticas levantadas na investigação sobre o campo (Creswell, 2010). Na pesquisa qualitativa, a definição de participantes se orienta principalmente pelo critério de melhor vinculação entre sujeito e problema de pesquisa, no sentido de contribuições mais significativas quanto ao interesse da experiência a ser captada no encontro com o pesquisador (Deslandes, 1994), o que embasa a escolha e convite à essas nove participantes,

compreendendo que os perfis das participantes poderiam ser elementos fundamentais para ampliar o leque de discussões sobre as temáticas sugeridas.

2.3 Instrumentos Metodológicos

Para a construção dos dados, ciente de que essa construção se iniciou desde que estabeleci a pertença com o meu tema, já iniciei a prática de registro em diário de campo, caracterizado como um dispositivo metodológico que carrega os registros das experiências que nascem da prática. O diário é defendido por Medrado, Spink e Mélo (2014, p. 273) como um parceiro que se movimenta em forma de texto “narrativo, ficcional e implicado”.

Deste modo, após a aprovação do Comitê de Ética, iniciei o primeiro passo metodológico, com as entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet e gravadas com suporte do aplicativo Apowersoft. As gravações foram habilitadas mediante assinatura das participantes de um termo de autorização de voz e imagem. Para iniciar estes encontros, apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), afirmando que as participantes poderiam se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, garantindo o sigilo dos dados e todos os riscos e benefícios de sua participação na pesquisa, como também a autorização para gravação e transcrição dos encontros.

No encontro com as participantes utilizei um roteiro de entrevista semiestruturado (**Apêndice 1**), que combinava perguntas abertas e fechadas, podendo ser modificadas ou acrescidas ao longo do processo. A entrevista semiestruturada foi utilizada por prever alguns princípios fundamentais para o meu processo de pesquisadora, primeiro porque não preveem que a relação entre entrevistadora e participante se dê de forma rígida, e que as perguntas

verbalizadas propostas aos participantes diferem e se alteram de acordo com o ambiente e contexto da entrevista (Yin, 2016), de forma muito semelhante a uma conversa informal (Boni & Quaresma, 2005). Esta metodologia prevê um modo de condução conversacional, o que leva a uma qualidade individual para cada participante, o que considero que facilitou minha aproximação com as participantes.

Para Manzini (2004), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual elaboramos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Isso torna a elaboração mais livre das informações, não estando condicionadas a uma padronização.

Busquei construir um diálogo que permitisse uma conexão com as experiências da participante, utilizando a experiência vivida como critério de significado, consciente de que meu papel não se restringe ao de entrevistadora. Nesta perspectiva, o requisito fundamental para uma metodologia interativa e corporificada convoca a participação ativa de todos os indivíduos, convicta de que minhas próprias experiências acabam sendo parte da arena de construção desse momento.

Nessa comunicação dialógica, fatores objetivos e subjetivos devem ser considerados para que haja uma compreensão da realidade (Freitas, 2002). Ao considerarmos esses processos dialéticos, passamos a enxergar, como mencionado anteriormente, os sujeitos pesquisados como ativos na construção do conhecimento, não sendo reduzidos a meros objetos de pesquisa. Dessa forma se desvela o potencial de um aprendizado coletivo, o qual pode ser qualificado como ato de produção de conhecimento (Borda, 2006).

O roteiro da entrevista foi composto por três eixos principais: 1. relação com a escrita; 2. relação com o território; e 3. influência da pandemia de Covid-19. No primeiro eixo busquei contemplar a representação que a escrita tem para as participantes, os temas que mais emergem nos escritos, bem como os atravessamentos que compõem o fato de ser uma mulher

negra que escreve. Já no segundo eixo focado na relação que as mulheres estabelecem com os territórios que habitam e se os territórios aparecem ou influenciam a escrita de algum modo. Por fim, no último eixo objetivei compreender os efeitos da pandemia nessa relação tanto com a escrita como com o território, investigando as interferências que cercaram o lugar de escritora negra, mas também como incidiu na ocupação ou não ocupação dos territórios.

Após esta primeira etapa metodológica, com o compartilhamento das experiências por meio das entrevistas, está prevista a segunda etapa metodológica da pesquisa, sendo a elaboração das Escrivivências Ambientais, que serão construídas de forma coletiva com propósito de amalgamar os pontos emergidos nas entrevistas, estabelecendo mais diretamente a relação corpo-escrita-território. Este é um momento de transformar em palavras, aquilo que já está inscrito no nosso corpo, ciente de que todo corpo negro marca um espaço.

2.4 Análise dos Indicadores

Consciente de que provocar brechas na construção de conhecimento perpassa todas as fases da pesquisa, refleti que na análise é necessário partir da perspectiva de que as informações que se constroem no campo não podem ser nomeadas simplesmente como dados da pesquisa, dando a ideia de que é algo que vai ser extraído ou mesmo que já está posto, independentemente do processo. Posto isto, baseio-me na discussão de González-Rey (2011) a respeito dos indicadores qualitativos que possuem a função de explicar o processo complexo de construção/produção do conhecimento, e não apenas a de descrever os elementos que emergem.

No meio dessa forma, os elementos que surgem nas entrevistas como indicadores que são informações empíricas da pesquisa surgidas no trabalho de campo. Essas informações mostram-se, segundo Anhas, Rosa e Silva (2018), capazes de seguir o movimento complexo

dos processos que estruturam qualquer pesquisa acerca da subjetividade humana e que busque compreender e apreender significados e sentidos dados pelos sujeitos às experiências vividas.

Para o processo de análise, utilizo a teoria fundamentada seguindo as orientações de Charmaz (2009) a fim de buscar um retrato interpretativo das experiências e elementos que as participantes trazem, visto que com esta proposta é possível iniciar uma compreensão analítica das ações e significados que surgem, por meio da codificação dos indicadores. Codificar os indicadores significa nomear o segmento de informações em uma classificação que vai ao mesmo tempo, categorizar, resumir e representar cada parte dos elementos expostos pelas participantes. Esta análise organiza e descreve o conjunto de informações em detalhes, por meio da leitura imersiva e repetitiva dos elementos, buscando por temas que se destacam, a fim de iniciar o processo de agrupamento de códigos em temas potenciais. A codificação define assim a estrutura analítica pela qual irei construir a análise.

Este processo de codificação na teoria fundamentada compreende pelo menos duas fases principais conforme aponta Charmaz (2009): 1. uma fase inicial que envolve a denominação de cada palavra, linha ou segmento dos indicadores; seguida por 2. uma fase focalizada e seletiva que utiliza os códigos iniciais mais significativos ou frequentes para classificar, sintetizar, integrar e organizar grandes quantidades de elementos expostos; e a 3. fase com a redação dos memorandos, conceituando os códigos definidos nas fases anteriores

Para isso, faz-se necessário uma codificação ativa que faz oposição à lógica de códigos pré-concebidos, tendo a criação dos códigos a partir da observação dos elementos expostos, ou seja, após entrar em contato com o campo e à medida que se faz uma análise minuciosa das informações é que observo os significados dentro delas. Vale salientar que esses significados encontrados são influenciados também pelo arcabouço teórico já criado, pelas minhas próprias afetações e experiências, pois ainda que esses indicadores simbolizem uma realidade empírica, eles refletem a nossa perspectiva.

Os códigos iniciais foram elaborados na tentativa de se aproximarem ao máximo dos elementos que emergiram, tentando invocar uma linguagem relativa à ação, utilizando-se das falas, expressões e ações das participantes. Também objetivei manter códigos simples e precisos, considerando expressões significativas que poderiam se transformar em códigos in vivo que servem como marcadores do discurso e dos significados das participantes.

Em vista disso, a codificação inicial proporcionou a criação de códigos que referenciam as entrevistas na íntegra. Deste processo, emergiram três blocos temáticos que mantinham relação com as questões que guiaram as entrevistas, e se converteram em categorias provisórias – Escrita, Território e Pandemia de Covid-19 – e cada uma contempla subcategorias. A categoria Escrita aborda: sentidos da escrita; raça e escrita; invisibilidade e não reconhecimento. Na categoria do território, temos as seguintes subcategorias: relações estabelecidas; raça e apropriação territorial; escrita-território e preferências territoriais. Na última categoria relacionada à Pandemia de Covid-19 temos: escrita e pandemia e escrita e território.

Após essa segunda etapa de codificação ocorreu a redação dos memorandos, nos quais no meu processo de construção dos dados optei por já ir construindo ao mesmo tempo o refinamento dos códigos enquanto construía o memorando teórico, com o intuito de facilitar o processo de correlação entre os indicadores apresentados e a produção teórica que auxilia a argumentação. Com a confecção dos memorandos elaborei definições provisórias e sintéticas a respeito das categorias, analisando como elas surgem nas falas das participantes, as correlações estabelecidas com os códigos das outras categorias, elaborando uma narrativa prévia contendo falas das participantes e referenciais teóricos. Esta etapa funcionou como um guia fundamental para a produção da análise que segue na seção a seguir.

3 Mulheres negras e os territórios habitados

A terra sempre ocupou um lugar importante no imaginário dos povos vindos da África. A floresta se apresentava, por exemplo, como um espaço sacralizado entre os *bakongo*. Ações de colheita e derrubada de matas implicavam, via de regra, em solicitação prévia aos ancestrais. A estes eram reservados locais considerados sagrados (Kagame, 1975). A mata também assumiu sentidos políticos na luta que se travou contra os colonizadores, sendo território de fuga e acampamento para escravizados em fuga. Dessa forma, compreender que o território é parte integrante de quem o compõe e se transforma por meio das relações que o permeiam é fundamental.

No processo de escravização, a população africana foi arrancada de suas terras, sendo obrigada a criar novos processos de identificação com as terras para onde foram transportadas, mas que nunca lhes pertencia. Mesmo com o processo de abolição da escravidão no século XIX não se efetuou quaisquer reparações sociais e econômicas a essa população. A abolição fora promulgada completamente deslocada de uma política de democratização do solo, cuja essa suposta liberdade recebida não foi acompanhada de dignidade. Ainda no Brasil Imperial, grande parte da população preta e seus descendentes migravam para os espaços urbanos, já que foram afastados do trabalho na terra, e desta forma precisaram buscar novas fontes de sobrevivência (Cerqueira, 2017).

Segundo o abolicionista André Rebouças, a abolição deveria iniciar um cenário que levaria a reformas sociais e econômicas no país, mas que para isso seria necessária uma “democratização do solo”, que concederia acesso à propriedade da terra para imigrantes e ex-escravos, após a abolição (Jucá, 1988). Entretanto, esse processo não se concretizou e verificou-se um processo de urbanização que afetou diretamente a relação que se tem com o lugar habitado.

O movimento de urbanização se intensificou na década de 1930, com os incentivos ao trabalho urbano movido pela modernização. Neste processo, a concentração da terra e da renda inviabilizou a sobrevivência no campo, conduzindo a população mais vulnerável para as cidades em busca de novas oportunidades de vida e condições de moradia (Cerqueira, 2017).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a relação de interdependência que se possuía com o território fora mais uma vez enfraquecida, ao transformar a natureza em mercadoria, tornando-a um objeto. Cria-se uma relação completamente alienada, guiada e mediada pelas relações de produção, perdendo o caráter de unidade com o corpo que a ocupa, este servindo apenas como um meio para cumprir a função que o trabalhador almeja (Farias, 2017).

No entanto, o território não consiste em somente em um lugar físico, mas apropriado e que ao ser ocupado pela população negra se torna um espaço que busca uma continuação história, indo na direção contrária ao que propõe a lógica neoliberal (Beatriz Nascimento, 1989). Com base nesta definição ela narra em seu documentário “Ôrí” (1989) que “a terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou”.

O território distancia-se assim de um elemento estático sendo compreendido por Minchoni (2019, p. 201) “como um espaço vivido, das experiências e afetos que se renovam cotidianamente”, como defende o geógrafo marxista Milton Santos (2000) ele “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (p. 96).

Milton Santos (2004) ajuda na compreensão das particularidades de cada território, ainda que componham a mesma cidade, quando traz em sua obra que a “história espacial é seletiva” (p. 20). Nesta perspectiva, as forças de modernização, impostas do interior ou do

exterior não atingem todo o território da mesma forma, o espaço nos países subdesenvolvidos é instável e descontínuo, sendo influenciado de formas diferentes.

O efeito dessas forças de modernização não apenas influencia o território economicamente, como também escancara as enormes diferenças de renda na sociedade, exprimida pela hierarquização de atividades e, na escala de lugar, pela existência de atividades da mesma natureza, mas de níveis diferentes. A cidade é viva, ela “habita em nós” (Minchoni, 2019, p. 137), é onde as relações se dão e a vida acontece, onde há a constante reinvenção das formas de existir (Flores & Campos, 2007), desse modo, os territórios não se formam apenas por meio das determinações socioeconômicas, mas constituem e são constituídos pelos sujeitos.

Temos então, uma apropriação material do território, ao mesmo tempo em que ocorre a apropriação subjetiva, quando se adapta o território aos sujeitos, transformando-o, constrói-se uma relação dinâmica na qual o espaço também ganha a dimensão “apropriante”, ao se apropriar do sujeito (Pinheiro & Silva, 2018). Este caráter entre sujeito e território reitera a proposta de tratar o território enquanto relação de “dominação e apropriação sociedade-espaço que se desdobra ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004, p. 94).

Ao levarmos em conta, que a apropriação do espaço depende das condições materiais e subjetivas dos indivíduos que dele se apropriam, temos a premissa que as pessoas têm distintas possibilidades de apropriação. Quando consideramos as diferenças socioeconômicas, é preciso estar atento ao processo de apropriação, mas também ao de “desapropriação” ligada às desigualdades sociais.

Essa apropriação do espaço de forma distinta por cada grupo populacional produz o que se nomina de “divisão social do espaço”. Nesta lógica o espaço urbano é diferentemente

ocupado em função das classes em que a sociedade urbana é dividida, que separa as atividades que são realizadas em cada zona de uma mesma cidade, tendo em vista a influência exterior que cada uma recebe. Esta é a noção de totalidade que Milton Santos (1978) exprime afirmando que “as transformações espaciais provêm da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial” (p. 207).

Temos um modelo de desenvolvimento da civilização que, alimentado pelas suas contradições, gera, nas metrópoles dos países do Terceiro Mundo, uma modernização que atinge os espaços e a sociedade de forma desigual e seletiva, levando à exclusão social de parte importante da população. Guerra, Pochmann e Silva (2014) defende que a exclusão social está intimamente ligada à estrutura da sociedade capitalista e conseqüentemente à pobreza. Ele defende que o processo de exclusão social no Brasil está imbricado diretamente à concentração de poder, e que a pobreza é um problema de natureza política. Nesta perspectiva a exclusão social se estende para as várias esferas da vida, como a cultura, as condições socioeconômicas, o poder político e a qualidade de vida.

A segregação socioespacial corrobora para a história de permanente segregação da população tida como menos humana, separando “aqueles que são considerados indesejáveis, consolidando uma política de afastamento do negro daquelas regiões tidas como as melhores (...); ser moradores dessas constituía um privilégio que não podia ser concedido ao negro” (Silva, 2012, p. 104).

Lélia Gonzalez (1984) corrobora com essa discussão, quando relaciona essa divisão social do espaço com a raça, criticando a naturalização do espaço dos negros que é evidentemente o das favelas, dos cortiços, das invasões, dos cubículos amontoados. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, o IBGE sintetizou a realidade já conhecida pela maioria dos moradores da periferia, na qual 44,5% da população

preta e parda vivem em domicílios sem ao menos um serviço de saneamento, seja a coleta de esgoto e de lixo ou o fornecimento de água, enquanto esse número cai para 27,9% quando se refere às pessoas brancas.

O racismo funciona perfeitamente como arma ideológica, destinando espaços subordinados para a população negra não só fisicamente, mas criando essa divisão racial do trabalho que confina a força de trabalho negra em empregos de menor qualificação e pior remuneração. Na organização trabalhista as mulheres negras são vistas como “mulas” e “burro de cargas”, sendo colocadas enquanto seres desumanizados, animalizados, máquinas vivas que tudo suportam e que podem ser tratadas como parte da paisagem (Collins, 2019; Gonzalez, 1984).

A divisão racial do trabalho também está aliada a divisão sexual do trabalho que promoveu a desagregação entre “economia doméstica e economia pública” (Davis, 2016, p. 25), e reforçou a dicotomia mulher/privado x homem/público através da transferência da responsabilidade da casa e dos filhos unicamente à mulher. Neste sentido, se entende que, no Ocidente, essa subalternização do gênero implica na seguinte hierarquia: Em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra, na base da pirâmide de exploração e segregação.

Carneiro (2011) afirma que a conjugação de racismo e sexismo sobre as mulheres negras produz uma asfixia social que desdobra negativamente em todos os âmbitos da vida, ocasionando prejuízos à saúde mental, rebaixamento da autoestima, redução da expectativa de vida menor em relação à das mulheres brancas (em média, 5 anos de diferença), e sobretudo na ocupação de trabalhos de menor prestígio e remuneração.

Esse cenário vem se consolidando desde o processo de escravização quando o homem escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo, enquanto a mulher negra escravizada foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas,

como reprodutora e objeto sexual do homem branco (Hooks, 2020). Para essas mulheres a linha entre a esfera doméstica e o mundo do trabalho permanece imprecisa, visto que elas transitam entre papéis de subordinação indo de mucama à mulata profissional, da mãe preta a doméstica (Gonzalez, 1984).

Esses papéis de subordinação são os estereótipos como intitula Gonzalez (1984), que Collins (2019) nomeia de imagens de controle, caracterizando-se como formas de fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social sejam naturalizadas, vistas como normais e inevitáveis no cotidiano. Esses estereótipos ou imagens de controle revelam a visão que permanece sobre a população negra, de sermos apenas corpos, utilizados para o trabalho ou sexualização, quando não, os dois elementos as duas esferas simultaneamente.

A mucama como a mulher negra disponível sexualmente aos “desejos” do homem branco, a mulata profissional é aquela em que o desejo é permitido, em que se tornar alvo da cobiça de quem a enxerga é “benéfico” em algum nível, pois pelo menos nos tornamos visíveis. Enquanto a doméstica é a atualização da mãe preta, que está sempre presente e disponível nas famílias brancas, é a serviçal fiel e obediente, que trabalha nos afazeres domésticos e cuida de todos com carinho e dedicação, como se os filhos brancos, fossem também seus filhos (Collins, 2019; Gonzalez, 1984).

Dentre os muitos efeitos que a perpetuação dessas imagens pode ocasionar na vida das mulheres, um deles é sua objetificação, como um ser que pode ser manipulado e controlado. Bell Hooks (2019, p. 42) reitera esse efeito ao afirmar que “como objeto, a realidade da pessoa é definida por outras, sua identidade é criada por outras, sua história é nomeada apenas de maneira que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos”.

É efetivada a perpetuação do lugar de marginalização que acompanha a trajetória de vida do povo negro, quando em 1988, Lélia Gonzalez trouxe que 4/5 da força de trabalho

negra estava mantido aprisionado numa espécie de cinturão socioeconômico que oferecia “oportunidades” de trabalho não qualificados. Ou seja, o povo negro foi empurrado para trabalhos marginalizados, impossibilitado de se dedicar às atividades que melhorariam suas condições de vida. Afetada por essa discussão recobrei versos que havia escrito durante meus estudos:

O trabalho traz dignidade
Foi o que disseram
E quem trás igualdade
Para quem na base da pirâmide
sempre estivera?

Da precarização do trabalho
À segregação no espaço
O corpo carrega as marcas
De uma abolição que nunca existiu
Relembrando a diáspora
Do povo que partiu

A mulher negra é o elemento que expressa radicalmente a cristalização das estruturas de dominação, ocupando espaços e realizando funções que lhe foram destinados desde a escravidão. Ratts (2006) indica que a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra, visto que seu lugar de trabalhadora não sofreu grandes alterações, e permanecem assumindo os empregos domésticos nas áreas urbanas ou rurais.

Esse cenário fica evidenciado quando os dados do “Retrato das Desigualdades de gênero e raça”, publicado pelo IPEA (1995-2015) revelam que no ano de 2015 as mulheres negras eram maioria entre as trabalhadoras domésticas – 55,2% de todos os trabalhadores nesta posição – e estavam menos representadas nas posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada. Esse quadro se tornou mais visível no ano de 2020 quando se vivenciou de forma mais violenta a pandemia da Covid-19. Segundo dados da PNAD de 2020, elaborados por Filleti, Gorayebi, & Melo (2021), as mulheres negras representavam

62,8% da ocupação do trabalho doméstico sem carteira assinada, além de 38,8% ocupar empregos no setor público sem carteira assinada.

Esses são alguns dos resquícios do escravagismo que se superpõem aos mecanismos atuais de manutenção dos privilégios pelo grupo dominante, ao se reinventar dentro do modo de produção capitalista, que despotencializa politicamente ao mesmo tempo em que explora economicamente. Consciente dessa dupla marginalização, Collins (2019) defende acertadamente que:

É imprescindível que haja uma epistemologia alternativa que rearticule os pontos de vista das mulheres negras, refletindo a convergência de ambos os conjuntos de experiência. Raça e gênero podem ser analiticamente distintos, mas na vida cotidiana das mulheres negras eles operam juntos (p. 409).

No tocante a alguns pontos desta realidade, Barbosa, Gonçalves e Santana (2019) realizaram um estudo a respeito da vulnerabilidade social dos municípios de Natal/RN, considerando vulnerabilidade como a coexistência, cumulatividade ou sobreposição espacial de situações de pobreza e privação social e de situações de exposição a risco ambiental. Os resultados do estudo apontam os imensos espaços com aspectos negativos da condição de existir de uma significativa parcela da população no município de Natal. O grande número de famílias vivendo miseravelmente na periferia indica que o desenvolvimento das últimas décadas não foi suficientemente inclusivo ao ponto de gerar oportunidades de trabalho digno para os mais pobres da população.

Ao falarmos de periferia ou território periférico, é fundamental compreender que a construção de periférico é resultado histórico da segregação, tanto social quanto espacial. Essa seletividade no espaço exprime a desigualdade proveniente dos processos de colonização e discriminação que foram pilares da nossa formação social, principalmente nos países periféricos. Processos esses materializam a negação dos direitos sociais, a criminalização e

marginalização das tradições e das práticas culturais dos povos negros ou até mesmo na tentativa de silenciamento dos nossos corpos e vozes.

Assim, diferentes regras organizam o espaço urbano e variam cultural e historicamente, revelando os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (Caldeira, 2000). Segundo Roberto Vecchi (2004), as periferias existem não apenas como um lugar, mas, sobretudo porque há uma relação entre dois polos que estão vinculados de maneira desigual. O termo “periferia” deriva do grego “*peri*”, que significa “em torno”. Portanto, a periferia existe enquanto elemento que se situa em oposição a outro elemento determinado – o centro.

Temos uma relação de outridade não somente espacial, mas também há um estereótipo em torno da população que habita esse lugar, proveniente dessa relação desigual, geralmente são pessoas pretas que estão inseridas em um sistema que dificulta sua inserção nos parâmetros e direitos que chegam às populações que moram no centro. No pensamento binário, um elemento é objetificado como o Outro e visto como um objeto ou espaço a ser manipulado e controlado (Collins, 2019).

Porém, não é uma relação pautada apenas no binômio centro-periferia, haja vista que há uma concentração de serviços e espaços de lazer em áreas determinadas, destinadas à população mais rica (Minchoni, 2019). Nesse sentido, o termo “população periférica” refere-se tanto à posição geográfica que essa população ocupa, mas também a uma caracterização de seu contexto, de sua realidade, ao considerarmos que o fato de ocupar um lugar à margem afeta a vida material das pessoas, bem como sua produção de subjetividade.

Acerca da realidade social e demográfica do município de Natal, está dividido em quatro regiões administrativas, que apresentam características distintas: a Região Norte possui 354.900 habitantes, ocupando 86.484 domicílios e com um rendimento nominal médio mensal de 0,92 salários mínimos; a Região Sul possui 174.514 habitantes, que ocupam 51.243

domicílios e rendimento médio mensal de 3,45 salários mínimos; a Região Leste possui 114.709 habitantes, que ocupam 34.897 domicílios e cujo valor do rendimento médio mensal é de 2,86 salários mínimos; e a Região Oeste possui 233.528 habitantes, ocupando 62.897 domicílios cujo rendimento mensal é de 0,99 salários mínimos (SEMURB, 2018).

Constata-se que as regiões Norte e Oeste possuem rendimentos inferiores à média do município de Natal (1,78 salários-mínimos) e das demais regiões administrativas, o que incide diretamente no perfil socioeconômico da população moradora dessas zonas e na concentração de problemas sociais, ausência de serviços urbanos, além do elevado grau de precarização das condições de vida da população.

Os dados da SEMURB (2018) também apontam para um quadro desigual de distribuição equipamentos coletivos nos espaços públicos (quadras, estádios, campos de futebol), visto que na região Norte possui 64 praças e 55 equipamentos desportivos; a região Sul possui 34 equipamentos e 90 praças; a região Leste possui 72 praças e 16 equipamentos; e a região Oeste tem 18 equipamentos e 32 praças. Nota-se que as regiões Sul e Leste concentram o maior número de equipamentos de esporte e lazer, abrigando 63% desse número total, o que torna possível associar essa distribuição desigual dos serviços e bens públicos a áreas com maior poder econômico.

O Plano Municipal de Assistência Social (SEMTAS, 2021) corrobora com esses dados supracitados e aponta que as Zonas urbanas possuem uma composição diferente na estruturação de suas moradias. Quanto à presença de locais com concentração de moradias inadequadas, chamadas pelo IBGE de aglomerados subnormais, apontam a Zona Sul como a região com menor número de aglomerados subnormais (Tabela 1):

Tabela 1

Zonas urbanas de Natal segundo dados do Plano Municipal de Assistência Social (SEMTAS, 2021)

Região Administrativa do Município	Total de Aglomerados subnormais	Número de unidades domiciliares	População Residente			
			Masculino	Feminino	Total	Total (%)
Norte	8	8692	14904	15813	30717	10,12
Sul	3	1486	2556	2764	5320	3,03
Leste	15	6010	10478	11078	21556	18,70
Oeste	16	6373	11382	11799	23181	10,61
Total	42	22561	39320	41454	80774	10,05

O cenário de vulnerabilidade no qual a população negra está inserida acarreta efeitos em todas as esferas de vida. Na qualidade de saúde, acesso a direitos básicos, a condições de trabalho e renda dignos, concedem lugares de subalternização e servidão que são perpetuadas por séculos. Um caso bastante recente desse contexto é a história de Madalena, escrava desde os oito anos de idade que, ao pedir comida numa residência, foi transformada em empregada doméstica por uma família branca durante quarenta anos, sem remuneração ou férias (Gortázar, 2021). Madalena expõe o legado vivo da escravidão no Brasil e convoca a pensarmos quantos mais espaços de subalternidade ainda estamos submetidos, espaços esses nos quais a escravidão é facilmente substituída pela servidão¹.

Lélia González (2011) evoca ainda que mesmo após a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, mesmo que as mulheres negras já fizessem parte da classe trabalhadora desde sempre, a dominação masculina fica mais evidente, pois permanecem atribuídas a elas todas as funções domésticas, entretanto, essas estão mais ocultas e desvalorizadas. Tem-se uma lógica urbana e uma inadequação dos espaços públicos para recebê-las sobrecarregando-

¹ Conforme Castro e Filho (2015) servidão é qualquer processo em que o indivíduo empenha sua capacidade de trabalho, ou mesmo de seus familiares, com o objetivo de quitar uma dívida, ainda que esta não seja de natureza financeira. Nesse caso o valor não é necessariamente explícito e nunca realmente quitado.

as simultaneamente em duplas ou triplas jornadas de trabalho e sujeitando-as a empregos com baixos salários e pouca valorização profissional, o que repercute diretamente nas possibilidades de ocupar os territórios, como nos indica Silva, Faria e Pimenta (2017, p. 13):

os diversos deslocamentos que as mulheres fazem no espaço urbano e a sua relação com a divisão sexual do trabalho. Ter uma dupla jornada de trabalho significa se deslocar para o emprego formal e remunerado e ainda levar filhos à escola, acompanhar doentes ao hospital, pessoas dependentes em suas necessidades, o que requer múltiplos deslocamentos pela cidade. Nesse sentido, a divisão entre áreas residenciais e o centro, que normalmente concentra os serviços e atividades produtivas, marca das cidades modernistas, onera o cotidiano das mulheres. Tal modelo de cidade reflete um padrão dicotômico entre espaço público (produtivo) e o privado (reprodutivo), bem como desconsidera que os papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres determinam diferentes experiências na cidade.

A cidade é, nesse sentido, um produto histórico social que sofre transformações na medida em que a sociedade se modifica. No entanto, essas transformações continuam sendo injustas, pois são produzidas pela ótica do capital e das populações que estão no topo da hierarquia social, distanciando-se das necessidades reais dos cidadãos. Dessa forma, é inútil pensar ou imaginar que essas desigualdades socioespaciais poderão ser eliminadas sem uma modificação do atual modelo de produção de investimentos e consumo (Santos 2004; Carlos, 2011).

Em síntese, o espaço urbano não superou as heranças deixadas pelos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de renda e terra, racismo e patriarcado. Pelo contrário, estes são elementos estruturantes do nosso espaço urbano. As cidades atuais espelham nossas desigualdades de classe e raça, empurrando para as periferias aqueles que são a base da força de trabalho do país.

3.1 Pandemia da Covid-19 e o Território Virtual

O ano de 2020, no Brasil, marcou a chegada dos primeiros casos e o alastramento da pandemia da Covid-19, levando a população brasileira ao distanciamento e, em alguns casos, ao isolamento social para conter a contaminação em massa. Ou seja, esse cenário atingiu a população de diversas formas, alterando as relações na sociedade, as formas de transitar pelos espaços, as condições materiais e subjetivas que cada um comporta. Além disso, influenciou as pesquisas acadêmicas e científicas em território nacional, dentre as quais este estudo é um deles.

O isolamento social afetou as diversas esferas das nossas vidas, dentre elas, ocasionou um maior uso da internet e das redes sociais, já que os vínculos e afetos estavam limitados fisicamente, se transformando em um instrumento amplificador de mensagens. Segundo dados da plataforma Shareablee² da Comscore, a Argentina, o Brasil, o Chile e o Paraguai foram os países com o maior percentual de mudança no número de publicações e interações em mídias sociais multiplataforma registradas em março de 2020, em comparação com o ano anterior. Tivemos ainda cerca de 3 bilhões de pessoas usando pelo menos uma vez por mês uma das plataformas do grupo (Facebook, Instagram, WhatsApp e Messenger). Este número ocasionou um lucro de US\$ 5 bilhões, o que representou um aumento de 18% em relação ao primeiro trimestre de 2019 (G1, 2020).

As tecnologias digitais, em interface com as cidades, o ciberespaço e os artefatos técnicos culturais vêm construindo cotidianamente uma nova esfera cultural ou cibercultura. Esse híbrido entre territórios físicos, eletrônicos e simbólicos, configura os contextos nos quais diversos fenômenos vêm emergindo, modificando e produzindo novos arranjos às expressões de cidadania práticas culturais e processos educacionais, protagonizados por adultos, crianças e jovens (França, 2018).

² O Shareablee usa métricas importantes para auxiliar empresas a aumentarem os resultados obtidos nos canais sociais mostrando o que dá e não dá certo, ajudando a prever o sucesso de ações futuras (Naresi, 2016).

No cenário pandêmico, esse espaço virtual tornou-se um território essencial de mobilização e protestos de pessoas negras, fortalecido principalmente pelo alcance que alguns fatos tiveram sobre o cenário mundial. No dia 25 de maio de 2020, tivemos a morte de George Floyd um afro-americano que foi assassinado por um policial que o manteve imobilizado por mais de 8 minutos, asfixiando-o (BBC News, 2020).

Aqui no Brasil, tivemos a morte de Miguel: uma criança preta de cinco anos que caiu do 9º andar de um prédio de luxo, enquanto a mãe, que trabalhava como empregada doméstica da família passeava com o cachorro da patroa, Sari Gaspar Côte Real (G1, 2020). Nas vésperas do dia da consciência negra, também tivemos o assassinato de João Alberto Freitas, de 40 anos, que foi espancado por dois seguranças brancos, no estacionamento de uma unidade do Carrefour em Porto Alegre. João Alberto foi espancado após um desentendimento com uma funcionária no supermercado (G1, 2020).

As redes sociais se tornaram campo de debate e denúncia, ampliados pelas *hashtags* e questionamentos que já faziam parte do dia a dia de quem convive com essa violência real e material de forma recorrente, tornando-se, inclusive, campo de convocação à amplas mobilizações nas ruas. Ficaram em evidências diversas publicações que questionavam se as vidas negras realmente importavam, exprimindo a desumanização que mina as possibilidades de vida do povo preto. Verificou-se assim um fortalecimento do ambiente virtual que Fragoso, Rebs e Bart (2011) caracterizam como um ambiente que possui peculiaridades, devido principalmente à sua não materialidade, mas capaz de sofrer modificações e abrigar interações que lhes conferem uma historicidade e lhes agregam uma caracterização identitária.

Ambiente este, que oferece os suportes pra a criação, organização e compartilhamento dessas trajetórias e experiências de vida, bem como potencializa a diversificação das interações e, com isso, a multiplicação das identidades e identificações culturais. Ocorre nesse cenário o fortalecimento da cibercultura, caracterizada pela cultura contemporânea que

revolucionaria a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos na interface cidade–ciberespaço. Novos arranjos espaço-temporais emergem e com eles novas práticas de pesquisa, formação e interação (Santos, 2019).

No entanto, é preciso trazer à tona o caráter ambíguo deste espaço, capaz de provocar diversificação e restrição simultaneamente. Um espaço que permite a amplitude do alcance da interatividade, mas que ao mesmo tempo reproduz a desigualdade de acesso às tecnologias que permeiam a sociedade, visto que o acesso à internet não é uma possibilidade tão universal como se imagina, e é marcada diretamente pelas condições socioeconômicas e territoriais de cada família.

Santos (2008) argumenta que esse caráter desigual é consequência da etapa atual, etapa na qual se encontra o sistema capitalista de produção e transformação do espaço geográfico, a qual intitulou de meio técnico-científico-informacional, em que “a ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço” (p. 24). É um processo, sobretudo, de informacionalização do espaço, na qual a difusão da informação acontece de forma mais rápida e mais extensa do que nos períodos anteriores, mas não se distribuem de forma igualitária, já que estão a serviço de uma lógica hegemônica que recria as desigualdades.

O acesso à internet representa uma oportunidade de maior comunicação e acesso à informação, como também mais oportunidades de trabalho, geração e organização de renda, incidindo na possibilidade de um maior desenvolvimento cultural. Todavia, Ribeiro, Salata, Costa e Ribeiro (2013) ressaltam não há universalidade do alcance das tecnologias na vida da população, e defendem que a internet pode gerar uma menor democratização social. Este contexto pode se perpetuar na medida em que as oportunidades de acesso continuem sendo dominadas pelas parcelas já privilegiadas da população.

Ribeiro, Salata, Costa e Ribeiro (2013) partem da hipótese de que o pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas pela rede depende tanto das condições imateriais (conhecimento, informações) quanto das condições materiais (renda e localização territorial). Foi possível comprovar essa teoria, no trabalho que investiga a situação das metrópoles brasileiras por meio dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) dos anos de 2001, 2008 e 2009 verificou-se que quanto maior o poder socioeconômico aumentava-se as chances de aquisição de computadores nos domicílios (Ribeiro, Salata, Costa, & Ribeiro, 2013).

Neste trabalho a influência territorial se torna importante, tendo em vista que, por um lado, estar domiciliado em área de favela reduz a sua probabilidade de ter computador em 37%; por outro lado, morar no centro, e não na periferia da metrópole, reduz para 24% a probabilidade de não ter computador, ao mesmo tempo em que aumenta em 60% a chance de estar conectada a internet, dado que possui computador (Ribeiro, Salata, Costa, & Ribeiro, 2013).

Os moradores das periferias não ficam à margem dos acessos apenas fisicamente, mas acabam sofrendo também um processo que Castells (2007, p. 317) nomeou como “infoexclusão”, que é consequência direta do território que se habita. Esse processo de exclusão, também pode atingir pessoas que não estão muito familiarizadas com a virtualidade, como é o caso da população idosa que percebe as acelerações tecnológicas, mas não conseguem acompanhar essas modificações, ficando mais vulneráveis ao “bombardeio tecnológico” (Santos, Feitosa, & Silva, 2016).

A realidade atual demanda novas formas de ação e intervenção na sociedade, nesse sentido, considerar o território virtual também é usar a comunicação e a visibilidade para promover deslocamentos nas imagens que cerceiam as mulheres negras, garantindo

caracterizações positivas, ao mesmo tempo em que promove a visibilidade das mobilizações e lutas. Sueli Carneiro (2003) reitera que:

As mulheres negras vêm atuando para não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação em massa, como também capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois a falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pela mídia, eletrônicas ou impressas (p. 126).

Encaro a oportunidade de estabelecer paralelos entre o território físico e o território virtual como um recurso de ampliação do processo de habitar que se concede às mulheres negras, que em virtude da sociedade capitalista, patriarcal e racista vivenciada, perpetua o lugar basilar na pirâmide de opressão social. Lélia Gonzalez (2011, p. 17) reitera que isso acontece “justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano”.

Deste modo, é possível apreender que a internet não é um espaço democrático, mas que, ainda assim, se apresenta como um território de múltiplas possibilidades. Território esse que, assim como o território físico é habitado de forma diversa pelas pessoas que os constituem, o território virtual também é povoado pelas palavras vivas das mulheres negras, palavras essas que circulam nas redes virtuais se mostram como um caminho de acesso para compreender as trajetórias territoriais que as compõem.

Apesar do histórico processo de tentativa de apagamento da existência do nosso povo, continuamos construindo novas formas de marcar nosso corpo no mundo, quando escrevemos sobre o que vivemos, por onde andamos, sobre nós e os nossos lugares estamos transformando a escrita nesse instrumento de criação e partilha da vida. Como defende

Evaristo (2007) é preciso descobrir a função, urgência, dor e necessidade da esperança na escrita, desenvolver uma escrita comprometida com a vida. Isto posto, busco com o desenvolvimento desta pesquisa construir juntamente com os sujeitos da pesquisa novas formas de (re)existir, nas quais seja possível ressignificar a realidade social e a subjetividade das mulheres negras que carregam a objetificação do período colonial, negligenciando-as como sujeitas produtoras e construtoras do conhecimento, ao ponto em que possam falar e ser ouvidas, habitarem e serem vistas.

4 A Escrita como uma forma de suportar e recriar o mundo

A “história oficial” contada sobre o Brasil nos livros de História é repleta de lacunas, uma vez que permanece sendo contada por um ponto de vista hegemônico, reforçando determinadas racionalidades colonialistas, tais como a ideia errônea de “descobrimento” do Brasil (e não de usurpação dos povos originários). Ou seja, se constitui uma narrativa que privilegia uma determinada perspectiva, mas silencia as outras vozes integrantes da história sendo, assim, tendenciosa. Sendo produto de uma humanidade socialmente e historicamente localizada, a história literária também é ligada ao processo do capitalismo colonial/moderno. É possível observar na literatura a eleição de um ponto de vista específico para narrar e selecionar os fatos, autorias e obras.

Grande parte da priorização desse ponto de vista é por termos uma história que provocou a desumanização e o assujeitamento de duas populações específicas: a população indígena e negra. O período da escravidão no Brasil, que tem início em 1550 e “finaliza” em 1888, por meio da “abolição” da escravatura, foi um processo que transportou e obrigou pessoas africanas a viverem no Brasil, sendo tratados como objeto de uso e abuso dos senhores escravagistas, e tiveram seus corpos e existências marcados por um regime

escravocrata ancorado em violência, apagamento e animalização. Neste período, a mão de obra indígena foi substituída pela mão de obra africana, justificada pela premissa de que o corpo negro teria maior resistência que o dos indígenas (Santos, 2018).

Quando levamos em conta os séculos de escravização e a abolição realizada sem um planejamento e efetivação adequados pensando o destino dessa população, torna-se notório o quanto o silenciamento da população negra por meio da violência, da impossibilidade de adquirir terras e de poder, de alguma forma, participar politicamente na sociedade, foram elementos presentes nessa trajetória. Somado a isso, há as marcas da diáspora, caracterizada por Hall (2013), como um processo heterogêneo de dispersão e reagrupamento vivido pela população africana e seus descendentes, nas diferentes partes do mundo, especialmente no ocidente, acarretando diferentes graus de violência, instabilidade e subordinação.

As formas de opressão e subordinação foram se atualizando ao longo do tempo e receberam grande ajuda do conceito problemático de democracia racial criado no país a partir do pensamento em vigor na década de 1930, na qual a obra do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) foi empregada e citada para reforçar esse conceito. Sob as lentes da democracia racial, o Brasil seria um modelo de convivência entre negros, brancos e indígenas, que se desenvolveria sem conflitos a partir de trocas afetivas e culturais iniciadas ainda no período escravocrata e lideradas pelos homens brancos, ancorados em seu poder de mando simbolizado pela Casa Grande, reafirmando a primazia da herança europeia (Werneck, 2007).

A falsa democracia racial provocou também objetivou provocar um esvaziamento dos discursos e movimentos sociais da população negra que buscavam tornar nítidas as desigualdades raciais e violências geradas por esse processo, o que se caracterizou como um dos efeitos mais danosos e contestado pelas organizações negras. Afinal, se há a noção de “unidade” e “cordialidade” entre as raças, há também uma ocultação explícita das marcas que a escravidão e o racismo deixaram e ainda deixam nesta população.

Esse cenário alimenta a manutenção de direitos, e até mesmo privilégios, para uma parte da população, enquanto as populações marginalizadas permanecem aprisionadas, vivendo sob péssimas condições de vida. Opera-se ontem e hoje um genocídio, definido por Nascimento (2016) como “o uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para o extermínio de um grupo racial, político ou cultural” (p. 16), ou ainda para eliminar a língua, a religião ou cultura de um povo.

O racismo funciona como um mecanismo que estrutura a nossa sociedade e que segundo Almeida (2019) decorre da estrutura social que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. O racismo é, neste sentido, parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática. Somado ao racismo temos também a discriminação sexual, que transforma a mulher negra no sujeito que materializa a intersecção dessas duas violências. Ser mulher negra, como afirma Santos (2018), é estar localizada em uma situação desfavorável em diferentes áreas: no acesso à educação superior, ao mercado de trabalho; nas relações afetivas amorosas; nas artes, entre outros campos. É estar num contexto de marginalização e discriminação social, de uma sociedade embasada no sistema racista, sexista, patriarcal e, conseqüentemente, machista e misógino.

Esse silêncio ao qual fomos historicamente forçadas baseou-se em grande parte por estigmas e visões nas quais o corpo negro foi constantemente desumanizado pelo escravismo e pelo racismo, ainda com profundas conseqüências na estrutura e dinâmicas sociais atualmente vigentes. Considerando corpo como signo e socialmente concebido (Rodrigues, 1983), podemos afirmar que, a partir do corpo, é possível compreender de que maneira a sociedade trata e situa determinada pessoa e no que isso implica, nas marcas impostas ao corpo dessa população.

Para as mulheres negras essas marcas socialmente impressas não se desfazem com o passar do tempo, pois estamos numa sociedade machista, sexista e racista a qual, a todo instante, colabora para manter esta realidade latente na memória corpórea. Alguns escritos contribuíram para que essa imagem se mantivesse na história, como na obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre que é referência para estudiosos do século XX. Nela o autor analisa as relações vivenciadas pelos negros e negras escravizadas na senzala e os brancos donos da Casa Grande.

A mulher negra é apresentada nas obras de Freyre (1989) e Caio Prado Jr. (1995), como um objeto, caracterizada pela exotificação numa perspectiva de subordinação, um ser definido para servir à casa grande, desde o trabalho doméstico às relações sexuais. Esta visão contribuiu para estigmatizar o corpo negro feminino que, ora era recrutado para a servidão dos afazeres domésticos, ora para exploração sexual comandada pelos senhores da casa grande. O corpo da mulher negra se tornou sinônimo de utensílio e coisa, reduzindo-as em um corpo para servir. Gonzalez (1984) critica essas visões. Para a autora, a longo prazo, se enxerga o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais, recriando maneiras de conter os corpos negros, sobretudo, os femininos.

O período histórico analisado por Freyre em sua obra, foi marcado pela coisificação dos corpos negros em geral, e particularmente dos corpos da mulher negra, sendo anuladas sua condição de mulher negra e seu direito de dignidade enquanto ser humano. Neste sentido, Carneiro (2003) nos recorda que a opressão de mulheres é proveniente de qualquer conjuntura de conquista e dominação, pois “a apropriação sexual das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação da superioridade do vencedor” (p. 49).

Um caso que evidencia essa exotização dos nossos corpos é a triste história de Saartje Baartman, uma jovem khoi-san¹ sul-africana, nascida em 1789, que foi no início do século XIX exibida publicamente em shows e “espetáculos” científicos europeus. Em sua vida, foi sempre objeto de exibição pública, exploração sexual e estudo científico. Ficou conhecida por “Vênus hotentote”, por possuir nádegas e lábios genitais anômalos ao “padrão”. Mesmo após sua morte, seu corpo continuou sendo usado como artefato de pesquisa, indicando que a violência dos corpos negros não se encerrava com a própria vida (Nogueira, 2019). Após a sua morte seu corpo deixou de existir como pessoa e passou a ser objetificado, ou melhor, fetichizado como indica Damasceno (2008), marcando o modo pelo qual foi racionalizada a existência da mulher negra e legitimada sua presença nas hierarquias mais baixas do que é ser humano.

O corpo da mulher negra só recebe atenção quando é sinônimo de acessibilidade, disponibilidade, quando é sexualmente desviante (Hooks, 2019). São corpos e vidas considerados abjetos, conceito esse que se relaciona com todos os tipos de corpos cujas vidas não são consideradas vidas, nas quais a materialidade também não é importante (Santos, 2013), o que transforma nossos corpos em vítimas das mais diversas violências, sejam elas simbólicas ou materiais. Todo esse retrato histórico influenciou as representações que a população negra tem até hoje na sociedade, é neste sentido que Hooks (1985, p. 469) também afirma:

Essas representações incutiram na cabeça de todos que as negras eram só corpos sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como “símbolo sexual” os corpos femininos negros, são postos numa categoria, em termos culturais, tidas como bastante distante da vida mental.

É bem verdade que nós, mulheres, em especial as negras e pobres, fomos educadas para o trabalho e para servir, ou seja, as tarefas domésticas eram a prioridade. Durante a

infância, não havia tempo para o exercício do pensar. O trabalho intelectual exige um distanciamento, um isolamento; escrever é uma atividade solitária, e para nós, criadas em meio a um grupo que valoriza o trabalho não intelectual em detrimento do trabalho intelectual, é extremamente difícil.

Considero intelectualidade como qualquer atividade produtora de conhecimento, tendo em vista que, inclusive, as mulheres negras construíram ao longo do processo histórico diversas formas de expressão que estavam para além dos muros da academia, como músicas, poesias, artes visuais, teatro, ou mesmo o conhecimento produzido nas rodas de samba, nos terreiros com as mães de santo. Então, qualquer espaço onde as mulheres negras possam falar de si, das experiências que vivenciam, das suas inquietações, sejam em espaços de celebração ou não, são espaços de produção intelectual, são lugares de leitura do mundo e de disputa de imaginários.

Para Gramsci (2001) os intelectuais são detentores e produtores de um discurso que influencia a organização da sociedade e da cultura, pois:

uma massa humana não [...] se torna independente [...] sem organizar-se [...]; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas "especializadas" na elaboração conceitual e filosófica. (Gramsci, 2001, p. 104).

Os intelectuais são responsáveis pela organização da rede de crenças e relações tanto institucionais quanto sociais. No caso da poesia das mulheres negras, não são palavras concebidas apenas da imaginação, mas que advém de corpos que carregam muitas marcas, produzindo essas redes por meio do que sentem e de como interpretam o mundo (Jesus & Souza, 2020)

No Brasil, a transgressão de mulheres intelectuais negras principia com a transposição de lugares preestabelecidos socialmente. O racismo estrutural está no cerne da invisibilidade da intelectualidade das mulheres negras, pois efeitos da hegemonia branca no imaginário

social atuam sobre a acepção do que é ser mulher negra, agente de produção intelectual (Almeida, 2020).

Logo, a combinação de racismo e sexismo perpetuam violências silenciosas que agem historicamente, desenhando o campo intelectual como um não lugar para as mulheres negras. O lugar social naturalizado para a mulher negra está relacionado ao trabalho doméstico e sexual, imbricado também à ideia de incapacidade intelectual, à interdição da escrita e desse lugar de corpo que pensa e produz conhecimento também operou como um instrumento de opressão.

Se por um lado, temos as mulheres negras significadas pelas marcas da estereotipia, por outro também temos os seus corpos histórias, que carregam e produzem sua própria história, que é também parte de uma história ancestral e coletiva. Assim, esses corpos se desenvolvem como espaço, onde são narrados os processos de dominação racista e patriarcal e suas consequências, mas também provocam a afirmação de que esse corpo será ambiente de disputa, no qual os projetos de libertação poderão ser anunciados (Werneck, 2007).

Certamente, as imagens sociais cristalizadas nesses períodos ainda incidem diretamente sobre a vida da população negra. No entanto, a historiadora Beatriz Nascimento, como nos indica a obra de Ratts (2006), busca uma contraproposta para essas imagens que se reproduzem, buscando na relação corpo-identidade-território uma oportunidade de tornar o corpo “coisa” em pessoa.

Ao ocupar lugares como os quilombos, as rodas de samba, espaços culturais, bailes *blacks*, bailes funks e terreiros, também se criam lugares de referência que nos auxiliam na recuperação da nossa própria imagem ou até mesmo na criação de novas imagens. São corpos que portam carência radical de liberdade como Ratts (2006) aponta “o corpo é também pontuado de significados. É o corpo que ocupa os espaços e deles se apropria. Um lugar ou

uma manifestação de maioria negra é ‘um lugar de negros’ ou ‘uma festa de negros’. Não constituem apenas encontros corporais” (p. 68).

Essas estratégias são parte do nosso existir histórico, dos corpos que são igualmente memória, da dor que as imagens da escravidão não nos deixam esquecer, mas também dos fragmentos de alegria, dos meios que produzimos para viver e assim afrontar. Como defende Nogueira (2019, p. 168): “Nosso viver é uma afronta, um corpo negro vivo persistindo e resistindo, provoca, confronta”.

4.1 Corpo-Escrita

Como estratégias para perpetuar esses sistemas de marginalização e discriminação social, os estereótipos (Gonzalez, 1984) e as imagens de controle (Collins, 2019) associam a nós, mulheres negras, imagens e padrões que universalizam a nossa existência, nos retratando em papéis de subserviência, rebeldia e objetificação. São imagens ainda ancoradas no passado escravocrata, transformando-nos em corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer ou mesmo um corpo que serve, mas raramente um corpo que fala, produz, habita ou mesmo que escreve (Evaristo, 2005).

Temos historicamente uma sistemática política de interdição da população negra à educação formal desde o período colonial. Segundo Fonseca (2002, p. 11), em 1835 “foi legalmente determinado que os escravos não poderiam frequentar escolas e que estas seriam franqueadas somente aos homens livres”. Essa legislação proibia “negros” de se matricular e frequentar as escolas, no entanto, resistências, conflitos e burlas às diretivas foi uma constante na relação dos agentes e sujeitos educativos com as definições legais. Conforme Barros (2018) indica sempre existiram diferentes modelos educativos que burlavam essas imposições legais como as escolas oficiais convivendo com aulas particulares, instituições voltadas para

segmentos específicos, autodidatismo, diferentes esferas de sociabilidade como clubes, irmandades, associações, espaços religiosos que também funcionavam como espaços educativos.

O epistemicídio que Carneiro (2005) estuda também promove, como um de seus efeitos, a negação, aos negros, de acesso à posição de sujeitos do conhecimento, ocultando, por exemplo, as inequívocas contribuições do continente africano à humanidade. Durante muito tempo, as mulheres negras, no Brasil, foram privadas do direito de serem leitoras, mas, sobretudo do direito de escrever. A condição econômica, social e cultural da maioria das mulheres raramente permitiu a elas usufruir do direito ao tempo de contemplação do dia a dia, ou mesmo ter tempo de encontrar criatividade ou inspiração para transformar seus cotidianos em palavras. Isso se dava, em grande parte, pois a disciplina e o ritmo do trabalho doméstico absorvem o corpo e a mente da imensa maioria das mulheres, em um trabalho invisível, não remunerado e pouco ou nada reconhecido, imposto pelo fato de serem mulheres (Pereira, 2018).

O capitalismo e o patriarcado colocam as mulheres nesses lugares de trabalhos domésticos não remunerados e em funções de cuidados, somando-se aos impedimentos que o Estado produz com suas estratégias que mantém as mulheres negras nessa posição, criando, inclusive, barreiras de acesso ao ensino formal. Isso se materializa nas palavras de Carolina Maria de Jesus que foi uma escritora negra autodidata, tendo apenas poucos anos de experiência na educação formal: “Despertei as 4 horas e fui escrever, porque eu não tenho tempo de escrever durante o dia. Tenho que cuidar da casa” (2021, p. 69) .

Assim como Carolina Maria de Jesus, outras escritoras ocupam o lugar duplamente periférico da sociedade e insistiram, e insistem, na escrita, mas seguem constantemente impossibilitadas de se fazerem ouvir e/ou ler ao longo da história, em decorrência da hegemonia capitalista, aliada as ideologias racistas e sexistas. Como sinaliza Siqueira (2020),

naturaliza-se uma hierarquia literária: se for branco, tem grandes chances de ser um escritor renomado e considerado; se for negro, raramente será registrado na história literária. A pesquisa de Dalcastagné (2012) evidencia esse quadro ao apresentar em seu estudo envolvendo docentes e discentes da Universidade de Brasília a conclusão de que quase 73% dos autores que publicaram romances de 1990 a 2004, pelas principais editoras brasileiras, eram homens; quase 94% brancos; e mais de 60% residentes no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Os dados apresentados tornam explícitos um cânone literário restrito e um mercado editorial extremamente concentrado no Brasil. O que está em jogo não é somente uma visibilidade, mas a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo que nos cerca, de poder falar com legitimidade, explicitando a emergência de vozes “não autorizadas” e abafadas historicamente. Dessa forma, a literatura brasileira reforça, por muitas vezes, a desigualdade da sociedade, tentando afirmar uma literatura totalizante, una e uniforme.

Que mulheres, no Brasil, escrevem? Quais publicam? Há um cerceamento que atinge principalmente as mulheres negras, as quais sofrem com os estereótipos que servem como suporte a variadas formas de controle, o qual se efetiva por meio de mecanismos sociais, sexuais ou mesmo associados a instrumentos de narrativas.

Exemplo emblemático desse contexto é Maria Firmina dos Reis, brasileira, mulher mestiça, citada por Guardia (2007) e por outras pesquisadoras da literatura feminista, considerada a primeira romancista abolicionista, e de outras mulheres negras a produzirem literatura, cujas obras seguem fora dos espaços literários e culturais. Para Dalcastagné (2012) houve uma ampliação de espaços de publicação, seja nas grandes editoras comerciais, seja a partir de pequenas casas editoriais, em edições pagas, blogs, sites etc. Mas isso não faz do campo literário brasileiro um campo mais heterogêneo, pois a autora defende que não é a

publicação de um livro que faz de alguém escritor, mas os espaços que ela passa a ocupar, os prêmios que recebe, ou seja espaços que sejam valorados.

Dessa maneira, torna-se perceptível o silêncio histórico que cerca a prática literária de mulheres negras, provocando um apagamento de suas obras e nomes, quando também não provocam um questionamento sobre seus escritos. Afinal, no imaginário branco e masculino, o corpo que serve não pode ser o mesmo que escreve. Esse silenciamento omite muitas dialéticas da violência denunciadas nas escritas, essa escrita que, em sua grande maioria, é bastante engajada com a situação histórico-social da mulher negra no Brasil.

No entanto, Dalcastagné (2012) afirma que as novas vozes sociais, ocupadas em sua maioria por populações marginalizadas, são as vozes que estão contestando o território literário, que tencionam, com a sua presença, nosso entendimento do que é (ou deve ser) o literário. Hoje, não podemos dizer que as vozes das mulheres negras estão perfeitamente ligadas ao campo editorial, mas vem crescendo cada vez mais as novas ocupações dos territórios editoriais por meio dos saraus, *slams*, comunidades virtuais e a construção de editoras independentes (Oliveira & Cruz, 2020). Com o fortalecimento do *hip-hop* no Brasil foi construída toda uma dimensão política, gregária e identitária em torno de práticas de expressão, conscientização e resistência das camadas marginalizadas de jovens urbanos, criando condições para que as populações subalternizadas construam estratégias dentro dos seios de suas próprias comunidades (Minchillo, 2016).

Devido ao processo histórico de construção de um cânone literário que carrega uma suposta homogeneidade as estratégias para burlar esse panorama estão se ampliando construindo, inclusive, o que Oliveira (2018, p. 157) nomeou como quilombos editoriais que seriam:

Um conjunto de iniciativas no campo editorial comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico. Essas iniciativas

possuem caráter deliberadamente independente e seus autores são, preferencialmente, negros ou, em alguns casos, não negros comprometidos com o combate ao racismo em todas as suas formas.

Como nos convoca Tula Pilar Ferreira, escritora e poetisa advinda da favela, que relaciona sua vida com a de Carolina Maria de Jesus em seu poema “Sou uma Carolina” (Ferreira, 2015):

Sou uma Carolina
Trabalhei desde menina
Na infância lavei, passei, engraxei...
Filhos dos outros embalei

Sou negra escritora que virou notícias nos jornais
Foi do Quarto de Despejo aos programas de TV

Sou uma Carolina
Escrevo desde menina
Meus textos foram rasgados, amassados, pisoteados
Foram tantos beliscões
Pelas bandas lá de Minas
Eu sou de Minas Gerais

Fugi da casa da patroa
Vassoura não quero ver mais
A caneta é meu troféu
Borda as palavras no papel
É tudo o que quero dizer

Sou uma Carolina
Feminino e poesia
A negra escritora que foi do Quarto de Despejo
aos programas na TV

Hoje uso salto alto
Vestido decotado, meio curto e com babados
Estou na sala de estar
No meu sofá aveludado

Porque...

Sou uma Carolina
Feminino e poesia
Pobreza não quero mais
A caneta é meu troféu
Borda as palavras no papel
É tudo o que quero dizer...

Carolina...

Conforme evidencia Almeida (2020) a escrita feminista negra constitui uma forma sistemática de defesa. Ao adentrar e teorizar a partir de “espaços” construídos por um imaginário racista e sexista (ciência, intelectualidade, o saber, o pensamento, academia), as mulheres negras agem em legítima defesa, em defesa dos seus. Sobre isso a escritora Conceição Evaristo nos diz:

Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida (Evaristo, 2005, p. 54).

A recomposição da história pelo olhar das mulheres negras a partir de suas escritas buscará a identificação com o passado que, as excluiu em suas linhas, e não contemplava suas identidades, mas que agora pode ser revisto e reescrito por mãos negras (Nascimento, 2021). Vale destacar: essas histórias não são únicas, nem tampouco universais, elas possuem uma trama própria, mas são compostas de sujeitos negros diversos que buscam evidenciar a narrativa construída pela agência da população negra. Para Lorde (2020) a escrita é uma forma de ressignificar a linguagem que foi criada para operar contra nós.

A reescrita da história por meio de mãos negras e femininas se deu, em grande parte, pela inserção desde a década de 1970 das mulheres negras no movimento feminista brasileiro (Nascimento, 2000). Podemos perceber a importância da inserção da mulher negra dentro

desse movimento, pois estendeu suas discussões, teorizações, problematizações, constituindo uma forma de luta e intervenção dessas mulheres para com os problemas socioculturais que as cercam, como o racismo, contribuindo para o reconhecimento do sujeito mulher negra de forma diferencial.

Essas mulheres, longe de serem sujeitas meramente passivas, questionam, interrogam e se contrapõem ao discurso oficial a partir de um discurso narrado por meio da experiência vivida, de seus estudos, pesquisas e agência acadêmica. É a continuação de um legado ancestral, no qual a maioria de suas antecessoras insistiu em manter a criatividade por meios diferentes da população branca, utilizando-se de meios alternativos como: músicas, tradições orais ou a escrita (Collins, 2019; Walker, 2009).

No processo de dar vida às palavras é também uma forma de acessar o erótico em nós, como defende Lorde (2020), reconhecendo o erótico como o movimento de reconhecer nossos sentimentos mais profundos, de nos levar a não mais aceitar os lugares de sofrimento e autonegação, transformando nossos atos contra a opressão em atos integrantes do nosso ser. A escrita se transforma assim nesse processo de pôr em palavras um existir, ganha diversos papéis para as escritoras negras. Somos atravessadas por um passado de muita violência, no qual a possibilidade de escrever carrega um legado de tradição e memória, inscrevendo passado, presente e futuro em um só indivíduo. Para Figueiredo (2009), é pela memória que os povos constroem e perpetuam sua identidade para as gerações seguintes, de um presente que se alimenta do passado, mas que se movimenta para reescrevê-lo.

Desse modo, a escrita é construtora de pontes entre as temporalidades, conferindo um caráter dinâmico ao passado, enquanto problematiza o presente e interroga o futuro. A palavra se torna, um meio de tomar a cena, traz a capacidade de intervir, sendo utilizada como ferramenta estética e de questionamento. Esse enlace de temporalidades pode ser observado no poema *Vozes-Mulheres* de Evaristo (2017c, pp. 24-25):

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue e fome.
 A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.

O poema ainda encena outra função importante da escrita na vida das mulheres negras, abordando o deslocamento das imagens de submissão, silenciamento, da “boa crioula”. Temos a saída de uma posição de negação e exclusão, para vivências de empoderamento, na busca de uma autorrepresentação. Pelas vozes literárias se elaboram outros discursos, nos quais as mulheres negras possam fiar e ficcionalizar mazelas advindas de práticas racistas e sexistas, mas também, em tom de lirismo, tecer versos e prosas que reelaboram suas identidades, entoando suas histórias, amores, desejos, resistências e ancestralidades.

Assim, vemos na literatura negra, uma forma de transgredir as imagens estereotipadas. Uma recusa em ser falada pelo outro e não por si própria, que segundo Bezerra (2002, p. 118) iniciou-se:

A partir dos anos 80, com a circulação de vozes que, comprometidas com uma estratégia de reconstrução, de trajetórias individuais e coletivas, procuram reagir contra uma dinâmica de esquecimento imposta por um discurso hegemônico que persiste em silenciar o Outro, ao mesmo tempo em que tenta falar pelo Outro, a partir de seus posicionamentos ideológicos. Uma postura política que resulta na crescente presença de textos em que a necessidade de construir formas alternativas de auto representação importa, em muitos momentos, no afloramento de escritos autobiográficos que se estruturam a partir do desejo de elaborar outras possibilidades de memória coletiva que façam frente à identidade unívoca e preconceituosa que a história oficial lhes atribui.

As redes de sociabilidade negra sempre existiram como: a Imprensa Negra (séculos XIX e XX); a Frente Negra Brasileira (FNB); o Teatro Experimental do Negro (TEN) o qual foi uma companhia teatral fundada por Abdias Nascimento em 1944, no Rio de Janeiro, que concentrava o desejo de valorizar e abrir novos caminhos para pessoas negras nas artes-cênicas e na sociedade brasileira (Nascimento, 2004); a série literária *Cadernos Negros* criado pelo grupo cultural e editorial Quilombhoje; o Movimento Negro Unificado (MNU) que trouxe uma nova consciência política na década de 1970.

Amplia-se então, a partir desses movimentos, um discurso negro, orientado por uma postura ideológica que levará a uma produção literária marcada por uma fala enfática, denunciadora da condição do negro no Brasil e igualmente afirmativa do mundo e das coisas culturais africanas e afro-brasileiras, o que a diferencia de um discurso produzido nas décadas anteriores, carregados de lamentos, mágoa e impotência.

Aqui, vale nomear essa produção escrita que é marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens e de mulheres negras na sociedade. Considero, assim, essa produção literária como a literatura afro-brasileira (Evaristo, 2009) que por meio da construção de personagens e discursos vão na contramão

dos discursos estereotipados da literatura brasileira, em geral. Há uma etnicidade que atravessa essa textualidade afro-brasileira.

A literatura afro-brasileira feminina se mostra como possibilidade de, pela linguagem, tensionar a hegemonia e supremacia masculina branca. Pois, por meio dela, podem-se desenhar existências e práticas sociais diferenciadas de um eu feminino, com atributos e papéis distintos do masculino, distanciando-se do lugar de inferioridade. Funciona como estratégia de contestar os registros de sofrimento, de dominação e exploração sexual de faces negras femininas e forjar outros que permitam negociar construções de identidades mais livres.

A literatura afro-brasileira feminina, neste sentido, pode ser considerada um movimento de reversão, escrever para (des)silenciar as vozes autorais, inventando novos perfis de mulheres que preveem um retorno ao passado, mas vislumbrando cenas, vivências e sonhos que são também de um presente-futuro. Deste modo, é uma forma de estar inscrita no mundo como define Evaristo (2005a, p. 2):

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo.

A dupla condição que a sociedade insiste em querer inferiorizada para as mulheres negras suscita uma escrita com tons de protesto e de reivindicação do direito à fala, a escrita e a voz, construindo discursos diferentes daqueles que submetem esses corpos aos espaços domésticos e de silenciamento. É um espaço de protagonista, que carrega como uma das funções problematizar as relações de poder como aponta Figueiredo (2009, p. 36) “Não é questionar por questionar, e sim aplicar a palavra como ferramenta de poder para inverter o centro ou ainda mais profundamente transformar o periférico em lugar também privilegiado

pelo centro”. Como defende Hooks (2019b, p. 22) “Estar na margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal.”, a escrita é neste sentido uma forma de questionar por meio do lugar social e das vivências que somente este lugar permitiram, por meio dessa visão de mundo que fortalece e compõe diretamente o senso de identidade e coletividade das mulheres negras.

Não é uma escrita apenas preocupada com a estética ou compreensão dos leitores, mas operando como uma forma de resistir. Bosi (2002) torna nítido que, originalmente, a resistência é um conceito ético, e não estético, e que seu sentido mais profundo está numa força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Para ele, resistir é opor a própria força à força alheia, ou seja, não sucumbir àquilo que lhe é imposto pelo outro quando isso não corresponde ao seu desejo. Criando dessa forma nas nossas escritoras uma capacidade de resistir a processos de assujeitamento, à discriminação e ao silenciamento, ecoando falas de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido.

De toda forma, esse processo de resistência por meio da escrita também é possível pois, para lembrar-se de si é necessário convocar os outros, esse outro ancestral, esse “nós” coletivo. A prática da escrita opera, nesse sentido, como um instrumento para o empoderamento do sujeito feminino, para o seu autorreconhecimento e construção da sua autonomia diante da sua história individual, mas sempre imbricada em outras, coletivas.

Essa escrita insistentemente reivindicatória propõe-se, segundo Gomes (2004), a abolir fronteiras e dualismos artificiais, diminuindo o afastamento entre real, ficcional e imaginário para abarcar as múltiplas percepções da realidade. Portanto, são indicadas outras maneiras de inserir na tradição literária formas diferentes de inventar identidades negras, afastadas de preconceitos e racismos e próximas de autoafirmação, de conquista de autonomia e, concomitantemente, de inter-relação, alteridade e negociação.

Isso não exige que os escritos sejam sempre cópias fiéis das realidades vividas pelas escritoras, carregando semelhanças e dando à escritora a possibilidade de deslocar, colocar as personagens em posições diferentes daquelas quase sempre ocupadas por elas na sociedade, devido seu perfil social, étnico, sexual. A possibilidade de realizar este deslocamento, a princípio com a escrita, mas também com a leitura é defendida por Candido (2011) como um direito humano, assim como a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução e a saúde, que asseguram a sobrevivência física e a integridade espiritual das pessoas.

Para o autor, a literatura tem um importante papel humanizador e deveria ser um direito básico do ser humano. Afirmando ainda que o equilíbrio social só seria possível com a literatura, considera a literatura como “manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação” (Candido, 2011, p. 176). A literatura com sua força humanizadora exprime o homem e depois atua na sua própria formação, entendendo por humanização:

O processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (Candido, 2011, p. 182).

A literatura pode ainda funcionar como um instrumento de desmascaramento, revelando situações de restrição, privação ou negação dos direitos, sendo influenciada principalmente por como se organiza a sociedade, afinal, quem tem esse direito? Quem acessa a literatura? Quem tem o direito de ler e ser lida? Uma sociedade com equidade pressupõe esse direito a todos e o torna inalienável.

A literatura é parte fundamental da cultura que pode oferecer níveis de consciência ao ser humano. Para Santos (2007), a cultura é uma forma de comunicação do indivíduo com o universo, sendo um aprendizado de sua relação com o meio, obtido pelo próprio processo de viver. Então, somada ao processo produtivo e às práticas sociais, a cultura é esse cimento que, integrado ao território, oferece caminhos para exercer a cidadania. Assim, não acessar esse direito básico, tal como defendido por Cândido, é ter em alguma medida sua cidadania negada, pois nos retira diretamente uma forma de entender o mundo e lutar pelos direitos que descobrimos serem nossos.

A produção literária confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, promovendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso, se faz imprescindível tanto a literatura “apoiada” pelos poderes, como aquela que surge dos movimentos de resistência. Com seu poder de dar sentido e significado, ela é uma forma de expressar as emoções dos indivíduos e grupos, como uma incorporação consciente. Para Ianni (2011), a literatura não só expressa como organiza uma parte importante da consciência social da população negra. Ao lado da política, da religião e de outras formas de consciência, ela é uma forma singular, privilegiada, de expressão e organização das condições e possibilidades da consciência do negro.

Esse corpo negro tão carregado de memória se transforma em um dos nossos principais patrimônios, e é também o lugar de guardar nossas vivências e sonhos, a intersecção entre passado, presente e futuro, no qual a literatura funciona como o elo. É um espaço para o nosso mundo falar, de certo a literatura funciona como um modo fundamental do escritor obter voz. A literatura opera, desse modo, como um meio de criação, como uma expressão artística intimamente ligada às relações sociais da época, sendo influenciado por ela, mas ultrapassando-a também, por meio da criatividade.

Vigotski (1999) considera a arte como ação humana intencional que recria a realidade material e transforma o próprio sujeito, baseado na concepção de que a existência e a natureza humana é essencialmente histórica e social. Uma consequência dessa concepção é a ideia de que a arte não exprime somente uma experiência individual, mas se torna um objeto cultural construído socialmente. Conforme Vigotski (1999, p. 315):

A arte é o social em nós, e se o seu efeito se processa em um indivíduo isolado, isto não significa, de maneira nenhuma, que suas raízes e essência sejam individuais. [...] O social existe até onde há apenas um homem e as suas emoções. [...] A refundição das emoções fora de nós realiza-se por força de um sentimento social que foi objetivado, levado para fora de nós, materializado e fixado nos objetos externos da arte, que se tornaram instrumento da sociedade.

A arte, as expressões culturais e, desse modo, também a literatura, se tornam indispensáveis para a união do indivíduo com o todo, que carrega um legado humano, permitindo inclusive ao sujeito acessar emoções e experiências as quais não seriam possíveis na sua vida particular, enriquecendo sua visão de mundo (Superti & Barroco, 2014). Essa função organizativa e de expressão da arte nos conduz para uma visão de futuro, que embora possa não se concretizar nos “leva a aspirar acima de nossa vida o que está por trás dela” (Vigotski, 1999, p. 320). Talvez esse seja um dos motivos de nos transformarmos em artistas, escritores ou poetas, e assim fazer-se poeta, como Viera (1995, p. 209) nos evidencia em seu poema *Fiz-me Poeta*:

Fiz-me poeta
por exigência da vida, das emoções, dos ideais, da raça.
Fiz-me poeta
sabendo que nem só ‘se finge a dor que deveras sente’
e crendo que através da poesia posso exprimir
a arte do cotidiano, vivida em cada poema marginal.

Quando dirigimos nosso olhar para formas de autoidentificação, que estabeleçam as bases para a ação insubordinada das mulheres negras, diante das esferas de poder do

patriarcado e do racismo atuantes na nossa sociedade, vimos as mulheres negras como representantes ancestrais e presentes do que se tem como Griots e Ialodês.

As Griots como essa voz feminina transmissora das histórias de geração em geração, narrando suas tradições e cantos. É o nome dado em tradições orais africanas às contadoras de história, com as escritoras negras a narrativa ecoa por meio da escrita. Sob o mesmo ponto de vista, enxergando o protagonismo das mulheres negras, também há o título de Ialodês, isto é, são mulheres que representam a defesa da condição feminina como detentora de poder e de capacidade de luta (Werneck, 2007). As Ialodês não são apenas representação de lideranças, mas carregam no corpo o significado de ocupação, de luta para ocupar espaços insistentemente negados a nós pelo patriarcado e o racismo.

Assim, recorro a essas figuras para lançar um olhar específico para as mulheres negras, suas ações, seus contextos, suas histórias e trajetórias individuais e coletivas, ciente de que a escrita, a literatura e as expressões artísticas por elas desenvolvidas são uma forma de romper com o silêncio. Como Werneck (2007) nos evidencia, as Ialodês são mulheres capazes de desenvolver estratégias culturais que alargam os limites historicamente impostos, produzindo até mesmo novas hegemonias. Deste modo, compreendo perfeitamente quando Conceição Evaristo afirma a escrita como uma forma de suportar o mundo, mas defendendo que para, além disso, também é uma forma de recriá-lo.

5 Vozes Ecoadas

Entrar no campo de pesquisa sempre foi uma etapa do processo que ansiei. Idealizava um corpo na rua, pés se movendo, experiências se encontrando, e achava que a virtualidade me impediria de efetivar meus desejos. Mais uma vez fui surpreendida. Os pés não se moveram, mas as palavras já começavam a ganhar corpo ainda no contato inicial, quando

todas as participantes aceitaram de forma muito feliz e instantânea o convite para participar da construção do projeto.

Já recebia ali mesmo, naquele momento inicial, um reconhecimento da importância de estarmos juntas, um sentimento de acolhimento do que sou e do que sonhei estudar. Naqueles instantes meu medo de produzir algo solitário ou que não fizesse sentido para as que caminham comigo foi se esvaindo, elas enfatizavam o que meu corpo já sabia: nunca estive, nem nunca estaria só. Marcamos as entrevistas e em cada diálogo, cada encontro, as perguntas eram as mesmas, mas os encontros me proporcionavam sempre afetações distintas. Vi materializar-se na disponibilidade e entrega das participantes um engajamento ético e afetivo que Sawaia (2007) já apontava como uma aposta coletiva na transformação da realidade, no qual me senti facilmente integrada ao repertório de símbolos, cultura e história desse grupo de participantes.

Vivenciei ao longo das entrevistas esse lugar de pesquisadora que também é participante, esse lugar que não busca se distanciar ou excluir suas emoções do processo, mas que encontra nesse afetar-se uma forma de estar presente. Encarar a abertura e a disponibilidade das mulheres na construção do projeto, a entrega nas entrevistas foi algo que me impulsionou e que continua me fazendo desejar construir um conhecimento que tenha nossa voz, nossos corpos e nossa cara.

O receio de que os diálogos tivessem um tom de extração de informações sumiu ao longo desse estar junto, ainda que virtualmente, pois de forma muito tranquila percebi que nos reconhecíamos no processo, o que tornou o momento mais confortável e potente. O roteiro das entrevistas serviu como guia, mas os nossos passos quem conduzia eram nossas experiências, as partilhas, a necessidade de ser ouvida e vista por nós mesmas, para assim também podermos ser vistas pelos outros.

É mobilizador perceber que a teoria se materializa ali na prática, perceber-se fazendo conexões com textos que agora não são distantes, mas estão ali corporificados nas experiências daquelas mulheres. Quando Patrícia Hill Collins (2019) defende que as mulheres negras são marcadas por experiências coletivas, ela me remonta como é potente estar junto, podendo observar nas narrativas pontos de aproximação, e me reconhecendo naqueles lugares, ainda que atravessada pelas vivências próprias e subjetivas que cada lugar físico e social proporciona para elas.

Para ilustrar os resultados das análises, a partir das vozes que ecoaram nas entrevistas, construí um diagrama por meio das elaborações sobre a experiência das mulheres com a escrita, suas relações com os territórios e como o contexto pandêmico afetou esses dois eixos na vida das participantes. As categorias mais centrais – **Escrita, Território e Pandemia** – estão interligadas entre si. Dos três eixos principais, surgiram mais 9 subcategorias que serão detalhadas na **Figura 1**.

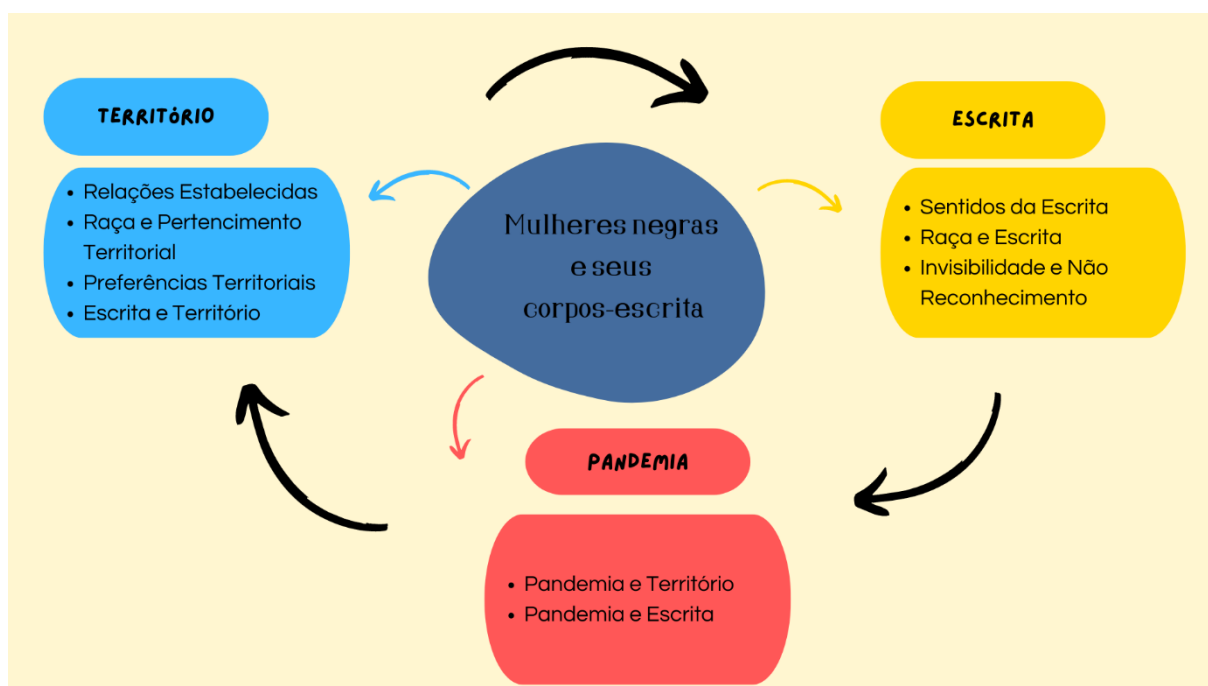


Figura 1. Diagramação dos Indicadores

5.1 Território

5.1.1 *“Morar é diferente de viver”*: Relações e vinculações estabelecidas nos territórios

Transformar um espaço em um lugar é uma relação que prevê o desenvolvimento de afetividade, orientadas pela construção de significados quanto a este espaço. Essas significações podem estar atreladas a valorações positivas ou negativas e no estabelecimento destes significados as emoções ocupam papel definidor, consideramos emoções conforme a definição de Solomon (2015), que as compreende como parte da nossa herança genética, mas que se desenvolvem ao longo da nossa trajetória de vida, por meio das relações com os outros sujeitos e com o meio que nos encontramos.

Os espaços transformam-se em lugares na medida em que são atribuídos significados a eles (Pinheiro & Gurgel, 2011). Quando se trata das emoções na relação pessoa-ambiente, elas acabam sendo influenciadas por multifatores que estão interligados e dependerão da forma como a pessoa vivencia o conjunto de informações que o ambiente proporciona (Russell & Snodgrass, 1987). Ou seja, cada pessoa será afetada de forma diferente pelo meio em que vive, sendo influenciada por seus processos pessoais, mas também pelos contextos sociais aos quais está inserida.

A escolha de permanecer em um ambiente vai variar de acordo com o valor que aquele ambiente possui, no entanto, ainda que esse valor varie de acordo com os traços emocionais de cada indivíduo, que são influenciados pelos seus aspectos pessoais e contexto a preferência se dará para os ambientes em que haja manutenção de um humor prazeroso, que tenha finalidade em um bem-estar (Russell & Snodgrass, 1987). No caso das participantes do trabalho, elas retratam em sua maioria uma vinculação positiva com o bairro em que residem

evocando memórias de sua infância como relata a participante Jeovânia ao narrar que cresceu transitando pelas ruas dos bairros do Alecrim e da Cidade Alta, que foi o local de residência de seus familiares e que até hoje é uma das regiões que mais ocupa na cidade, por estar sempre em trânsito entre Natal e João Pessoa ela sinaliza que: “quando eu chego em Natal o primeiro lugar que o povo me encontra é na Cidade Alta, ali pelo Bardallos, Beco da Lama”.

As participantes Helena, Mara e Itamara também evocam memórias prazerosas sobre os bairros que moram, Helena mais precisamente referindo-se ao município de Santo Antônio como o seu lugar de pertença, o qual passou toda sua infância e adolescência, mas todas carregam um vínculo de amor e identificação nas suas falas:

Não tem jeito eu sempre digo que sou de lá, eu saí de lá mas essa territorialidade não saiu de mim, o meu pertencimento tá lá, é uma imbricação, é onde eu me constituí quer queira quer não, com as coisas positivas e negativas, essa junção é o que me faz ser o que sou, são minhas origens, são minhas raízes (Helena, Jardim Lola/São Gonçalo do Amarante).

Por mais que eu diga que não romantizo tanto, porque reconheço as contradições da sociedade, mas a minha relação é de grande amor com Felipe Camarão, as pessoas até brincam que se alguém vier me paquerar e falar de Felipe Camarão não vai rolar nem um beijinho porque só vou falar daqui, tenho até uma tatuagem em homenagem ao bairro, aqui eu conheci pessoas que me fizeram amar o lugar verdadeiramente (Mara, Felipe Camarão/Natal).

Eu sinto que aqui é meu lugar, não me mudaria daqui, até porque não sou só eu, toda minha família tá aqui, na minha infância ocupava muito as ruas, também vivia na biblioteca da escola que eu estudava no bairro, é aqui onde todo mundo se conhece (Itamara, Vertentes/Assú).

Na fala das participantes fica perceptível o quão suas relações com os territórios são permeadas de afetividade e significações, segundo a compreensão de Gois (2005) essa vinculação que elas estabelecem com os territórios e que implicam diretamente na construção da sua identidade se dá ao ponto em que elas transformam o espaço em lugar, pois para o autor a transformação se dá a partir do investimento de significações afetivas. A identidade de

lugar se faz presente nos relatos ao ponto em que os significados que são atribuídos aos ambientes são incorporados na própria identidade de quem os ocupa (Gonçalves, 2007).

Por meio desses relatos, nota-se também como o conceito de identidade de lugar relaciona-se diretamente com o apego ao lugar, conceito este também fundamental para a Psicologia Ambiental. Unem-se, dessa forma, os aspectos cognitivos que estariam inerentes à identidade e aspectos emocionais que constituem o apego ao lugar. Conforme Farias (2011) aponta a ideia de apego ao lugar é proveniente de um sentimento específico, com uma valência positiva e a vontade de permanecer nesse lugar de apego, de estar sempre ligada a ele. Esses sentimentos são provenientes de memórias, imagens ou familiaridades que se constroem no ambiente e que se relacionam gerando um laço afetivo. Giuliani (2003) defende que o apego é muito mais do que um sentimento de satisfação provocado pelo ambiente, mas de que é este processo que transforma o objeto de apego em único, insubstituível, fortalecendo um sentimento de segurança e conforto na pessoa que o desenvolve.

Neste sentido, os bairros ocupados pelas participantes funcionam para elas como um lugar que atravessa diretamente as suas próprias identidades, mas também suas sensações de segurança e bem-estar. A participante Telma expressa que essa segurança atrelada a uma familiaridade ao espaço ela só sentia quando morava em Felipe Camarão, que apesar de ser um espaço estereotipado como violento, ela se sentia muito mais segura do que morando em Ponta Negra, em uma das regiões mais elitizadas da cidade.

No entanto, no caso de Helena, que não mora mais no bairro que viveu durante sua infância e adolescência, ela explicita que seu atual bairro, é um lugar de conforto, ao ponto que se transforma em lugar de inspiração para os seus escritos, influenciada pela paisagem dos ribeirinhos e mangues que as cercam. A relação estabelecida com seu antigo território de moradia não impediu dessa forma que ela também se vinculasse a novos espaços. Para

Almeida e Rigolin (2007, p. 8) essa relação é o que favorece, inclusive, a nossa capacidade de estabelecer laços com outros lugares, afinal “o nosso lugar nos dá identidade própria e nos permite estabelecer relações com lugares diferentes no resto do mundo”.

No caso dos relatos de Mara e Itamara a vinculação com o bairro que moram se dá em grande parte por ser um espaço de compartilhamento de suas afetividades, de construção de rede de apoio. Elas utilizam o bairro em suas atividades cotidianas, compartilham vivências e experiências neste espaço, transformando-o em um espaço também de coletividade visto que “É um ambiente carregado de afetividade, pontilhado por artefatos sociais ou objetos naturais que servem como pontos de referência e, muitas vezes, evocam memórias pessoais. O lugar é uma parte essencial da identidade dos que o habitam” (Magnoli, 2005, p. 24).

Nessas relações de conexão e afetividade com o bairro, também há o reconhecimento de contradições presentes no território que são explanadas por Mara e Itamara, são aspectos que afetam a vivência no ambiente e a forma como se enxerga os bairros. No entanto, essas visões não restringem os bairros habitados em territórios apenas de violência e precariedade, Mara indica que nos seus escritos aparecem episódios de indignação relativos às chacinas e momentos violentos, mas que ela reconhece que seu bairro é um ambiente com uma história bastante rica e com expressões culturais bem presentes. Itamara também reflete sobre as contradições que seu bairro abarca ao expor:

Eu sempre amei o Buraco D'água e aí pra mim era muito contraposto quando alguém falava do bairro como esse lugar de violência e isso me incomodava muito, aí principalmente o teatro me mostrou o quanto o lugar, o nosso espaço é um lugar de contribuição cultural, nós temos uma quadrilha, a produção de alfenim da cidade é quase toda desse bairro, a maneira como eles lidam com a palha, com a argila, com o milho, então é um trabalho tão cultural, minha família tem uma ligação tão forte que é impossível não perceber isso, mas às vezes você acaba ficando em um lugar de negação, de não querer ocupar esse espaço, porque às vezes é isso, você é colocada como mais uma pessoa do Buraco D'água e pra mim é fundamental desfazer essa imagem, por que não é só isso é também isso (Itamara, Vertentes/Assú).

A forma como elas se apropriam do bairro, as fazem ter momentos de estranhamento, que não implicam necessariamente numa identificação, mas que não coloca sobre elas a necessidade de desvinculação com o bairro, ainda que Itamara em dado instante defenda que há momentos de negação devido ao estereótipo que o bairro sofre. Mas é justamente esse sentimento de estranhamento que as leva a querer transformar o espaço e a visão que se tem deles, essa ação-transformação e identificação simbólica, foram dadas a partir das vivências que elas construíram no ambiente, no qual consideramos vivência:

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (Vigotski, 2012, p. 686).

A participante Mara evoca uma reflexão que é fundamental nas relações que se estabelece com o território, ao diferenciar morar de viver, que corporificam o conceito Vygotskiano de vivência:

Quando eu passei a frequentar a Universidade, a viver outros lugares da cidade eu tive menos tempo de viver o meu bairro, que a gente aqui em Felipe Camarão até brinca que morar é diferente de viver, morar você só dorme, tem suas coisinhas lá no bairro, viver o bairro é você conhecer o cotidiano do bairro, e aí a partir do momento que eu entrei na faculdade eu perdi um pouco desse cotidiano (Mara, Felipe Camarão/Extremoz).

Neste sentido, não é somente o fato de morar que exige uma vinculação com o espaço, uma identificação e assim uma apropriação. Viver o território pode ser lido assim como o fato de apropriar-se, de reconhecer-se neste espaço e estabelecer com ele uma relação de trocas constantes. Mas nem sempre essa vinculação com os espaços habitados se dará de forma

positiva e segura, ou mesmo ocorrerá a transformação do espaço em lugar, dotando-o de significações. Como é possível enxergar na relação de não vinculação e pertencimento que Rosangela e Idyane estabelecem com o bairro em que moram e até mesmo com a cidade:

A verdade é que eu ainda não me encaixei sendo mulher negra nesse território, porque é uma cidade turística, com maioria das pessoas brancas... acabo ocupando um lugar marginalizado e não que eu me coloque nesse lugar, porque eu não pertenço a ele (Rosangela, Cacimbinhas/Tibau do Sul).

Pajuçara fica na Zona Norte de Natal... e assim agora tá mudando um pouco, mas pra maioria das pessoas que moram na Zona Norte aqui é considerado uma zona dormitória, todo dia todo mundo acorda cedinho, pega um engarrafamento na ponte e vai passar o dia trabalhando e só volta pra Zona Norte pra dormir, então minha relação fora a parte da minha infância que eu brincava muito na rua, na adolescência já tive que ir estudar fora por que o bairro não oferecia escola de ensino médio, então até nesse sentido minha vida era toda depois da ponte, por que eu chegava em casa e ia só repousar [...] hoje em dia não tenho mais relação com ninguém do bairro, por que só penso em dormir, você já pega um engarrafamento horrível na ida, um engarrafamento horrível na volta, tendo que trabalhar, estudar, ser mãe [...] não é criado pra gente outra fuga, não há outra possibilidade, ou você faz isso ou você não se mantém, por que você acaba vendo que a realidade na comunidade é meninas engravidando muito cedo, os jovens morrendo antes dos 20 anos, então ou você se mata de trabalhar e estudar ou isso pode ser pra você também, [...] aí você entende o quanto é difícil pra realidade da mulher negra trabalhar, maternar, estudar, não tem tempo nem pra prostrar, não tem essa construção, praticamente relação zero de afetividade, de conexão com as pessoas e o lugar (Idyane, Pajuçara/Natal).

Ao evocar essa não vinculação ao espaço em que moram, essa impossibilidade de pertencimento e identificação, acaba materializando a não apropriação do espaço. Se transformar um espaço em lugar depende das condições materiais e simbólicas de cada pessoa, apropriar-se do espaço também depende, o que implica no distinto oferecimento das possibilidades para os grupos sociais, que podem gerar uma relação direta entre apropriação e alienação do espaço (Lawe, 1976).

A apropriação de um espaço implica necessariamente em uma identificação com este, mas também a possibilidade de intervir neste lugar para gerar sua transformação (Bomfim,

2010) e nenhum desses elementos surgem no relato de Idyane e Rosangela, evidenciando a desapropriação e distanciamento delas para com os espaços de moradia. Para Rosangela, essa não identificação está ligada à população que majoritariamente ocupa o espaço, que é a população branca e para Idyane esta não identificação é atrelada à impossibilidade gerada pelas condições materiais de vivenciar o bairro.

Por não conseguirem conectarem-se com os espaços acaba sendo gerado um não reconhecimento dos objetos presentes neles, que resultam numa apreensão superficial do ambiente. A não familiaridade afetiva e, conseqüentemente, a não identificação que é estabelecida com o lugar, é produto da forma como a cidade é estruturada que aumentam a exclusão social, diminuem as políticas públicas, afastam o habitante da cidade do espaço público, dificultando esses processos.

A fala de Idyane nos faz questionar para quem a cidade é feita, quem tem tempo e condição material de vivenciá-la. Há um papel direto do Estado que produz as cidades em meio às especulações imobiliárias, à desigualdade na distribuição de terras, à não promoção de um deslocamento urbano eficiente e de qualidade, aspectos esses que interferem diretamente na ocupação e apropriação dos espaços (Guimarães, 2013). A cidade precisa ser redefinida de acordo com os interesses e necessidades de quem vive e existe nela, compreendendo os movimentos e conflitos de uma classe que tem o direito de ocupar os diversos espaços urbanos e que depende de condições materiais adequadas para que isso se concretize. Afinal, segundo Lefebvre (1969, p. 109):

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte.

Garcia (2010) afirma que a cidade é vivida assim pois ela é pensada para a circulação do capital e não para o bem viver, não há uma priorização em construir e ofertar condições adequadas para sua real habitação, mas sim uma reprodução das múltiplas opressões e desigualdades, constituindo-se como patriarcal, sexista e discriminatória. Como Santos (2007, p. 60) defende que "são cidades criadas para servir à economia e não à sociedade".

Quando Idyane expõe que sua vida acontece “depois da ponte”, ela se refere ao seu deslocamento cotidiano da Zona Norte, na qual reside, para a Zona Sul, na qual trabalha, esse deslocamento é um movimento comum da classe trabalhadora de Natal, que passa horas nesse trânsito, sem condições adequadas de deslocamento ao mesmo tempo em que demanda grande parte das horas do seu dia. A participante se questiona como pode viver o território se não há as condições materiais necessárias a esse processo, é como também se questiona Santos (2020, p. 63):

Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional? Como, há linhas de ônibus rentáveis e outras não, a própria existência dos transportes coletivos depende de arranjos nem sempre bem sucedidos e nem sempre claros entre o poder público e as concessionárias. Aliás, com o estímulo aos meios de transporte individuais, as políticas públicas praticamente determinam a instalação de um sistema que impede o florescimento dos transportes coletivos. Enquanto isso, o planejamento urbano convencional trabalha a partir das mesmas falsas premissas e fica dando voltas em torno de si mesmo, sem encontrar uma saída que seja de interesse da população.

Considerar as diferentes possibilidades de apropriação do espaço é ponderar também como esse quadro social e territorial incide na construção de cidadania para as populações marginalizadas, tendo em vista que para todo e qualquer indivíduo da chamada periferia

colonizada do mundo, a redefinição da cidadania passa necessariamente pelo remanejamento do espaço territorial em todo o alcance dessa expressão (Sodré, 2002). Em Santos (1996/1997, p. 10), a cidadania é totalmente afetada pela corporeidade territorializada, desse corpo que apenas por ser negro já é carregado de significações, “essa relação vai também definir a cidadania. Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo”.

Desse modo, não há uma cidadania concreta que não leve em conta uma dimensão territorial, seria uma cidadania incompleta. Assim como também não há uma cidadania plena sem a garantia de direitos, que são constantemente mutilados pelo Estado na sua oferta para a população negra, por essa lógica Santos (1996/1997) defende que os pobres e negros nunca foram cidadãos, porque em sua concepção, ser cidadão “é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado” (p. 134) e para a população negra isso não foi ofertado; afinal, como Gonzalez (2020) defende, a construção de uma cidadania negra é forjada em cima de uma negação de si mesmo, é “uma cidadania estralçada, dilacerada” (p. 240). Forjada por essas inquietações dei contorno às minhas palavras neste poema:

Morar já é direito difícil
Viver parece quase raro
Fruto de uma sociedade doente
Que transforma o território em produto caro

Mas sigamos em busca do pertencimento
De achar o espelho no chão que nos segura
Atravessado por memórias e sentimentos
Buscando nosso lugar, nessa procura que perdura

Queremos viver e não só morar
Nos apegar ao lugar de continuidade
Tornar nosso corpo-mapa
Um farol-guia pelas ruas da cidade

(Poema construído no dia 02/07/2022)

5.1.2 *“Quando estou entre os meus me sinto em casa”*: Raça e Pertencimento Territorial

Para as participantes-colaboradoras desta pesquisa, a raça é um elemento fundamental na relação que se estabelece com os espaços que habitam, sendo, inclusive, parte imprescindível das sensações de estranhamento e de pertencimento que podem emergir dessa troca. Quando nos referimos ao lugar das pessoas negras, a participante Telma revela que o trânsito que ela vivenciou, mudando-se de Felipe Camarão para Ponta Negra, a deixou com um sentimento de estranheza, que em muito foi alimentado pela forma como a população do bairro em que mora a enxerga, bem como enxerga a seu companheiro – um homem negro retinto. Ela evidencia no seu relato:

Eu penso muito nesse lugar e nas dificuldades que a gente passa, principalmente meu companheiro, antes que todo mundo entendesse que a gente é morador daqui achavam que a gente era trabalhador né? ele era tratado de forma muito arrogante pelas pessoas, até elas entenderem que é ele quem banca, que boa parte da verba vem dele (...) então veio muito esse sentimento de assombração, tanto que nunca vi nenhum outro negro aqui, as pessoas tinham medo, nossa vizinha que é branca até fechava as portas quando via ele (Mara, Ponta Negra/Natal).

Esse lugar, construído historicamente para a população negra e que ainda é presente no imaginário social, foi problematizado por Gonzalez (1982) ao evidenciar que há uma destinação dos corpos negros aos lugares excluídos, inferiorizados, lugares que são delimitados pelo estigma e racismo estrutural. Ao interseccionar as opressões de raça e classe, ampliando essa conjuntura ao lugar social e territorial que a população negra ocupa, há uma cristalização desse “lugar esperado”, não podendo ser o do conforto, das habitações dignas, do não serviço, como se os corpos negros estivessem predestinados aos lugares marginalizados e

precarizados, materializando esse “estranhamento” que os outros moradores possuem com a participante e seu companheiro.

Neste sentido, Telma e seu companheiro são lidos como “intrusos” na sua própria casa, como não pertencentes àquele lugar e bairro, eles são vistos como “fora do seu lugar social”, lugar que é naturalizado como espaços dos cortiços, favelas e periferias, cubículos amontoados (Gonzalez, 1982) ou mesmo lugares do não prestígio, da invisibilidade. Santos (2002, p. 160), considera que “os interesses cristalizados que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantém os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico”, essas simbolizações centram-se na população negra, nas suas incursões e “a própria subjetividade dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade, cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa” (Santos, 2002, p. 159).

Refletir sobre o conceito de estar à margem requer uma ampliação da noção territorial, como quando Hooks (2019) aponta que estar na margem ainda é fazer parte do todo, mas sem estar necessariamente inserido e pertencer a ele, ela nos identifica como um grupo cuja socialização acontece “fora da existência” (2019, p. 7), que ainda que estejamos territorialmente no centro a nossa existência é transposta como o lugar do outro. Dessa forma, temos uma relação de outridade não somente espacial, mas social, que afeta diretamente a população negra, dificultando o acesso a espaços de socialização, até mesmo a direitos básicos que garantem uma existência digna.

Confinar a população negra a lugares sociais e territoriais de precarização ocasiona uma estereotipização de via bidirecional, pois enquanto as pessoas negras ocupam lugares específicos também possuem os seus lugares julgados e determinados pela suposta caracterização da sua população. Elemento este, reconhecido por Itamara que percebeu que seu bairro, por ser um bairro periférico e ocupado em sua maioria por pessoas negras, é

bastante estigmatizado, destacando inclusive, que reconhece o forte papel da mídia nessa estigmatização:

Eu comecei a me incomodar com essas associações que faziam que o bairro era lugar de marginais, principalmente porque a minha família não tem nenhuma ligação com isso, como muitas famílias daqui, mas por sermos um bairro mais periférico, onde a maioria são negros, aí fica tido como um lugar só de violência e eu presto atenção o quanto a mídia é quem ajuda nessa estigmatização. (Itamara/Vertentes)

O estigma que o bairro sofre, ao qual Itamara se refere, é chamado por Novaes (2006, p. 106) como “discriminação por endereço”. Essa discriminação associa o local de moradia a uma série de atributos negativos, como um espaço que possui um status social específico, renda, perfil racial, nível de escolaridade, comportamentos, incidindo também na caracterização depreciativa dos moradores do local que, ocupado em sua maioria por pessoas negras, são associados a características como pobreza, analfabetismo, violência, inadequação, periculosidade. Cantarino (2012) indica que parte desse estereótipo é reproduzido e reforçado pela mídia por meio de uma homogeneização dos lugares periféricos, que leem as favelas e periferias como lugares definidos pela criminalização e violência, associando a imagem dos seus moradores, principalmente jovens pobres e negros, ao crime. Este contexto chama atenção para o quanto o discurso da mídia pode ser violento, provocando uma violência física e material, ancorando-se inclusive em discursos abstratos e científicos (Hooks, 2019).

No entanto, Kilomba (2019) faz a defesa da necessidade de reconhecer a margem como um local que incorpora múltiplas experiências, pois “a margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência” (p. 68). Consciente dessas múltiplas experiências e identidades que compõem os territórios e de como essa heterogeneidade pode ser influenciada pela raça há uma defesa feita por Ratts (2006) que os lugares e ocupações que não se constituem apenas como encontros corporais de pessoas negras podem ser também um lugar de maior conforto, segurança e pertencimento. O corpo negro plural constrói e qualifica

outros espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem.

Há uma defesa em que a relação que se constrói com o território é parte da relação que se constrói com a própria identidade negra, compreendendo como uma construção pessoal e coletiva ao mesmo tempo, ou seja, que o território é historicamente um elemento necessário a formação da identidade grupal/individual, é um meio de reconhecimento de si pelos outros (Sodré, 2002; Silveira, 2013) na qual “se podemos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” (Silveira, 2013, p. 39). Essa relação territorialidade-corpo negro fica muito explícita nos relatos das participantes:

Tem lugares que são mais fáceis de habitar né, recentemente eu organizei com uma amiga um encontro de mulheres negras escritoras e a gente ficou discutindo como esse espaço era como se sentir, por que quando a gente olhava era só mulheres negras, só tinha gente preta, então tem lugares que você sente melhor, quando você tá entre os seus você se sente melhor, mas também tem lugares difíceis, por exemplo além de mim na minha turma da graduação só tinha outra mulher negra, em filosofia sendo professora eu participei de muitos eventos no país, eu nunca me deparei com uma preta professora de filosofia, de um mestrado, de um doutorado (Jeovania, Gramoré/Natal).

Quando eu estou em um bairro da periferia em que a presença das pessoas que parecem comigo é bem maior eu me sinto bem mais pertencente, porque ali eu tô realmente convivendo com pessoas de igual pra igual, é muito diferente o modo como as pessoas se organizam, como se ajudam, como são presentes umas na vida das outras, é uma outra dinâmica (Gaby, Neópolis/Natal).

Eu gosto mais de lugares tranquilos, silenciosos, aí tem Sibaúma que é um vilarejo mais rural, pronto eu gosto de Sibaúma porque acho que me sinto em casa, vejo um monte de gente preta, aí eu me sinto pronto aqui é o meu lugar (Rosângela, Cacimbinhas/Tibau do Sul).

Sodré (2002) defende que nessa busca de uma expansão da identidade grupal, mas também individual, as pessoas buscam “lugares próprios” (p. 84), pois é nessa transformação de espaço-lugar que ocorre a aculturação dos grupos, que as funções, destinos e processos se

potencializam. É nessa construção que há uma simbolização do território, que permite a intervenção bidirecional entre pessoa-ambiente. Ou seja, a territorialidade produzida pela população negra está intrinsecamente ligada às formas de ocupação que são historicamente construídas e ensinadas por meio das histórias e memórias dessa população, às estratégias de resistência, à produção de cultura, aos laços e costumes firmados, e partilhados e a uma sensação de pertencimento que é produzida pelo compartilhamento de vivências que ocorrem em ser uma pessoa negra ocupando uma sociedade racista.

Na busca dessa territorialidade alguns espaços transformam-se em quilombos para as participantes, como enuncia a participante Helena:

O quilombo pra mim é um lugar que você escolhe ir, que você escolhe se aquilombar, tem até esse processo do quilombo urbano né e eu achei isso muito bonito sabe, você juntar um grupo de negros até mesmo na academia ou em um espaço, imediatamente lembrei do grupo de teatro Axé que eu participei, que eram meninas negras, jovens negros ali reunidos e acho que era isso que tanta incomodava o padre da época que ele era muito preconceituoso, então quando ele via aquele grupo de negros ele vinha nos questionar, que inclusive quando esse grupo de teatro foi desfeito eu me senti muito solitária (Helena, Jardim Lola/ São Gonçalo do Amarante).

Para Nascimento (1989) o conceito de quilombo não se restringe apenas a um território geográfico, mas a um território simbólico. Os espaços que são construídos ou habitados pela população negra, que compõem a sua identidade, funcionam como espaços de sociabilidade, mas também como espaços de elaboração de novas narrativas e imagens sobre esta população, negociando os lugares sociais aos quais a população negra é empurrada. Para esta historiadora, os quilombos são lugares de construção de memória e história, onde é possível recuperar a identidade e a ancestralidade.

O pertencimento da população negra se liga, conforme Conrado, Campelo e Ribeiro (2015) , à forma como elas vivenciam a negritude, se são espaços que permitem ou não a afirmação de suas identidades, quando a participante Helena compara o grupo de teatro com

um quilombo ela enfatiza o quão esse espaço é gerador de uma vivência positiva sobre a negritude, como se torna um espaço de acolhimento, que enuncia uma coletividade. “Estar entre os meus”, “me sentir em casa” são processos que as participantes relataram ao dar exemplos dos lugares que mais gostam de frequentar, convergindo numa característica em comum: é a população negra quem os ocupa, existe um sentimento de pertença que é alimentado e reforçado por se ver refletido naqueles que ali estão, por reconhecer uma história em comum.

Essas “preferências” aproximam-se do conceito de aquilombar a cidade que é compreendido como “resistir em busca libertária, abolicionista e antirracista, valorizando aspectos territoriais e culturais da população [negra] que predominantemente tem sido [...] vítima diuturna de um Estado que busca lhe fazer anônima, indigente, presa, morta” (David, 2018, p. 122), são territórios propositalmente racializados que dão ênfase ao lugar fundante da experiência compartilhada.

Mas como essas relações territoriais se dão quando as participantes não possuem sua negritude confirmada nos ambientes? Quando pelo produto de um embranquecimento que visou uma higienização racial a mestiçagem se tornou um fato ideológico. As leituras sociais que se fazem da mulher negra de pele clara produzem diversos sentidos e definições sobre essas corporeidades. Essas designações são fundamentais para o colorismo. Assim nomeado por Silva (2018) como um mecanismo preconceituoso que provoca o desmonte da identidade e consciência de classe dos negros e negras, baseando-se apenas na sua cor.

Duas participantes relatam experiências distintas a respeito dos efeitos que as leituras exteriores sobre seus corpos racializados produzem. Mara expõe que tem em diversos espaços sua negritude questionada, inclusive, deixando de ser convidada para espaços culturais de compartilhamento de experiências, nos quais ela não é vista como mulher negra. Já Telma identifica que por ser uma mulher negra de pele clara há uma maior passabilidade nos

espaços, sendo mais aceita que o seu companheiro que é um homem negro retinto. Telma relata ainda que o colorismo é algo que atravessa sua construção de mulher negra escritora visto que “primeiro nem sou lida muitas vezes como negra... então ser uma escritora negra é ter que lidar com o colorismo, com as pessoas me invalidando.”

Nesse sentido, as significações produzidas sobre os corpos dessas participantes trabalham em favor da garantia da negação da negritude para o estabelecimento da hierarquia pigmentocrática, na medida em que elas deveriam se referir a pessoas “menos negras” e, por isso, mais merecedoras de um favorecimento social (Pereira & Modesto, 2020). Porém, participantes demonstram que esse suposto favorecimento social é algo muito distante, que elas vivenciam na pele as desigualdades sociais, que buscam inclusive, por meio da escrita uma forma de realizar denúncias a esses quadros e ao panorama que estão inseridas, buscando estratégias também de construir visibilidade sobre si e suas realidades.

5.1.3 Preferências territoriais no cotidiano das mulheres negras

No processo de vivenciar o território muitos podem ser os fatores que influenciam nossas escolhas e preferências por determinados ambientes. As participantes evocam no nosso diálogo os espaços que elas mais ocupam e se sentem confortáveis em habitar, neste quadro surgiu uma experiência em comum que foi a inclinação pela busca de espaços mais tranquilos e distantes da dinâmica urbana, como podemos ver nas falas:

Eu gosto de estar em casa, adoro estar em casa, aqui perto tem um jardim, uma paisagem e eu gosto, [...] gosto de estar no meio dessa parte de cultura, de estar envolvida no processo de criação, e eu não gosto de barulho, festa de rua me incomoda, lugares lotados, multidão isso eu não gosto, gosto muito de coisa tranquila (Helena, Jardim Lola/São Gonçalo do Amarante).

Os lugares que eu me sinto bem, eu gosto muito de mato, de lugares da natureza, de praia, basta ter minha praiazinha, um marzinho que eu já tô muito feliz, sou uma

peessoa muito simples, não sou simplória, mas sou muito simples, se eu tivesse só um pedaço de chão com o mar, um doguinho, uns gato, tava resolvido, sou muito simples nesse sentido, tenho certeza que um dia vou viver no mato (Idyane, Pajuçara/Natal).

Esse sentimento também é compartilhado por Rosangela e Bárbara que afirmam frequentar bastante as praias que são próximas do seu local de moradia, na busca de uma tranquilidade e relaxamento. Cisotto e Vitte (2010) indicam que a procura por espaços da natureza distantes do meio urbano se dá em grande parte por nesse contexto de urbanização crescente a natureza se torna uma espécie de raridade, de ambiente finito, levando a busca dessas ocupações na tentativa de preservar uma qualidade de vida que o intenso crescimento das áreas urbanizadas rouba.

A busca de lugares tranquilos e distantes da dinâmica urbana também parece ser uma estratégia criada pelas participantes para fugir da aceleração e intensidade de fluxos que fazem parte do cotidiano urbano. Influenciadas pela impossibilidade de viver a cidade, contradição fundamental do capitalismo (Ferreira, 2005) há a busca por esses lugares afastados, afinal a cidade, como toda riqueza produzida na sociedade capitalista, é apropriada por poucos, o que leva as participantes a buscarem também espaços que ainda não tenham sido totalmente captados pela lógica capitalista.

Outra escolha em comum no cotidiano das participantes é a preferência por ocupar territórios culturais, ou seja, aqueles espaços que possuem alguma relação com produções culturais, sejam espaços aos quais elas ajudam a construir ou somente espaços para contemplação, como vemos nos seguintes relatos:

Eu gosto de estar em lugares culturais, onde tenham praças, passei um tempo participando do Projeto Choro do Caçuaá, que levavam os cantores para tocar nas praças e eu lá tocando, vendos os senhorzinhos (...) então sempre esse espaço poético, cultural, sempre gostei disso e de estar nesse ambiente de teatro, de dança, onde tem

movimentos culturais eu tô dentro, acho que uma forma de pertencer também (Idyane, Pajuçara/Natal).

Do meu bairro o lugar que mais gosto é o Tecesol, que é onde tá o Maracatu, que é onde a gente ensaia, o Tecesol antigamente era uma cooperativa e agora nos últimos anos é um CMEI que tem o espaço para as crianças, mas também tem as salas que os grupos culturais usam como sede e que querendo ou não é um lugar que marca muito minha infância e adolescência, por que sempre transitei por ali, aí também gosto de ir na pracinha que às vezes a gente ensaia lá e outro espaço saindo do meu bairro é na praia ali perto do morro que vivi muitas coisas ali por conta do coco no pé, até pelo Maracatu, foi um espaço que de uns anos pra cá tem sido muito utilizado pela cultura popular principalmente pelo coco de roda e que eu passei a frequentar muito e um outro espaço é o Beco da Lama por que até a cena cultural tem girado em torno dali e as batalhas de Slam por meio da cultura do hip hop (Gaby, Neópolis/Natal).

A ocupação dos territórios culturais funciona como um processo de territorialização para as mulheres negras, vista por meio de um olhar interseccional, Manzi e Anjos (2021) definem as territorialidades como os processos e práticas de (re)apropriação, (res)significação e (re)construção de espaços de vida inclusivos, plurais e democráticos, espaços de posituação da diferença subalternizada. Os espaços culturais são espaços de pertencimento para essas mulheres, pois em sua maioria são espaços de reapropriação, que provocam a construção de novas narrativas e protagonismos, fortalecendo novas posicionalidades e horizontes.

Para Nascimento (1989) o corpo negro busca temporadas de tranquilidade por meio da relação corpo-identidade-território, procurando e construindo lugares de referência transitórios ou duradouros. Neste sentido, as manifestações culturais têm forte impacto nessa relação, seja por meio das rodas de samba, bailes *blacks*, saraus ou batalhas de *slams* são espaços que promovem uma reconstrução de si por meio da coletividade. Os territórios culturais ganham um papel fundamental na vida das participantes devido ao espaço de pertencimento que é construído a partir da sua ocupação, que explicitam a necessidade das pessoas de se identificarem com um grupo e com aquele ambiente, como Santos (2011, p. 139) explicita:

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.

Na busca dessa identificação, um outro elemento entrou como critério de escolha sobre os ambientes habitados para a participante Telma, a qual expõe que sua prioridade para ir para um espaço e sentir-se confortável nele é o fato dele ser um espaço abertamente LGBT e com preços acessíveis, e que como Ponta Negra é um bairro de classe alta, ela não se sente muito à vontade nos espaços dele, então opta por ir para bares como o La Luna e o Beco da Lama na Cidade Alta, no qual o primeiro bar é organizado por proprietárias LGBT's e o Beco da Lama é um espaço de uma maior diversidade de gênero, sexualidade e corpos.

Também surgiu nos relatos das participantes a demanda por ocupar espaços públicos, principalmente as praças das regiões onde moram, que são, inclusive, locais de potencial divulgação das suas produções artísticas. Para a participante Mara esses espaços públicos são uma oportunidade de estar em contato com as pessoas da comunidade, identificando espaços que são mais habitados no seu bairro como o bar do Júnior, como um espaço de grande socialização, mas que, devido a sua militância política, ela acaba frequentando também alguns espaços políticos como os sindicatos.

5.1.4 “Não há texto em que o meu bairro não seja meu chão”: Território e Escrita de mulheres negras

Para as participantes o território é elemento sempre presente na construção de suas escritas, ainda que ele não seja evidenciado diretamente, as experiências compartilhadas e criadas por meio das palavras nascem sempre de um chão, ou seja, de um lugar. O processo

de habitar é composto por um imaginário que se constitui por meio dos elementos simbólicos e geográficos do lugar, esses elementos nutrem-se e produzem a territorialidade (Gomes, 2020) que é elemento vivo na escrita de mulheres negras. As participantes expressam que o território tem presença marcante no terreno de suas poesias:

O principal lugar que aparece na minha escrita é Felipe Camarão, ele aparece na sua construção cultural, nas suas contradições, em meio as chacinhas, as intensas indignações, mas é principalmente sobre a cultura e a história, Felipe Camarão tem várias lendas e coisas que estão sendo perdidas já que os mais velhos estão falecendo e escrevo sobre as cenas cotidianas do bairro também, também é a partir do que vejo (Mara, Felipe Camarão/Natal).

O livro que escrevi é dedicado ao meu bairro, eu tenho a sensação que não existe nenhum texto meu que não esteja relacionado, que o chão não seja o bairro, principalmente que o título é vizinhas, então falando da minha vizinhança que é o meu bairro, das mulheres do bairro, é o lugar do território, mas também é o lugar das vivências comunitárias, é o lugar em que minha família está, é o lugar da violência também, da violência policial, do racismo, do estigma do bairro, meu bairro é o espaço onde os textos estão situados (Itamara, Vertentes/Assu).

Eu passei a viver mais a cidade depois dos meus 20 anos e muito por meio do Maracatu, por meio dos espaços que a gente usa pra ensaiar, então os espaços que aparecem na minha escrita não são os espaços de Neópolis, são outros espaços da cidade, o espaço ali do centro da cidade, das praias, que em Ponta Negra tem o coco do pé, são os espaços onde a cultura popular ela tá mais presente (Gaby, Neópolis/Natal).

A participante Helena evoca ainda que “a escrita foi um recurso que utilizei para coabitar o território, como um meio de sobreviver mesmo”, denotando o quanto esses dois elementos caminham juntos para ela. Desse modo, as participantes deixam nítido que o território fala, ele comunica algo, seja do cotidiano, das suas experiências, das criações ali possíveis, histórias e contradições. São histórias inscritas e construídas nos lugares que ganham corpo por meio das palavras das participantes. Os territórios-palavras ganham contornos de várias direções, Jeovania e Mara relatam também a influência indireta que o território ganha nas palavras vivas delas, incidindo na linguagem que elas irão utilizar:

Existe uma influência indireta, que é o fato de desde o meu ensino fundamental eu já buscava fazer essa correlação entre a linguagem popular e a literatura, por que quando a gente tá na escola a gente se depara muito com essa poesia metrificada, com essa literatura mais clássica, e eu tenho um amigo que a gente é amigo até hoje, que eu sempre disse que queria fazer a junção entre a linguagem do povo, a linguagem falada e a poesia e ele dizia que não era possível por que a poesia teria que ser sempre sublime (Jeovânia, Gramoré/Natal).

Eu penso muito em quem vai ler, então quem vai ler primeiro é a galera do meu bairro, ou também quem vai escutar porque quando eu era pequena eu participava muito de saraus no bairro, tinha muita ONG e minhas poesias eram fixadas nos espaços daqui, nas UBS, então pensando em quem vai ler eu penso que minha prioridade são as pessoas de Felipe Camarão (Mara, Felipe Camarão/Natal).

A preocupação das participantes se amplia para além de escritos que falem das experiências de quem vive naquele território, mas que sejam palavras que conversem com quem habita tais espaços, que sejam sobre eles e para eles. O ato de modificar a linguagem, ou mesmo de pensar quem serão os primeiros e principais leitores é uma forma de declarar quem está no centro da nossa fala (Hooks, 2019), dos nossos escritos e assim, da nossa voz. Ao buscarem essa mudança na linguagem elas também buscam se distanciar da “norma padrão” da produção escrita. Minchoni (2019, pp. 223-224) afirma que é “pela linguagem artística que os povos das periferias têm recriado e atualizado as histórias contadas sobre eles, ao colocarem em movimento a reescrita da história a partir de quem a vive, de seus olhares e com suas próprias vozes”.

Realizar essa subversão da linguagem padrão também é uma defesa que Gonzalez (1984) fez, na sua visão faz parte do processo de ruptura de barreiras nos paradigmas sociais dominantes o reconhecimento de que o “pretuguês” é a língua que constitui a cultura brasileira. Criar brechas na linguagem, construir novas referências por meio das palavras, se transforma também em instrumento de disputa de poder, o que possibilita recriar as histórias e imagens por meio de quem vivencia a própria realidade.

O lugar que se habita funciona para as participantes como um elemento que comporta múltiplas influências, afetando inclusive na forma como se é reconhecida como escritora, como relata a participante Telma que percebe que desde que saiu de Felipe Camarão e passou a ocupar uma zona mais “nobre” de Natal é reconhecida de outra forma pelas pessoas:

As pessoas agora me entendem não como artista marginal... eu não estou mais a margem, eu tô em um bairro nobre, [...] isso influencia a forma como eu me entendo, de produzir uma escrita que não esteja só associada a sofrimentos, [...] hoje eu estou no oitavo andar, posso ver o mar e me dá vontade de falar sobre coisas leves... mas eu tenho que tomar muito cuidado pra não me sentir culpada por ocupar esse lugar, de não estar onde estou.. e eu sinto isso nas pessoas, [...] eu sinto muitas vezes que eu decepção as pessoas, porque tinham pessoas que adoravam me ajudar, adoravam que eu precisasse delas, mas agora que estou numa condição mais estável sinto isso.

Há um lugar destinado para as escritoras negras, que parece ser sempre a expectativa do lugar do sofrimento e da escassez, que os seus escritos só são negros se contiverem esses elementos. Uma estratégia defendida por Collins (2019) capaz de infringir essas lógicas e lugares historicamente destinados às mulheres negras é a construção de autodefinição, para ela é a partir desse processo que podemos rejeitar o pressuposto de que quem está em posição de autoridade pode interpretar nossa realidade, que podemos ser lidas e definidas como objetos em estudo. Promover a autodefinição é uma forma de nos tornarmos sujeitos humanos.

O processo da autodefinição é composto de uma negação ao lugar do Outro, à uma conformação com o lugar de precarização social e territorial que é tido como nosso. Uma ferramenta fundamental nessa autodefinição é o questionamento, a contestação, a negação de um silêncio que nos é imposto. Para Rosangela, Bárbara e Idyane viver em territórios que muitas vezes são invisibilizados atravessa a escrita, transformando-a em um meio de refletir sobre as condições de vida e assim cobrar melhores condições de vida. Idyane relata que “às vezes a escrita é uma forma de mostrar que minha comunidade não é vista”. Esse tom de

contestação que a escrita adquire na relação com o território é descrito também da seguinte forma:

Eu gosto de trazer o território nos meus versos, principalmente dos Slams, gosto de questionar por que as pessoas negras não estão ali, cadê as pessoas naquele lugar e acaba sendo uma forma também de denunciar as coisas que acontecem na cidade e no bairro (Bárbara, Jardim de Extremoz/Extremoz).

O território é muito presente na minha escrita, sempre aparece, trago na escrita sobre a lagoa Guaraíras, tenho poesia sobre o espaço quilombola Sibaúma e trago isso como uma forma de reflexão sobre a violência doméstica que é muito forte aqui no município... a questão de luta por creches, eu trago em forma de poesia, numa forma de cobrar, demarcando as comunidades que aqui em Tibau do Sul não existe nenhuma creche por parte do município, o governo ele ainda tá ausente desse processo, então por fazer a militância, o feminismo, de ficar cobrando políticas públicas aí a poesia vira um instrumento também, uma forma de dar visibilidade (Rosangela, Cacimbinhas/Tibau do Sul).

Rosangela e Bárbara são duas participantes que sentem um processo de marginalização e invisibilidade com o território, estando a margem, nesse sentido, não uma margem territorial, mas em um lugar de não centralidade das políticas públicas, do desenvolvimento territorial. Essa invisibilidade no acesso às políticas públicas também é algo que incide na trajetória de ser uma mulher negra que escreve, visto que as participantes evidenciam que a cena cultural parece ser sempre a mesma, que ela não chega para todo mundo e que os incentivos destinados a produção cultural são muito poucos:

Sinceramente, é muito difícil ser uma mulher negra que mora na minha cidade, é uma cidade que não tem muito acesso, que não tem muita oportunidade, que a gente não consegue ser vista, é muito difícil, a cultura na minha cidade não tem muito incentivo, então eu vejo que são muitas dificuldades, ainda mais como mulher, que por exemplo na cultura hip hop são mais presentes os homens, então é uma forma de resistência (Bárbara, Jardim de Extremoz/Extremoz).

No entanto Bell Hooks (1989) defende que a margem também pode ser um espaço de abertura radical, que as lutas pelo direito à cidade, por condições de moradia e vida dignas são protagonizadas por mulheres negras, que é neste espaço que elas promovem articulações e

estratégias que reivindicam seus direitos e reverberam suas denúncias contra ações e omissões do Estado neoliberal, patriarcal e racista. Ao ocuparem esse lugar de protagonismo e reivindicação, elas se aproximam das lutas que utilizam diversas estratégias de linguagem e resistência em busca de uma sociedade em que os seus corpos não apenas sobrevivam, mas tenham vida digna e justa (Vale & Aras, 2015; Ribeiro & Avila, 2019).

5.2 Escrita

5.2.1 “A escrita é minha forma de reverberar, se tirar ela de mim eu não sei o que fica”: Sentidos da escrita para mulheres negras

A escrita converge muitos sentidos e funções para as mulheres negras, ganhando papéis diversos que funcionam como modos de expressão, de resistência, de coletivização das experiências. Estabelecendo conexões entre o passado vivido por elas e os seus ancestrais com o presente e o futuro que se deseja construir. Para as participantes Gaby e Bárbara um tom presente e necessário nos seus escritos é o tom de protesto, de revolta, evocando que esses elementos se tornam mais presentes quando escrevem poemas para os *Slams*:

Nas minhas poesias eu vou escrevendo muito o que eu vou sentindo, quase como uma espécie de terapia, de diário, mas eu escrevo Slam também e aí é uma forma de levantar minhas bandeiras, acaba sendo uma forma de denunciar (Bárbara, Jardim de Extremoz/Extremoz).

Quando eu me dei conta de que eu tava fazendo Slam, assim todo Slam é uma poesia, mas nem toda poesia é um Slam, me peguei de uns momentos pra cá que eu estava meio triste, meio afetada, escrevendo esses textos que não partem de um lugar do amor, mas de um lugar de revolta, como nesse período que aconteceu o episódio de George Floyd, por que aqui no Brasil acontece episódio de racismo o tempo todo, mas esse ganhou bastante destaque da mídia e aí foi por meio da poesia, do Slam que eu consegui botar pra fora, e aí eles vem sempre de um lugar que me afeta, que fere a minha vida ou a dos meus (Gaby, Neópolis/Natal).

As batalhas de *Slam* são um movimento que nasceu nos EUA na década de 1980, partindo deste caráter de denúncia e protesto contra uma determinada organização de mundo que privilegia uns em detrimento de outros. Aqui no Brasil, essa manifestação cultural ganhou maior repercussão em 2008 com a poetisa Roberta Estrela D'Ávila, do ZAP, Zona Autônoma da Palavra, em São Paulo. No entanto, foi um movimento que logo ganhou adesão dos jovens das periferias, principalmente nas batalhas de MCs e Rappers que buscavam ampliar a voz de um público marginalizado (Lopes, 2021).

É possível notar que além das noções de expressão artística e protesto, presentes na maioria dos *slams*, há um investimento na visibilidade de corpos que estão à margem, buscando seu protagonismo, desenvolvimento e acolhimento principalmente de mulheres, com destaque nos textos para mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+. Essa característica evidencia um potencial político e estratégico nos discursos interseccionais que conduzem a uma rejeição dos discursos colonizados e eurocentrados (Hollanda, 2020).

A arte, e assim a escrita, funciona como um meio de comunicação entre a realidade vivida e os aspectos culturais e sociais de cada época. É por meio dessas manifestações que se pode criar possibilidades de superação de conflito quando utilizada como forma de resistência e expressão política. As produções culturais podem elucidar, mesmo que não totalmente, as relações de poder que se estabelecem na sociedade ao mesmo ponto em que negocia essas relações, dando à arte um caráter crítico e político. Segundo Oliveira (2015, p. 18):

A produção cultural se torna, a partir disso, importante para os debates em torno da sociedade contemporânea, pois parte considerável dela constitui meios de expressão ligados às classes populares e, sob seu prisma, ganha corpo uma intrigante interface entre história, cultura, sociedade, protesto social e vida cotidiana.

Pensando nessa relação possível entre arte e política que Raposo (2015) desenvolve o conceito de **artivismo**. Para o autor essa ligação favorece o potencial de resistência e

subversão que a arte pode carregar. A natureza estética e simbólica do ativismo amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas num dado contexto histórico social, visando a mudança ou a resistência, consolidando-se como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística (Raposo 2015). Gaby e Bárbara ao construírem seus poemas buscando essa subversão tornam-se ativistas, enxergando na enunciação das palavras a oportunidade de convocar a criação de novas realidades.

Estar nesse lugar é um ato político, e permanecer nele pode se dar também como um lugar de resistência. Como expõem Mara “no início era uma fuga da realidade, que eu tinha uma visão muito romantizada da periferia, mas hoje é um espaço de resistência, formação, então a partir da escrita poética eu extraio elementos da formação política”. É um resistir para libertar-se, desacorrentando de lugares que nos são impostos como enfatiza Idyane:

A escrita esteve pra mim num lugar de repressão, me fizeram acreditar que esse lugar não era meu, então a escrita está nesse lugar de revelia, de grito, é onde eu tiro todas as correntes que me foram colocadas, de engavetar a minha escrita, nesse lugar da rebeldia, é um grito que eu quero externar, que a muito tempo tava preso e eu deixava ela num lugar de esconderijo, então a escrita é essa revelia, esse grito, essa resistência (Idyane, Pajuçara/Natal).

Nessa amplitude de lugares que a escrita ocupa para as mulheres negras, ela funciona simultaneamente como uma forma de estar no mundo, mas também de reivindicar o mundo que queremos viver, conforme Souza e Faustino (2013, p. 2) retratam:

Ser mulher negra é carregado de estigmas, pesa. A escrita é um pretexto preto, texto da nossa existência, é um grito, é um revide, é uma vontade de existir e pegar na mão de outras mulheres negras jovens como nós e dizer que a vida não é só isso, que podemos ser tudo que queremos. E vamos assim, combatendo o machismo e o racismo da nossa forma... nos curando dessa perversidade que é ser a carne mais barata do mercado, de ser sexualizada e erotizada como um produto.

A escrita se mostra dessa forma como um instrumento de recriação de novas imagens e realidades para as mulheres negras na medida em que, segundo Santiago (2012, p. 139),

procura “contestar registros de sofrimento, de dominação e exploração sexual de faces negras femininas e forjar outros que permitam negociar constructos identitários mais dinâmicos e relacionais”. É o que Gaby evidencia no seu relato, enfatizando o poder emancipatório que a escrita oferece, na medida em que nossa realidade não é mais definida pelos outros, mas por nós mesmas:

Pra mim a escrita representa outras possibilidades de narrativas, pra nós mulheres negras tem muito aquilo da história única né, dos únicos caminhos possíveis para as famílias pretas, mulheres pretas, homens pretos e acho que quando a gente se apodera da escrita e passa a escrever sobre as nossas próprias histórias a gente se torna protagonista, finalmente, e aí a gente consegue escrever outras narrativas acerca de quem nós somos, das nossas famílias, a partir da nossa própria perspectiva né e não na perspectiva de uma sociedade que foi formada no meio de uma estrutura racista por meio da escravização dos nossos corpos, então acho que a escrita pra mim tá muito nesse lugar de construir novas realidades diante do que nos foi dado e nos foi imposto (Gaby, Neópolis/Natal).

Tornar-se protagonista é o desejo de Gaby, mas também da participante Rosângela, enfatizando que quando ela dá vida às palavras, ela se torna o papel principal da sua própria história. Dessa forma, ser protagonista é ocupar um espaço que há muito nos foi impedido, é construir a recusa de ser apenas falado pelo outro, de que a nossa história ganhe contornos de mãos e vozes alheias, Gomes (2017, p. 3) indica que ao fazermos essa recusa e ecoarmos nossas vozes e escrito então “desmentirá a impostura de afasia a ela atribuída por toda uma tradição de base escravista”. Na construção da sua própria voz, a escrita de autoria feminina e negra é suscitada devido à realidade que vivemos, em desenvolver tons de protesto e reivindicação do direito à contra-fala, a formação de si para além dos estereótipos negativos e subjugando os espaços que historicamente tentam nos impor do silenciamento e subordinação (Santiago, 2012).

Na esteira de recriar essas imagens Jeovánia faz a defesa de que “é preciso difundir a intelectualidade da mulher negra mostrar que não somos apenas corpo mão-de-obra, peito ou

bunda”. A reprodução dessas imagens sobre a mulher negra é o que Collins (2019) vai nomear de imagens de controle e, ainda antes, Gonzalez (1984) encarou como uma tripla nomeação sobre esses corpos, enquadrando-se em papéis de mulata, mãe preta e doméstica. Essa perpetuação de imagens tem a função de naturalizar o racismo, sexismo, a pobreza e qualquer forma de opressão para que pareça inevitável ou mesmo para que a responsabilidade recaia sobre quem sofre com essa estereotipação.

Dessa forma, como sugerem as participantes, se faz urgente recriar imagens e realidades, transformando-se em um modo de reparar uma realidade tão violenta e estigmatizada com as mulheres negras, para Kilomba (2010, p. 180):

Reparação então significa a negociação do reconhecimento. O indivíduo negocia a realidade. Neste sentido, é o ato de reparação do mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios.

No processo de reparação Jeovania também faz a defesa de que as mulheres negras possam escrever sobre qualquer coisa, quando evoca “eu gosto de escrever sobre os vários ângulos do mundo, sobre erotismo, sobre amor, política, questões sociais... eu quero poder falar sobre qualquer coisa”. Pois, inseridas em uma lógica que conduziu o corpo feminino e negro a períodos ininterruptos de tensão e violência, tudo que é produzido pelas mulheres negras sofre a tentativa de supressão da expectativa branca, corpos feitos para servir, mentes feitas para não pensar. E quando pensam? E quando escrevem? E quando sentem? Somos colocadas novamente na posição de quem só pode falar sobre sofrimento, resistência, luta, é a importância do lugar de “tem que ser forte” para a escrita também.

Deste modo, uma forma que as participantes enxergam de reparar essa imagem e fugirem do exótico ou peculiar na escrita é escrevendo sobre os seus cotidianos, narrando seu dia a dia, expondo suas experiências e emoções com o amor, com o romântico, com o erótico:

Eu gosto de narrar o cotidiano, meus diários são bem isso, isso reflete muito na minha escrita, eu gosto de me colocar, de ser protagonista da minha história, mas eu gosto também de contar a história de outras pessoas, de outras mulheres (Rosângela, Cacimbinhas/Tibau do Sul).

Eu gosto de escrever sobre as pessoas, eu gosto de observar as pessoas, por causa da minha relação com o feminismo eu opto, eu escolho escrever sobre mulheres, me interessa a história das mulheres, mas independente disso eu gosto de escrever sobre pessoas, pra mim escrever é observar as pessoas, de certa forma também imaginar, a partir do cotidiano, apesar de que nem toda história é real (Itamara, Vertentes/Assu).

Eu gosto de escrever sobre os trânsitos entre os bairros, sobre o cotidiano, sobre os amores e os romances, mas também sobre as questões sociais, mas eu também sinto necessidade de não falar só de sofrimento, de dor, [...] eu também sinto necessidade de falar de conforto, de tampar as feridas que tenho ao invés de só cutucar (Telma, Ponta Negra/Natal).

Eu gosto muito de escrever poesia, desde que eu era criança e gosto muito de escrever sobre essa outra face da moeda que não é falada, gosto de escrever sobre amor, gosto de escrever sobre nossas experiências exitosas, sobre nossas experiências que deram certo digamos assim, então a minha escrita é muito atravessada por esse viés poético, busco muito com a minha escrita criar mesmo essas outras narrativas, mostrar que é possível outras formas de existência que não são essas do sofrimento, da destruição, da falta de abundância, gosto muito de falar sobre uma existência que seja plena, sabe, uma existência que a gente não precise se preocupar se amanhã vamos sair na rua e sofrer algum tipo de violência (Gaby, Neópolis/Natal).

O cotidiano é em muitos momentos para as participantes o lócus do processo de escrita, conforme Martins (2007, p. 71) “A artesanaria da escrita é o fio que transforma esses retalhos e resíduos do cotidiano em novos engenhos de linguagem que, como arabescos, revestem o corpo da negrura e o corpus da nossa literatura”. É nas experiências e vivências do cotidiano que se fundem ação e palavra, no qual um processo artesão, feito com as mãos, se constrói.

Essa reparação somada a um processo artesão, ou seja, essa teimosia implicada em não reproduzir padrões esperados pelos corpos negros, palavras que supostamente são destinadas às trajetórias negras, acontece externamente e internamente, processo este que é visto como

uma necessidade para as participantes, elas demonstram uma relação tão imbricada com a escrita que o processo de escrever é como parte de quem elas são, uma parte indissociável. Rosangela expõe que “a escrita é como ar que eu respiro... é ela quem me permite sonhar” e Jeovania possui uma relação muito parecida com essa quando enfatiza que “a escrita é minha forma de reverberar, se tirar ela de mim eu não sei o que fica”.

Evaristo (2020) revela que a escrita nasceu para ela também de uma necessidade, mas de uma necessidade de entender a vida. A escrita é como ter algo, ter um bem, nesse contexto material racista e machista que nega diversas aquisições para as mulheres negras. Para Evaristo (2020, p. 35) obter algo é diferente de dominar, ela defende que:

Eu diria, por exemplo, que a escrita é uma necessidade de apreensão do mundo, mas o mundo que me escapole. Não diria que a escrita é uma possibilidade de domínio. A palavra domínio, para mim, é uma experiência que não coaduna com a minha subjetividade, não venho de uma experiência de domínio de nada. Há uma escolha semântica para verbalizar as suas experiências subjetivas. Nunca experimentei nenhum campo de domínio.

Uma escrita que nasce da experiência pessoal, mas que ganha contornos em vozes coletivas, que surge da investigação do entorno, não se restringindo apenas a uma ação contemplativa, mas que é fruto de um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que rompe com o silêncio e que opera como um instrumento vital na vida das mulheres, como defende Alzandúa (2000, p. 232):

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar

com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

Essa dimensão interna da escrita, que ocupa um lugar pessoal e íntimo é evocada por Idyane quando retrata que “a escrita é um lugar muito íntimo, é uma voz ousada” e por Gaby “pra gente que escreve, nós mulheres negras, eu acho que a escrita toca muito nesse lugar da cura, de a gente se entender, quem somos.” Itamara também defende esse movimento “pra dentro” na escrita, indicando que antes de ser para o outro é um lugar para si mesma:

Pra mim a escrita nunca foi muito um lugar pro outro me ler, mas foi muito esse lugar de refúgio, esse lugar que eu me sinto confortável comigo mesma, com as coisas que eu gosto de escrever e não à toa que os textos que eu publiquei nesse primeiro livro quase ninguém tinha lido, então é muito nesse lugar de refúgio, nesse lugar ensimesmado (Itamara, Vertentes/Assu).

Desse modo, para as participantes a escrita acaba ocupando um lugar muito íntimo, um lugar que não tem funções apenas para quem lê, mas para quem escreve, que funciona como um mergulho interior, a palavra tem a função de intervir. É uma estratégia para ganhar posse de si mesma, buscando um autoconhecimento, ganhando contornos de alavanca do mundo (Gomes, 2004). Neste lugar íntimo e pessoal a escrita representou uma estratégia para lidar com situações difíceis também, para Rosangela, Idyane e Bárbara a escrita foi a forma de lidar com o racismo, com a revolta vivenciada nesta sociedade desigual, por episódios de assédio e até mesmo de adoecimento mental, sendo um meio como defende Idyane “de transformar a dor e a revolta em arte”. Para Helena a escrita funcionou ainda “como uma tábua de salvação para mim, como uma catarse que tira uma carga de mim... foi a poesia que me ajudou a viver o luto do meu pai”. São feridas em que o processo de cura veio por meio das palavras, que os textos se fizeram companhia como expõe Telma:

A escrita funcionou como uma fuga do sofrimento, das questões familiares, das questões de classe, das rejeições, mas também foi um lugar de amparo, porque eu me

sentia muito sozinha, ninguém me amparava ou ouvia, então eu depositava na escrita (Telma, Ponta Negra/Natal).

Os relatos das participantes conduzem a uma associação dupla quanto ao uso da escrita, ela é ao mesmo tempo memória das dores, mas também da resistência, da criação de novas formas de lidar e estar no mundo. Evaristo (2019)³ defende que esse é um modo de provocarmos uma reparação interna e externa, de nos curarmos das feridas que ainda sangram ao mesmo ponto que convocamos a sociedade a olhar para elas também:

A nossa ferida ainda sangra. As Américas sangram também pelas veias dilaceradas dos povos primeiros que aqui habitavam. O território brasileiro continua marcando o seu chão com sangue dos donos primeiros da terra. Povos já estavam aqui quando as naus portuguesas chegaram. Sabemos. A literatura pode ser um lugar de expurgação pessoal e coletiva. Estamos aqui e escrevemos apesar de. Entretanto, só mais uma observação. Quando escrevo a memória da dor, não se trata de “mimimi”, não se trata de causar comiseração, se trata sim, de afirmar a nossa arte, a nossa potência, a nossa resistência, a nossa resiliência, o nosso quilombismo. E mais do que isso, se trata de explicitar sempre, que a nação brasileira vem adiando e aprofundando uma dívida antiga com os descendentes de um dos povos que construiu e que continua ativamente, como trabalhadoras e trabalhadores provendo muito do alimento, da sustância material e imaterial que está na base dessa nação.

5.2.2 Raça e Escrita

A raça é um elemento constituinte da escrita das participantes, produz contornos nos temas abordados, nas experiências vivenciadas e principalmente no reconhecimento - ou não - do seu lugar como escritoras. Para as participante Helena e Idyane, ser uma mulher negra que escreve ocupa um lugar de ousadia e reafirmação dentro de uma lógica que questiona constantemente o lugar que elas constroem, Helena chega a relatar que um professor seu do ensino médio afirmou que ainda que ela escrevesse ou mesmo passasse no vestibular nunca deixaria de ser uma mulher negra.

³ Texto publicado por Conceição Evaristo em sua página pessoal no Facebook, em 15/06/2019.

A fala desse professor aponta para a dificuldade das pessoas, em sua maioria homens brancos, em reconhecer a intelectualidade das mulheres negras, a saída desse lugar de objeto para tornar-se sujeito, desse lugar de subserviência para um lugar de quem produz conhecimento. Como afirmou Hooks (1995), quando combinados racismos e sexismo há uma perpetuação iconográfica sobre a representação da mulher negra, imprimindo na consciência social a ideia de que ela está neste mundo principalmente para servir aos outros.

Sendo assim, a intelectualidade, um espaço socialmente marcado como branco e eurocêntrico, historicamente negou-nos a autoridade do saber. As imagens socialmente construídas sobre as mulheres negras, como visto, autorizam uma leitura social de não racionalidade. Assim, adentrar no campo intelectual exige transgredir fronteiras materiais e simbólicas, por estas razões Idyane e Helena consideram escrever um ato de ousadia. As participantes também apresentam uma consciência de que o fato de sermos mulheres negras faz com que nosso processo de subjetivação seja diferenciado do das mulheres brancas e que isso repercute diretamente no que escrevemos e vivenciamos:

Ser uma mulher negra que escreve... eu ia falar que não é diferente de ser uma mulher branca que escreve no sentido de que somos mulheres que escrevem, mas eu acho que é diferente no sentido do que a gente escreve, não que todas as mulheres negras escrevam sobre a experiência de ser uma mulher negra, mas acho que nossa escrita é muito atravessada por isso por mais que a gente não toque nesses assuntos, por que a nossa subjetividade é formada de uma outra forma, não é formada como a subjetividade de uma mulher branca, a gente cresce em uma outra realidade, por mais que estejamos em territórios distintos, nós mulheres negras, as nossas histórias são muito parecidas (Gaby, Neópolis/Natal).

Existe um momento de ser uma mulher preta na literatura é que claro que a gente pode escrever sobre tudo, sobre qualquer coisa, mas a Escrivência ela está muito presente, o nosso cotidiano, usar a literatura como forma de luta, de expressão e mostrar que há realidades que podem e deveriam ser mudadas (Idyane, Pajuçara/Natal).

A criação literária de escritoras negras representa vivências e experiências que são marcadas pela condição biograficamente marcada de ser mulher e negra. A construção da

nossa subjetividade é composta pelos períodos históricos que vivenciamos e pelas heranças coloniais que recebemos, não existindo uma identidade única ou homogênea para as mulheres, como indica Carneiro (2003, p. 50):

O que poderia ser considerado histórias ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Quando Idyane se refere a escrevivência, ela evoca a estratégia de tornar-se narradora de si e da sua realidade, realidade ficcionalizada ou não, mas que encontra pontos em comum numa história coletiva, é um meio de reexistir, considerando que a tendência colonialista negligenciou a posição das mulheres negras na estrutura social e suas presenças enquanto sujeitos na produção e construção de saberes. Para Evaristo (2017b) a escrevivência se mostra como:

Quando eu usei o termo é... escrevivência [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo.

Escrever seria assim, um meio de fugir do lugar de outridade, do lugar do excepcional, excêntrico e exótico. Na escrita de mulheres negras encontra-se o desenho de novos perfis e espaços para essas personagens e suas invenções-histórias, uma recriação tanto

em termos de conteúdo como no de autoria. Itamara revela que no seu lugar de mulher negra que escreve algo que a incomoda bastante é a tentativa de enquadrar os seus escritos, de criar categorias totalizantes e homogêneas para o que é produzido por elas, indicando que o importante não é se encaixar na norma, mas questioná-la:

Parece que pra gente só é literatura se ocupar o lugar do excepcional, o lugar do outro, não basta ser literatura, tem que se enquadrar e claro que a gente não quer se enquadrar na norma, a gente quer questionar que norma é essa (Itamara, Vertentes/Assu).

As participantes evocam que esse lugar do outro é reforçado na literatura quando os referenciais que chegam para elas desde a infância são apenas de homens brancos, que acaba sendo um desafio se manter e se reconhecer como escritora por “passar uma vida sem referências, sem ver gente como a gente”, como indica Mara, apontando que desde o processo de alfabetização na escola, o que era considerado “literatura clássica” foi sempre compartilhada com o rosto de homens brancos e héteros.

Para Idyane a forma que existe de abrir brechas nesse referencial, de construir uma autorrepresentação é ocupando qualquer lugar visto que “podemos ocupar qualquer lugar e não somente os serviçais, ocupar inclusive os lugares que só homens brancos ocupavam.”. Evaristo (2005b, p. 8) defende a literatura como instrumento importante para tornar-se sujeita-mulher:

Se há uma literatura que nos invisibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira.

5.2.3 Cidadania Incompleta: Invisibilidade e Não Reconhecimento da Escrita de Mulheres Negras

É possível constatar, a partir dos relatos das participantes da pesquisa, a evocação de que ser uma mulher negra que escreve passa muitas vezes por processos de não reconhecimento e invisibilidade, ligados principalmente aos papéis que esperam que elas ocupem, papéis estes que são consequência da hegemonia branca e masculina. Esses atravessamentos tornam o processo de se intitular como escritora mais difícil, mas também se transforma num espaço de silenciamento das vozes que ousaram supor qual seriam os lugares dessas mulheres. Quando questionadas sobre o que é ser uma mulher negra que escreve elas expõem:

O fato de eu ter entrado na Universidade, ter começado a escrever... no início era aquele descrédito mesmo, era como se eu fosse uma louca mesmo, as pessoas me viam como uma pessoa que eu queria aparecer, outros desdenhavam dessa escrita, como se essa escrita não tivesse valor nenhum, nem fosse chegar a lugar nenhum (Helena, Jardim Lola/São Gonçalo do Amarante).

É ter que ser resistência, não tem como dentro de uma sociedade racista, machista, misógina, não ter que ser resistência... lembro quem um escritor bem conhecido e um dia a gente se conheceu e ele disse que eu não precisava pensar não por que eu já era uma negra bonita, então se eu já era uma negra bonita, pra que que danado eu ia pensar e aí o infeliz me convidou pra ir com ele em um evento de literatura na França, mas aí ele queria que eu fosse com ele como “sua negra”, não como escritora, então a gente tem que viver esse processo da resistência onde muitas pessoas não esperam que você... eles olham pra você e veem apenas o estereótipo, eles não enxergam como é que você pode pensar, como você pode escrever coisas bonitas que toquem o outro (Jeovânia, Gramoré/Natal).

Na verdade ser mulher negra é muito dolorido, é muito sofrido, a gente ainda vive num país que a gente é quase que invisível, tem coisas que acontecem com as mulheres negras que quando a gente relata que quando a gente retrata as pessoas duvidam, não acreditam, dizem que a gente tá inventando, isso não só com o racismo mas com todas as violências, o racismo é a ponta do iceberg e quando a gente vem dizer que por trás de todas as violências têm o racismo muita gente vem pra nos

invisibilizar e abafar nossas falas, então quando a gente ganha esse poder de escrever é aí onde a gente não ganha a visibilidade, por que as nossas falas são tão cotidianas. tão corriqueiras, que quando a gente escreve não é só sobre as nossas vozes, a academia por muito tempo ignorou, a sociedade também, eu fui na Bienal e você quase não via mulheres negras nas prateleiras, tem mas não é como a visibilidade das outras escritoras (Rosângela, Cacimbinhas/Tibau do Sul).

As participantes apresentam eventos dolorosos, nos quais seu lugar de escritora é questionado e desacreditado, denotando, inclusive, que esse descrédito esbarra diretamente nos lugares sociais que se espera que a mulher negra ocupe, um lugar que coloca seu corpo em serviço, estereotipando suas funções e existência. O espaço literário foi em grande parte negado às mulheres pretas pois era composto por “um cânone quase exclusivamente masculino e predominantemente do primeiro mundo, europeu e da classe dominante” (Gutiérrez, 2004, p. 33).

Esse cânone literário é mantido como uma forma de exclusão dos discursos que são tidos fora das normas, colocando as produções e discurso do sujeito norma - homens brancos - no centro. Mata (2007) e Schmidt (2019) são bem explícitas em suas defesas de destruição desse cânone indicando que isso seria responsável por provocar uma mudança transformadora na figura literária feminina, indicando assim que descentralizar esse único gênero seria conceder às mulheres uma cidadania participativa, reforçando que os textos de autoria feminina levantariam interrogações acerca de premissas críticas e formações canônicas, tensionando os discursos e representações dominante. No entanto, para Evaristo (2018)⁴ não é suficiente colocar apenas o discurso das mulheres no centro, pois alguns deles - o das mulheres brancas - já está nessa posição, mais que o discurso das mulheres negras, é a nossa história que é interdita:

⁴ Conceição Evaristo em entrevista concedida a Júlia Dias Carneiro, BBC Brasil RJ, março de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>.

Que regras são essas da sociedade brasileira para vermos uma mulher virar um expoente no campo da literatura só aos 71 anos? Enquanto você vê outros expoentes na literatura que às vezes são meninas com idade para serem minha neta, mas como vêm de um grupo social diferenciado do meu, são mais jovens, são brancas, têm sua competência logo revelada? Por que a minha competência está sendo tão tardiamente reconhecida? [...] É preciso questionar essas regras e dinâmicas sociais, culturais e econômicas que tornam tudo muito mais difícil para as pessoas negras. A primeira obra que eu escrevi, *Becos da Memória*, ficou guardada durante 20 anos. Eu mandei para várias editoras. O texto literário, no caso da autoria negra, carrega a nossa subjetividade na própria narrativa. A temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, não é muito bem aceita. Quando a temática negra trata do folclore, ou não é tão reivindicativa, aí interessa. Mas quando questiona as próprias relações raciais no Brasil, é quase um tema interdito. Principalmente se isso é colocado pela própria autoria negra. Até então, os brancos podiam dizer a nosso respeito. Mas quando a gente se apropria do nosso discurso, da nossa história, isso é motivo de interdição.

É muito nítido para a autora, assim como para as participantes, que não é só o sexismo que atua nesse processo de descridibilização da escrita de mulheres negras, mas que o racismo estrutural está no cerne do processo, pois efeitos da hegemonia branca no imaginário social atuam sobre a aceção do que é ser mulher negra, agente de produção intelectual. Logo, é esta combinação entre sexismo e racismo que reproduz violências silenciosas sobre os corpos das mulheres negras, agindo historicamente para desenhar o campo intelectual como um não lugar para as mulheres negras. O lugar social naturalizado da mulher negra está relacionado ao trabalho doméstico e sexual, imbricado também pela ideia de incapacidade intelectual (Almeida, 2020).

O corpo negro foi forjado historicamente para o trabalho, foi sempre um trabalho que se distanciava das esferas intelectuais e de mando. Nesse sentido, a escrita como um trabalho que prevê o uso da mente, das ideias e não do corpo serviçal, foi historicamente construído como um não espaço para as mulheres negras. No entanto, Nascimento (2006) vai indicar que é justamente na cabeça das pessoas negras que ocorre a construção de novos territórios nos

quais vão convergir intelectualidade, corporeidade e memória. Elementos esses que são essenciais para ter um “corpo no mundo” (Luna, 2019).

Itamara e Bárbara refletem que influenciadas pelas referências literárias que receberam em grande parte de suas vidas, elas não conseguem se enxergar como escritoras, ainda que já tenham textos divulgados em livros, mas que o processo de se intitular escritora é uma construção não muito fácil. Para Itamara, ela tem consciência que falta autoconfiança, mas que devido a isso prefere não divulgar o seu trabalho. Mara compartilha de sentimentos muito semelhantes, indicando que ainda passa por um processo de autonegação:

Muitas mulheres negras que escrevem passam por um processo de autonegação, a maioria não se sente boa o suficiente pra escrever, então eu ainda passo por isso, eu ainda... quem lê meu material diz Mara tem material pra publicar em dez anos, só que eu não tenho coragem de publicizar em um livro ou até mesmo em Sarau, quando eu vou recitar eu fico super nervosa, sendo uma poesia de outra pessoa eu consigo interpretar bem, se for algo escrito por mim, por minhas mãos, eu ainda tenho dificuldade de externar, por achar que não é boa o suficiente e eu acho que é por que a gente fica muito nessa comparação com quem já está aparecendo, com quem já está na mídia e que normalmente não são pessoas negras tendo visibilidade, até por que o espaço que eles aparecem são no Sarau, nos Slams, que são lugares que não tem tanta visibilidade, a maioria não tem nem livro publicado (Mara, Felipe Camarão/Natal).

A dificuldade de se enxergar como escritora ou mesmo perceber sua escrita como boa é um processo que atinge muitas mulheres negras, Hooks (2019) indica que esse processo tem razões variadas e multidimensionais, expressões mais estruturais como o racismo, machismo e a exploração de classes que reprimem e silenciam qualquer narrativa divergente do status quo. Mas ela indica ainda que há as lutas internas, que são os esforços necessários para ganhar confiança em escrever, reescrever, desenvolver nossos pontos de vista. No seu próprio processo de se enxergar como escritora ela vivenciou tais dificuldades ao expressar que:

Embora desde a infância eu quisesse fazer da escrita o trabalho da minha vida, tem sido difícil para mim reivindicar a palavra “escritora” como parte do que identifica e configura minha realidade cotidiana. Mesmo depois de publicar livros, eu costumava falar sobre querer ser uma escritora como se esses trabalhos não existissem. E, embora

me dissessem “você é uma escritora”, eu ainda não estava pronta para declarar completamente essa verdade. Parte de mim ainda era mantida em cativeiro por forças dominadoras da história, pela vida familiar que me havia traçado um mapa de silêncio, de fala correta. Eu não tinha me libertado totalmente do medo de dizer a coisa errada, de ser punida. Em algum lugar nos recônditos da minha mente, eu acreditava que podia evitar tanto a responsabilidade quanto a punição se não me declarasse uma escritora (Hooks, 2019, p. 37).

Dentre as dificuldades apontadas em ser uma escritora negra também foi exposto por Jeovania que sente que, por ser uma mulher negra, com escritos que, inclusive, não falam apenas de seus sofrimentos ou dores ela percebe uma maior dificuldade com as editoras, que “no fim as editoras refletem o que a sociedade é”, e se vivemos em uma sociedade racista, sexista e que invisibiliza historicamente mulheres negras, isso incide no processo de publicação, tornando-o mais difícil. Duarte (2005) vai afirmar que essa invisibilidade e apagamento das obras dos afro-brasileiros é algo bastante antigo, proveniente desde o período colonial, que a produção artística da população negra foi sempre presente, mas nem sempre obteve o reconhecimento devido indicando que:

No caso da literatura, essa produção sofre, ao longo do tempo, impedimentos vários à sua divulgação, a começar pela própria materialização em livro. Quando não ficou inédita ou se perdeu nas prateleiras dos arquivos, circulou muitas vezes de forma restrita, em pequenas edições ou suportes alternativos. Em outros casos, existe o apagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo, textuais, com a etnicidade africana ou com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros, em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população (pp. 113-114).

Para Hooks (2019) o sistema de dominação que opera sobre a lógica das publicações é algo que afeta diretamente o processo de escrita das mulheres negras, pois ainda que elas tenham seus livros publicados elas não possuem a garantia de que esse sucesso fará com que seus livros estejam nas prateleiras nos próximos anos e que, na tentativa de agarrar toda e qualquer oportunidade, acaba construindo a sensação de que não podemos ficar sem inspiração, que não podemos esperar muito tempo entre uma publicação e outra, ou seja, são pressões impostas que consomem bastante tempo e energia.

No entanto, ainda que essas dificuldades fossem presentes, as escritoras negras buscam sempre novas maneiras de se apropriar do discurso literário. A posse desse discurso como o próprio verbo já diz prevê disputas de poder, indicando que não é algo dado, construindo assim produções independentes, coletivizando os escritos e publicações, apoderando-se de outros meios como as redes sociais, como também dos espaços de divulgação nas ruas. Na busca da ocupação de espaços que também são nossos, mas que muitas vezes nos são negados, Jeovania relata que devido a sua dificuldade com as editoras, ela se organizou com outras mulheres, em sua maioria negras, para publicarem seus escritos. Inclusive, a maioria das participantes desta pesquisa já escreveram algo para as coletâneas que ela organiza, um desses frutos foi “O livro das Marias” organizado por Jeovânia e que já está na sua terceira edição.

Esse processo de coletivizar os escritos, aponta a importância da autopublicação no mercado independente e, ao mesmo tempo, para o fato de que autora e editora convergem numa mesma figura. Pereira e Coutinho (2021) indicam que esse processo de estar fora do mainstream da publicação, ora por escolha, ora por necessidade, tem uma tendência de agregar autoras “marginalizadas” no mercado editorial – ou por estarem iniciando e serem desconhecidas, ou, ainda, por retratar assuntos que incomodam o status quo. Para Idyane a questão não é somente estar à margem do mercado editorial, mas ela reflete também sobre como as produções culturais, de uma forma geral, que são produzidas pelas pessoas da periferia também sofrem esse movimento de invisibilidade, de não reconhecimento e desta forma também de não incentivo:

Sabemos que aqui em Natal há suas panelinhas, Natal tem praticamente ainda um comportamento provinciano, existe um movimento muito pomposo, sempre com pessoas específicas, então até nisso na pandemia a lei Aldir Blanc veio pra quebrar, pra gente ver outras pessoas, de outros lugares e eu acho necessário justamente essa quebra, estourar essa bolha, a Zona Norte tem artistas que são de bairro, de comunidades, eu quero que o Planalto chegue, que o Guarapes chegue, que Felipe

Camarão chegue, é cansativo a gente tá batalhando numa coisa que já é engessado, essa coisa até mesmo de artista é bom pra apreciação, artista e arte é artigo de luxo, nunca é pra todo mundo, você percebe (Idyane, Pajuçara/Natal).

Compreender o que Idyane revela é defender formas de construir esperança na construção de mundos diferentes, o que reforça a importância da arte e mais precisamente da poesia não ser considerada como artigo de luxo, defesa que Lorde (2020, p.47) também faz, ao afirmar que:

Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. Os horizontes mais longínquos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias.

A fala de Idyane expõe um contexto que demarca a distribuição desigual da distribuição de recursos para a cultura revelando uma concentração espacial em regiões mais valorizadas da cidade, e excluindo grande parte da população que fica à margem. Existem dois modelos de financiamento cultural que são: o fomento direto no qual o órgão gestor de cultura municipal, estadual ou federal utiliza recursos de origem orçamentária a fim de financiar projetos realizados pela sociedade civil a partir de seleções públicas de diversos tipos e finalidades; e o fomento indireto (conhecido como modelo fiscal ou mecenato cultural).

No trabalho de Miranda (2022) que foca nas seleções públicas desenvolvidas no município de Natal/RN ele realiza uma espacialização geral de 6 editais pela cidade de Natal produzindo uma discussão acerca de como a materialidade da segregação espacial é evidenciada pela desigualdade na distribuição dos recursos apresentando uma maior ausência de projetos realizados em bairros das zonas Oeste e Norte. Miranda (2022) discute o impacto

dessa distribuição desigual nos recursos culturais nas diferentes formas de apropriação do espaço, enfatizando que as expressões culturais locais podem ser instrumentos de construção de uma identidade positiva com o território que se habita e de uma consequente apropriação do espaço.

Com o relato de Idyane e os dados apresentados por Miranda (2022) torna-se explícito a correlação que a invisibilidade cultural e territorial tem. Na lógica de que “arte é artigo de luxo”, existem as populações específicas que podem se dar esse luxo, o que não inclui nitidamente a população negra e periférica. Este quadro remete novamente a incidência desse cenário na cidadania das mulheres negras, principalmente daquelas que residem na periferia, visto que se encaramos que cultura deveria ser um direito universal tal qual saúde, educação, lazer, a cidadania cultural também não se efetiva para esta população. Não há um movimento que instrumentalize o território e promova a distribuição ao acesso de bens e serviços indispensáveis e o Estado tem se mostrado como esfera primordial na reprodução dessa cidadania incompleta. O espaço ganha contornos de mercadoria, como tudo que é produzido e construído no sistema capitalista, e desse modo, não é utilizado para fins que visem o bem-estar e a cidadania de quem o ocupa. Santos (2011) identificou que “quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais” (p. 207).

Neste sentido, faz-se necessário construir modos de ocupação e apropriação desse urbano, que deem conta das necessidades de quem o ocupa, reivindicando novas formas de habitar. As mudanças precisam ser na gestão e uso do território, para se criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania conectada à cultura que ofereça suporte e eficácia para toda população e não somente para um grupo. Nesta esteira, a escrita, mas também outras produções artísticas como desenhos, teatro, dança e canto são modalidades discursivas

desenvolvidas historicamente pelas mulheres negras (Gomes, 2004) que, a fim de ampliar e reverberar suas histórias e experiências, também ocupam a função de convocar essa cidadania.

5.3 Pandemia

5.3.1 Pandemia e Relações Territoriais

A pandemia de Covid-19 foi um contexto que afetou diretamente diversas esferas das nossas vidas, dentre estas, está a nossa relação com os territórios, com os lugares que habitamos e consequentemente quais deles deixamos de habitar. O isolamento social trouxe assim a reformulação e recriação da vinculação com alguns ambientes. Jeovania relata que no meio das restrições que vivenciou na pandemia, há uma que ela sente mais falta que é a de ocupar as feiras literárias, que não há substituição nesse contato com as pessoas, em poder ver e dialogar com os autores, que eram espaços de troca bastante importantes para ela. Por mais que na pandemia alguns eventos foram realocados para o meio virtual, readaptados e reformulados, Jeovania sente falta de um espaço que era lazer, ao mesmo ponto em que era socialização e terreno de compartilhar conhecimento e experiências, permeada pela “busca dos contatos face a face, o estabelecimento de vínculos afetivos também se manifestam no lazer” (Marcellino, 2012, p. 97).

No entanto, a pandemia e o processo de isolamento social também provocaram dois movimentos relatados pelas participantes: o primeiro foi uma maior conexão com a casa, e inclusive, a transformação de alguns espaços em “casa”, e o segundo movimento foi a exposição de forma mais nítida do empobrecimento dos lugares, ou seja, dos níveis de desigualdade que compõem os espaços. Ao refletirmos sobre esse processo de estar em casa, a

participante Jeovania me conduziu a um passeio virtual pela sua casa, mostrando os cômodos, as decorações, a fim de que eu percebesse que “tudo na minha casa respira arte” e que na pandemia acabou construindo essa conexão com a casa que se transforma em lar. Para Gonçalves (2014) a casa é o lugar de expressão integral se ligada à possibilidade de segurança e proteção que também é um elemento presente no relato de Jeovania quando expõe que “eu também não saía com medo do machismo, por que as pessoas me questionam por eu não ter um companheiro... por eu ser independente”, então sua casa funcionava também como seu refúgio. Para Gonçalves (2014, p. 91):

O homem, como resultado da experiência íntima com o seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo com as necessidades que não são apenas biológicas, mas também sociais, culturais e psicológicas. Portanto, a casa está além do abrigo do corpo.

Ocupar este espaço é dotá-lo de significados, construídos principalmente por meio dos objetos concretos e simbólicos que o irão compor. Em cada detalhe colocado no espaço é um pouco da participante que se expressa no lar, o que denota uma relação de pertencimento. Jeovania entende que a casa dela fala muito sobre ela e isso a faz querer mostrar de uma forma muito espontânea como aquele espaço é composto.

A participante Helena também reflete sobre essa relação mais íntima que estabeleceu com sua casa, indicando que “na pandemia eu me senti muito mais recolhida, muito mais conectada com minha casa e pra mim foi muito cômodo trabalhar de home office, nem queria voltar”. Ela expressa conforto e bem-estar ao ocupar o espaço da casa, recolhe-se no seu lugar íntimo como também expressa o seu conforto em transformar a casa em um espaço de trabalho, modificando-o conforme suas necessidades. Quando Jeovania e Helena adaptam seu lar, transforma-o em um espaço representativo de quem nele vive, elas reproduzem um

processo que Valadares (2000) destaca indicando que as pessoas organizam os seus ambientes por meio de padrões estruturais e comportamentais, os quais orientam suas próprias vidas.

As relações que as participantes Helena e Jeovania estabelecem com a sua casa, materializam o processo de apropriação do espaço, compreendendo o apropriar-se do lugar como “Um sujeito, ao apropriar-se de um lugar, com o tempo deixa sua marca e, ao transformá-lo, inicia um processo de reapropriação com o ambiente, colocando nele objetos com o qual se identifica” (Gonçalves, 2007, pp. 28-29). O processo de identificar-se com sua casa é o primeiro elemento que conduz à apropriação, e para que essa identificação se efetive se modificam os elementos da sua casa, se readaptam os cômodos, as decorações, para que aquele ambiente tenha “a cara” de quem nele habita.

Dessa forma, o lugar, a casa, tem um significado para as participantes que são incorporados à sua subjetividade. No processo de incorporação dos elementos do lugar a sua subjetividade também se estabelece a identidade de lugar, caracterizando-se como “um componente específico do próprio “eu” do sujeito, forjado em um complexo de ideias conscientes e inconscientes, sentimentos, valores, objetivos, preferências, habilidades e tendências. A identidade de lugar se fixa no ritmo das vivências de seus habitantes.” (Gonçalves, 2014, p. 104).

No meio da pandemia, habitar a casa, estabelecer uma relação identitária com ela parece ter ganhado novos contornos. Segundo Silva e Marcílio (2020) a casa, no momento do isolamento social, ganha um sentido complexo no cotidiano, é um ambiente que ganha valores humanos, ou seja, valores que não se restringem apenas a um espaço para abrigar o corpo, mas que sinaliza um nível de cuidado consigo e com o outro.

Pallasmaa (2017) defende que o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante. Dessa forma, o habitar é como um ato simbólico, de

organização da vida, de parte de quem somos, que não acomoda somente as necessidades físicas, mas afetivas, cognitivas, nossos desejos, sonhos, memórias e experiências. Para o autor, é preciso pensar a essência poética do habitar, aquela essência que nos acompanha desde os primórdios e que não deve ser restrita ao aspecto estético da casa, mas também em elementos que nos remetem à segurança, proteção, abrigo, conforto e bem-estar, elementos estes que na pandemia ganham novos contornos, que são vivenciados por outros ângulos.

No segundo ponto levantado, Itamara revela que a pandemia foi um período muito difícil pra ela, de inclusive, pouca produção pois “o contexto mexia muito comigo e o empobrecimento dos lugares ficou muito mais visível, era difícil ver tanta gente passando por situações ruins e de sofrimento”. Itamara se refere às dificuldades vivenciadas principalmente pelos moradores do seu bairro, zona periférica de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, um cenário desigual que foi acentuado pela pandemia, conforme Farias, Sousa, Rocha e Oliveira (2021) a desigualdade na oferta de serviços no meio dessa crise pandêmica gerou impactos graves na saúde pública dos territórios periféricos, revelando assimetrias, que são traduzidas em condições básicas de vida como distribuição de água, esgoto, acesso aos serviços de saúde, que deveriam ser garantidas para toda a população, mas que são reflexo de um uso desigual do território. As vulnerabilidades sociais se materializam no espaço, tornam-se vulnerabilidades socioespaciais presentes nos espaços pobres da cidade (Corrêa, 1995) isto se dá porque o espaço é construído pelas relações sociais que fundamentam a sociedade, refletindo a divisão em classes, as desigualdades, injustiças na distribuição dos recursos e da riqueza (Santos, 1978).

5.3.2 Virtualidade, Pandemia e a Relação com a Escrita

Nós sabemos que a pandemia foi/é um contexto que atingiu de forma diferenciada as populações, consequência da forma desigual com que nossa sociedade é estruturada e que os recursos são distribuídos. Os dados sobre Covid-19 no Brasil apontam para o fato de que a população negra (pretos e pardos) é a mais afetada pela pandemia. Tanto no que se refere ao número de casos confirmados quanto ao número de óbitos. Uma pesquisa encomendada pela Revista Época (2020), por exemplo, demonstra que das fichas em que foram identificados dados sobre raça/cor, 61% das vítimas que vieram a óbito foram identificadas como pretas e pardas.

Dentro deste quadro, segundo o IBGE (2019), 47% da população negra trabalha informalmente, o que poderia dificultar a execução do isolamento social, medida tida como necessária para propagação menos violenta do vírus. Neste sentido, no quadro apresentado pelas participantes entra um elemento essencial: a escolaridade e os locais de trabalho. Todas as participantes apresentam alta escolaridade e locais de trabalho/estudo que as possibilitaram trabalhar e estudar de forma híbrida, o que também provocou um maior uso da virtualidade e a necessidade de uma “adaptação” como se refere Bárbara “acaba que a pandemia me permitiu ocupar mais lugares, recitar e participar de eventos de outros estados e cidades... por que é isso né, eu tive que me adaptar”, evidenciando que precisaram ser criados hábitos e dinâmicas neste momento.

A fala de Bárbara reflete a experiência de muitas outras participantes que justificam que no meio do contexto pandêmico há um destaque para o papel que a virtualidade ocupou na vida delas, indicando que o maior uso das redes sociais propiciou à elas um maior contato com pessoas de outros estados. Apontaram ainda a maior facilidade em participar de eventos organizados em outros estados, que seriam complicados de habitar devido a distância física,

complicados, assim, todas as participantes refletem sobre se enxergarem ocupando novos lugares virtuais na pandemia.

Tivemos Marchas Virtuais ocupadas pelas mulheres como a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo que tomou as redes sociais no dia 25 de julho de 2020, construção de Saraus e projetos culturais, como o “No Olho da Onça” construído por boa parte das participantes da pesquisa, que enfatizaram a reatualização das estratégias desenvolvidas pelas mulheres negras para romper com o silêncio. Nas vozes das participantes houve uma expansão da literatura pelos meios tecnológicos como também uma ampliação de contatos e encontros:

A pandemia teve consequências positivas, de alguma forma uma união, eu faço parte do Mulherio das Letras e há Mulherio em várias partes do mundo e o que eu vejo é uma expansão da literatura negra feminina que se dá pela disseminação que essa rede tá fazendo, a tecnologia que hoje nós temos, que permite a gente fazer uma live onde por exemplo tem uma na Paraíba, uma em São Paulo, uma na Bahia, uma no Rio Grande do Norte e tá todo mundo conversando sobre a mesma temática (Jeovania, Gramoré/Natal).

Esse período da pandemia... a pandemia, assim pra questão cultural houve um espaço de abertura, através das redes sociais foi onde houve muitas possibilidades de contato, com pessoas outras que jamais imaginei que ia estabelecer esses contatos, com duas escritoras negras do Rio Grande do Sul por exemplo e que agora eu tenho esse contato, essa troca (Helena, Jardim Lola/São Gonçalo do Amarante).

Impedidas de ocupar os espaços físicos elas usaram da virtualidade como campo de expressão, de compartilhamento, ampliando a transmissão oral e corporal que já as constitui. Com base em Certeau (1990), essas ações desenvolvidas pelas mulheres negras poderiam ser compreendidas como táticas de vida, elaboradas em condições desfavoráveis para manutenção de suas vidas e das comunidades, são estratégias que se reatualizam conforme as necessidades, mas que sempre existiram nos quilombos, rodas de samba, terreiros de candomblé. Nas palavras de Carneiro (2006, p. 23) são “condutas, com conteúdos e táticas de

uma liberdade vivida sob tensão e funcionam como memória coletiva, inscrevendo na cultura e no cotidiano uma crônica alternativa de vida”.

Na internet, seja nas redes sociais, blogs, páginas e sites, as participantes evocam que têm se sentido muito mais ativa e exposta, encontrando nos territórios virtuais uma forma de buscar visibilidade e de ter um maior contato com outras pessoas como expressa Rosangela “eu senti que fiquei mais ativa nas redes sociais, transitando por mais lugares e até tendo um maior contato com as pessoas... também produzi mais né, até pra alimentar as redes sociais”. Neste sentido, a internet e as redes sociais podem ser entendidas como uma ferramenta de fortalecimento que auxilia na construção de apoio, reconhecimento, criatividade e formação (Lima, Alvim, & Rodolfo, 2021).

As participantes reconhecem que a pandemia foi um período que acentuou o processo de escrita, visto como uma forma de externalizar as sensações que chegaram com o período, ou mesmo de reforçar coisas que sempre estiveram ali, naqueles corpos e vivências, como indicou Idyane “a pandemia foi como uma catapulta impulsora na minha escrita, por que eu sentia muita necessidade de me expressar, escrever até pra não entrar numa pilha”. Deste modo, a pandemia foi um período de efervescência nos escritos porque também era um modo de existir, de fortalecer as reivindicações, de partilhar os medos e angústias, de desconstruir discursos que ainda pairam sobre os corpos das mulheres negras e de gerar reflexões e conscientização sobre a crise que se vivenciava:

A pandemia foi quando eu mais apareci, que eu mais escrevi... e também foi um momento para que as pessoas vissem outras coisas, não somente um corpo gordo ou um corpo abjeto como Judith Butler diz, por que se a gente fala da solidão da mulher negra imagine da mulher negra e gorda (Telma, Ponta Negra/Natal).

Eu acho que pra quem escreve esse foi um período que atravessou bastante, acabou que eu não gosto de escrever sobre coisas tristes, mas nesse momento eu também comecei a escrever tentando conscientizar as pessoas, algumas coisas que escrevi

foram temáticas, foram voltadas para a pandemia, falar sobre o luto, sobre a tristeza, foi um período que eu senti mais as coisas ao meu redor, mas também me ajudou positivamente que foi quando eu tive mais tempo pra escrever, pra organizar meus escritos (Bárbara, Jardim de Extremoz/Extremoz).

A minha escrita foi totalmente afetada pela pandemia no sentido que eu passei a escrever bem mais, na correria do dia a dia, da universidade, as coisas iam acontecendo, por que assim... eu não sou a pessoa que paro e vou escrever, acontece de uma forma muito natural, então em tempos não pandêmicos isso era uma coisa que não acontecia porque eu tava com minha cabeça em outras questões e aí a pandemia veio junto com meu processo de me iniciar no candomblé, por que foi meu próprio processo de renascimento, então eu já tinha que ficar em casa, então já tinham coisas que eu ia escrever, então foi um período que eu escrevi muito nesse ano de 2020, por que muitas coisas aconteceram, nos dois anos de pandemia foram os anos que mais escrevi e foi acontecendo de uma forma bem natural, tiveram muitos assuntos e temas que inevitavelmente ficaram mais visíveis e evidentes como a morte de George Floyd, o black lives matter, que o racismo tá ali todo dia, mas esses casos ganharam visibilidade (Gaby, Neópolis/Natal).

A Internet e as redes sociais foram progressivamente favorecendo o compartilhamento e divulgação dos escritos, sendo apontadas pela maior parte das participantes como um dos principais espaços de divulgação, em grande medida por que acessar esses meios era uma forma de acessar o público sem passar por barreiras das grandes editoras e ganhava uma conotação pessoal e coletiva ao mesmo tempo, era um texto na sua rede social, um escrito seu, mas que ecoava em muitas outras mulheres de uma forma muito rápida. O uso das plataformas da internet possibilitou às escritoras negras, a produção e divulgação de conteúdos com maior facilidade e amplitude na rede. Para as participantes Bárbara e Itamara operaram também no medo e vergonha que elas possuíam de explanar seus escritos, Bárbara expõe que a virtualidade foi um processo que ajudou a perder a timidez e Itamara que devido ao período pandêmico foi tomada por uma reflexão da brevidade da vida e compreendeu que seria necessário se arriscar, se expor e assim criar coragem para colocar suas palavras no mundo. Assim, as redes sociais passaram a auxiliar na construção de “novas narrativas que,

quando compartilhadas e ampliadas pela rede, fortalecem outras mulheres a assumir sua própria história” (Rocha, 2017, p. 28).

Todo este panorama evidenciou um protagonismo das mulheres negras nos territórios virtuais, que não cessaram em questionar as realidades postas, em expressarem suas experiências e emoções e que fizeram da escrita esse instrumento de insistência em reivindicações que são históricas, permitindo a recriação de narrativas que as colocam no lugar que é nosso por direito: no centro das nossas palavras, trajetórias e histórias.

6 Considerações Finais

Ao considerar o processo de pesquisar um caminho construído ativamente, buscando produzir conhecimentos que auxiliem na leitura e produção da realidade apresentada, esta seção objetiva refletir sobre a construção desse caminho, o que atravessou esse processo e principalmente o que foi possível apreender nestes espaços. Neste sentido, a proposta deste estudo visou investigar a relação que as mulheres negras e escritoras de poesia estabelecem com os territórios que habitam como essa relação é atravessada pelos marcadores sociais que compõem a existência dessas mulheres e incidem na construção da cidadania.

Trabalhar com mulheres escritoras foi uma escolha que visou dois elementos principais: o primeiro foi por reconhecer na escrita um instrumento de autoconhecimento e de enunciação de sua própria realidade, ainda que nem todos os escritos sejam apenas sobre o que se vive; e o segundo elemento foi construir conhecimento juntamente com corpos que se recusam a silenciar, que transformam a palavra em ação, escapando de lugares sociais que foram construídos historicamente como se fossem nossos. Construir este trabalho recobrou a convicção de que falar de uma de nós é falar de muitas de nós, não como histórias e

experiências homogeneizadas, mas com experiências que anunciam um ponto de vista coletivo caracterizado por tensões em comum, mas que não necessariamente tem respostas iguais (Collins, 2019).

Busquei investigar como as relações territoriais se constituem para as mulheres negras, compreendendo que a apropriação do espaço se dá de forma diferenciada de acordo com a classe e a raça de quem o habita (Gonzalez, 1974; Santos, 1978) e que essa apropriação desigual afeta diretamente a efetivação da cidadania dessas mulheres. Tomar a escrita como uma produção cultural também objetivou compreender como ser escritora negra e assim produzir cultura é um elemento que também não é oferecido de forma igualitária para a população e o que deveria ser também um direito - tanto de produzir, publicar e consumir - transforma-se em artigo de luxo.

Desenvolver um trabalho no meio da pandemia de Covid-19, com uma conjuntura política e social complexa e limitada, apresentou-se como um desafio, me colocando no lugar de replanejamento e reconfiguração dos objetivos iniciais. No entanto, também me trouxe a feliz surpresa da postura aberta e dialógica das participantes ainda que as entrevistas tenham se dado de forma virtual, nesta escolha metodológica pude adentrar a casa das participantes, caminhar com elas pelas ruas e me conectar de forma muito íntima com as experiências compartilhadas.

As experiências compartilhadas pelas participantes revelam uma vinculação positiva com os territórios, com exceção de uma participante que justifica sua desapropriação territorial nas condições materiais que não são oferecidas, e que advém da lógica neoliberal que dificulta o viver a cidade efetivamente. A raça entra como elemento central na apropriação dos ambientes, operando como aspecto definidor do desenvolvimento de sensações de pertencimento, segurança e conforto na ocupação dos espaços, ao ponto em que estar entre os nossos é uma busca constante. É apontado ainda a forte preferência por

ocupações de espaços culturais- públicos e privados- que refletem o próprio lugar que as participantes ocupam, o de escreverem, de produzirem cultura.

A escrita é, então, uma forma das mulheres estarem no mundo, de construírem uma agência que produz questionamentos, resistências, mas também vida e cotidiano. Ainda que o processo de reconhecimento e visibilidade tenha requerido muitas lutas, hoje parte fundamental do que temos como literatura é construída por mulheres negras, é escrito por corpos que interseccionam gênero e raça. O território é, nesse sentido, o chão dessa escrita, é nele que o cotidiano se desenvolve e o que faz com que toda escrita venha de um lugar, seja físico ou social. Os territórios virtuais também se apresentam como esse campo de produção, compartilhamento e expressão da literatura produzida por mulheres negras, ganhando mais impacto na vida delas a partir do isolamento social ocorrido na pandemia.

Nesse sentido, este estudo contribui para a indispensabilidade de estratégias que busquem construir formas efetivas de ocupação dos territórios, levando em conta as necessidades de quem realmente os habita, repensando o modelo atual de gestão da cidade, que é sempre voltado para a expansão do mercado, iniciando uma discussão sobre os padrões racializados de ocupação urbana. Compreendendo o papel do Estado nesta estrutura e a distinção entre a estrutura das desigualdades e a mobilidade nessa estrutura (Hasenbalg C. , 1979), é fundamental para entender por que um mesmo Estado pode colaborar ativamente para a produção de desigualdades estruturais, ao mesmo tempo que pode fazer intervenções resolutivas sobre essas desigualdades.

Paralelamente a essas contribuições, também é necessário analisar e mapear como ocorre a produção cultural das cidades, quais os critérios que incidem na valorização de alguns corpos produtores de cultura e na desvalorização e consequente invisibilidade de outros. Faz-se necessário territorializar as políticas públicas, enxergando o protagonismo do

território na promoção de cidadania, a fim de produzir condições materiais das produções culturais (literatura, audiovisual, teatro etc.) que são historicamente invisibilizadas, sendo esta via uma estratégia de ocupação territorial e de produção de vida nos espaços.

Este trabalho também visa corroborar com a ampliação de novos campos de estudos para a psicologia ambiental, reconhecendo a importância de interseccionarmos território e pessoa, levando em conta os determinantes sociais que essa pessoa possui e o lugar- social e físico- ao qual está inserida. Diante do exposto, este trabalho visou produzir conhecimento científico centrado na experiência de corpos que são historicamente afastados dessa produção a fim de estreitar as relações entre a produção social e a intelectual, para que a ciência construa seu papel de responsabilidade sobre as transformações na sociedade, por meio da articulação com os atores sociais (Urta, 2011). Em vista disso, esta pesquisa reconhece o potencial da interdisciplinaridade e a necessidade urgente da psicologia dialogar com outras áreas, como a literatura neste trabalho, reconhecendo que o fazer científico precisa extrapolar os muros acadêmicos e reconstruir a ideia de intelectualidade.

Desta forma, é fundamental compartilhar os efeitos dessa construção em mim mesma e em meu corpo, construir conhecimento é muito mais do que um compromisso ético adotado por mim, mas uma estratégia de construir novos futuros e narrativas. Para isso compartilho uma poesia fruto das minhas afetações deste trabalho, reconhecendo a escrita desta dissertação como parte do meu processo de cura e de definição de mim mesma:

Quando criança eu muito sonhava
Queria ser cantora, médica, professora
Só não queria ser negra e mulher

Isso por que eu cantaria,
Mas não me ouviriam
Eu me destacaria,
Mas não seria suficiente
No fim, eu entendi que queria ser gente

O racismo tem um jeito de nos olhar
 Que nos deixa pequena
 Tem um jeito de nos silenciar
 Que a nossa voz envenena
 Nos violenta com um eterno não-lugar
 Que grita que o nosso corpo para a cidade não é tema

Mas por insistência das minhas
 Nunca parei de sonhar
 Escrevia desde menina
 Buscando um jeito do meu corpo habitar

Construir ciência também foi meu jeito de revidar
 Jeito de ser um pouco do que sonhava
 E lembrar que sozinha não é forma de caminhar

A cada entrevista tantas emoções emergiam
 Horas o choro surgia, horas a admiração saltava
 Ser pesquisadora é antes de tudo se afetar
 Distanciar-se da falsa neutralidade e as pessoas enxergar

Escrever foi como tecer fios de uma colcha
 Com linhas que costuravam simultaneamente
 Minha vida e a das participantes
 Os retalhos eram as experiências vividas
 Histórias de cansaço, mas também de potência sendo nutrida

No meio da costura muitos desejos ecoavam
 Queremos ser vistas, ouvidas e valorizadas
 Queremos casa, cidade e lugar
 Queremos esse corpo-território reconhecido como lar

Escrevemos como forma de revidar, habitar e amar
 As palavras são formas de existir no mundo
 E eu daqui, sigo teimando em sonhar

O artesanato dessa construção
 É reivindicar nosso lugar
 De viver ao invés de morar
 Escrever sem o corpo calar
 E sonhar ao invés de minguar

7 Referências

- Alcoff, L. M. (2006). *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*. New York: Oxford University.
- Almeida, J. (2015). Narrativas de remoção: a diáspora Negra entre memórias, deslocamentos e resistências. *Literatura e Sociedade*, 20(21), 90-99. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i21p90-99>
- Almeida, L. M., & Rigolin, T. B. (2007). *Geografia*. São Paulo: Ática.
- Almeida, M. L. (2020). Em legítima defesa: a escrita feminina negra como enfrentamento e transgressão. *Teias*, 21(62), 38-49. <https://doi.org/10.12957/teias.2020.49738>
- Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaíra.
- Alzandúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 8(1), 229-235. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Anhas, D. d., Rosa, K. R., & Silva, C. R. (2018). Afetividade e Práxis Transformadora na Pesquisa Qualitativa. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-9. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i173315>
- Arias, P. G. (2010). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes. *Calle14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, 4(5), 80-94.
- Barbosa, I. R., Gonçalves, R. C., & Santana, R. L. (2019). Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. *Journal of Human Growth and Development*, 29(1), 18-56. <https://doi.org/10.7322/jhgd.157749>
- Barros, S. A. (2018). História da Educação da População Negra: Entre Silenciamento e Resistência. *Pensar Educação*, 3(4), 1-26.
- Bezerra, K. D. (2002). A cor da ternura: tecendo os fios da memória. In: M. N. Figueredo (Org.), *Poéticas afro-brasileiras* (pp. 112-123). Belo Horizonte: Mazza.
- Bomfim, Z. Á. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: UFC Edições.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1) 65-80.
- Borda, O. F. (2006). Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (pp. 42-63). São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, A. (2002). *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Braun, V., & Clarke., V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp.
- Candido, A. (2011). O direito à literatura. In: A. Candido (Org.), *Vários Escritos* (pp. 171-193). Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.
- Cantarino, C. (2012). Mídia ajuda a legitimar a repressão ao criminalizar periferias e favelas. *Ciência e Cultura*, 64(2), 6-8. <http://doi.org/10.21800/S0009-67252012000200003>
- Carlos, A. (2011). *A cidade*. São Paulo: Contexto.
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Carneiro, F. (2006). Nossos passos vêm de longe. In: J. Werneck, M. Mendonça, & E. C. White (Orgs.), *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe* (pp. 20-32). Rio de Janeiro: Pallas/Criola.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Summus Editorial.
- Castells, M. (2007). *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavalcante, S., Mourão, A., & Gunther, H. (2018). Perambular. In: S. Cavalcante, & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 167-176). Petrópolis: Vozes.
- Cerqueira, J. T. (2017). Barreiras visíveis e invisíveis na favela: Pelo bem viver das nossas mulheres. In: V. Koetz, H. D. Marques, & J. T. Cerqueira (Orgs.), *Direito à Cidade: Novos Olhares* (pp. 32-41). São Paulo: IBDU.
- Certeau, M. (1990). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.
- César, C. (2008). Deus me proteja [música]. In: *Francisco, Forró y Frevo*. EMI Music Brasil.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: um guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Cisotto, M. F., & Vitte, A. C. (2010). O consumo da natureza no novo padrão de ocupação urbana. *GeoAtos*, 1(10), 26-39. <https://doi.org/10.35416/geoatos.v1i10.221>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo.

- Conrado, M., Campelo, M., & Ribeiro, A. (2015). Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. *Afro-Ásia*, 52, 213-246. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i52.21886>
- Corrêa, R. L. (1995). Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: I. E. Castro, P. C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Geografia: conceito e temas* (pp. 15-47). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Costa, L. A. (2014). *Traços do chão, Tramas do mundo Representações do político na escrita de Mia Couto e Patrick Chamoiseau* (Tese de Doutorado, São Paulo, SP, Brasil: Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-27042015-111512/pt-br.php>
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Dalcastagnè, R. (2002). Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 20, 33-77.
- Dalcastagnè, R. (2012). Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. *Iberical*, 2, 13-18.
- Damasceno, J. (2008). O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. *Anais* (pp. 1-7). Florianópolis: Autor.
- David, E. C. (2018). *Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil*. São Paulo: PUC.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- Deschamps, M. V., Delgado, P. R., Sugamoto, M., Cintra, A. P., & Ignácio, S. A. (2009). *Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.
- Deslandes, S. F. (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Domingues, P. (2005). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, 10, 116-131.
- Duarte, E. D. (2005). *Literatura e afrodescendência no Brasil: ontologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2017). Autobiografia Ambiental como estratégia para incentivar o vínculo estudante-ambiente. In: III CIPA. *Anais* (pp. 1-10). Natal: Autor.
- Elniño, T. (2019). Atlântico [música]. In: *Pedras, Flechas, Lanças, Espadas e Espelhos*. Independente.

- Evaristo, C. (2005a). Escre(vi)(vendo)me: ligeiras linhas de uma auto-apresentação. In: N. M. Schneider (Org.), *Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora*. (pp. 1-15). João Pessoa: Universitária.
- Evaristo, C. (2005b). Gênero e etnia: uma escrevivência em dupla face. In: N. M. Moreira, & L. Schneider (Orgs.), *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora* (pp. 1-15). João Pessoa: Idéia.
- Evaristo, C. (2007). Da grafia desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: M. A. Alexandre (Org.), *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces* (pp. 16-21). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Evaristo, C. (2009). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, 13(25), 17-31.
- Evaristo, C. (2017a). *Nasci rodeada de palavras*. Recuperado de <https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossas-publicacoes/revista/entrevistas/artigo/2402/nasci-rodeada-de-palavras>
- Evaristo, C. (2017b). Philos na Flip: A minha escrita é profundamente marcada pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira. *Revista Philos*. Recuperado de <https://revistaphilos.com/2017/07/29/philos-na-flip-a-minha-escrita-e-profundamente-marcada-pela-minha-condicao-de-mulher-negra-na-sociedade-brasileira-por-conceicao-evaristo/>
- Evaristo, C. (2017c). *Poemas da Recordação e Outros Movimentos*. Rio de Janeiro: Malê.
- Evaristo, C. (2020). A Escrevivência e seus subtextos. In: C. L. Duarte, & I. R. Nunes (Org.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26-47). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Farias, H. S., Sousa, G. M., Rocha, A. S., & Oliveira, L. D. (2021). O impacto da Covid-19 nas periferias: uma análise espacial a partir dos casos e óbitos no Rio de Janeiro. *Confins*, 52, 1-10.
- Farias, T. M. (2011). *O afeto além dos muros e portões: O apego a vizinhanças na cidade do Natal* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17514>
- Farias, T. M. (2017). *Afetividade e resistência: vínculo, transformações socioambientais e oposição capital-lugar na cidade de Galinhos-RN* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24345>
- Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Biblioteca Azul.

- Ferreira, J. S. (2005). A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio Interfaces das Representações Urbanas em Tempos de Globalização. *Anais* (pp. 1-20). Bauru: Autor.
- Ferreira, T. P. (2015). *Sou uma Carolina* [poesia]. Recuperado de <https://www.facebook.com/nosmulheresdaperiferia/posts/sou-uma-carolina-por-tula-pilar-ferreirasou-uma-carolinatrabalhei-desde-meninana/370603873139798/>
- Figueiredo, F. R. (2009). *A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Filleti, J. D., Gorayebi, D. S., & Melo, M. F. (2021). *Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho*. Campinas: FACAMP.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Flores, M. B., & Campos, E. C. (2007). Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*, 27(53), 267-296. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100012>
- Fonseca, M. V. (2002). *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição do trabalho escravo*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco.
- Fragoso, S., Rebs, R. R., & Bart, D. L. (2011). Territorialidades virtuais Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. *Matrizes*, 5(1), 211-225. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i1p211-225>
- França, A. N. (2018). *Movimentos Sociais e o Programa Rio Sem Homofobia: uma trajetória de luta por políticas públicas e o reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de https://www.academia.edu/36194787/_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Movimentos_Sociais_e_o_Programa_Rio_Sem_Homofobia_uma_trajet%C3%B3ria_de_luta_por_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_e_o_reconhecimento_da_cidadania_LGBT_no_Rio_de_Janeiro
- Freitas, M. T. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 21-39. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>
- Freyre, G. (1989). *Casa Grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- G1 (2020). *Aplicativos do Facebook têm 3 bilhões de usuários no 1º tri, mas empresa espera queda ao fim do isolamento*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/30/aplicativos-do-facebook-tem-3-bilhoes-de-usuarios-no-1o-tri-mas-empresa-espera-queda-ao-fim-do-isolamento.ghtml>

- Gadamer., H. G. (2008). *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes.
- Geertz, C. (2012). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Giuliani, M. V. (2003). Theory of Attachment and Place Attachment. In: M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto (Orgs.), *Psychological theories for environmental issues* (pp. 137-170). Ashgate: Aldershot.
- Gomes, H. T. (2004). "Visíveis e invisíveis grades": vozes de mulheres na escrita afro-descendente contemporânea. *Caderno Espaço Feminino*, 12(15), 13-26.
- Gomes, H. T. (2020). Africanidade e território na inscrição (da escrita literária) brasileira. In: J. Oliveira, & L. E. Soares (Orgs.), *Africanidades e brasilidades: ensino, pesquisa e crítica* (pp. 60-79). Vitória: EDUFES.
- Gomes, H. T. (2021). "Visíveis e Invisíveis Grades": Vozes de Mulheres na Escrita Afrodescendente Contemporânea". Recuperado de <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/526-visiveis-e-invisiveis-grades-vozes-de-mulheres-na-escrita-afro-descendente-contemporanea-heloisa-toller-gomes>
- Gonçalves, T. M. (2007). *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Unijuí.
- Gonçalves, T. M. (2014). Habitar. A casa como contingência da condição humana. *Revista INVI*, 29(80), 83-108. <http://doi.org/10.4067/S0718-83582014000100004>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: L. A. Silva (Org.), *Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos* (pp. 223-244). Brasília: Anpocs.
- Gonzalez, L. (2011). Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, 1, 12-20.
- González-Rey, F. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Gortázar, N. G. (2021). *Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>
- Gramsci, A. (2001a). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Groff, A. R., Maheirie, K., & Zanella, A. V. (2010). Constituição do(a) pesquisador(a) em ciências humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103.

- Guardia, S. B. (2007). Literatura y escritura femenina en America Latina. In: XII Seminário Nacional Mulher e Literatura. *Anais* (pp. 1-27). Ilhéus: Autor.
- Guerra, A., Pochmann, M., & Silva, R. A. (2014). *Atlas da Exclusão Social no Brasil- Dez anos depois*. São Paulo: Cortez.
- Guimarães, M. C. (2013). A questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista. *Argumentum*, 5(1), 180-196. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v5i1.3642>
- Gunther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A Abordagem Multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, Definições e Implicações. In: H. Gunther, & J. Q. Pinheiro (Orgs.), *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente* (pp. 369-396). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Günther., H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>
- Gutiérrez, R. E. (2004). *Una introducción a la teoría literario feminista*. México: Universidad Autónoma de Puebla.
- Haesbaert, R. (1999). Identidades Territoriais. In: Z. Rosendahl, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Manifestações da Cultura no Espaço* (pp. 169-190). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bretand Brasil.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: K. Thompson (Org.), *Media and Cultural Regulation* (pp. 1-23). Inglaterra: Educação & Realidade.
- Hall, S. (2013). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hasenbalg, C. (1979). *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Hollanda, H. A. (2020). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Hooks, B. (1985). Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, 3(2), 464-478.
- Hooks, B. (2019). *E eu não sou uma mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Hooks, B. (2019). *Erguer a voz: Pensar Como Feminista, Pensar Como Negra*. São Paulo: Elefante.
- Hooks, B. (2019b). *Teoria Feminista: Da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.

- Hooks, B. (2020). Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada. In: B. Hooks (Org.), *E eu não sou uma mulher?* (pp. 37-90). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Ianni, O. (2011). Literatura e consciência. In: E. A. Fonseca (Org.), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (pp. 183-197). Belo Horizonte: UFMG.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2013). *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (1995-2015). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>
- Janone, L. (2022). *Com corte no orçamento, 88% das universidades federais têm prejuízos, diz Andifes*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-corte-no-orcamento-88-das-universidades-federais-tem-prejuizos-diz-andifes/>
- Jesus, A. J., & Souza, F. d. (2020). Nossa Arma-Palavra: O Ativismo Intelectual das Mulheres Negras no Poetry Slam. *Revell*, 1(14), 332-350.
- Jesus, C. M. (2021). *Casa de Alvenaria: Volume 1 - Osasco*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Prado, C., Jr. (1995). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- Jucá, J. (1988). A questão abolicionista na visão de André Rebouças. *Caderno de Estudos da Sociedade*, 4(2), 207-218.
- Kagame, A. (1975). A percepção empírica do tempo e concepção da história no pensamento bantu. In: P. Ricoeur et al. (Orgs.), *As Culturas e o Tempo* (pp. 102-127). São Paulo: Vozes.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lefebvre, H. (1969). *O Direito à cidade*. São Paulo: Documento.
- Lima, A. G., Alvim, A. A., & Rodolfo, J. d. (2021). Vozes de mulheres negras de Parelheiros: Internet, interseccionalidade. *V!RUS*, 23, 1-11.
- Lopes, A. C. (2021). Sobre a capa. Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. *Roteiro*, 46, 3-10.

- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider: Ensaios e Conferências*. São Paulo: Autêntica.
- Luna, L. (2019). Um corpo no mundo [música]. In: *Um corpo no mundo*. YB Music.
- Macêdo, L. A., & Neves, L. R. (2016). Em busca do passado: Memória e Identidade de Lugar. *RELACult*, 2, 741-756. <https://doi.org/10.23899/relacult.v2i4.246>
- Manzi, M., & Anjos, M. E. (2021). O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23, 1-29. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt>
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semiestruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. *Anais* (pp. 1-10). Foz do Iguaçu: Autor.
- Marcellino, N. C. (2012). *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados.
- Martins, L. (2007). A fina lâmina da palavra. *O eixo e a roda*, 15, 55-84.
- Marx, K., & Engels, F. (2009). *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mata, I. (2007). Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença. In: L. Padilha, & I. Mata (Orgs.), *A mulher em África Vozes de uma margem sempre presente* (pp. 421-440). Lisboa: Edições Colibri.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições.
- Medrado, B., Spink, M. J., & Mélo, R. P. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: M. J. Spink, J. I. Brigagão, N. V. do, & M. P. Cordeiro (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 274-294). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Minayo, M. C. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. (2017). Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e controvérsias. *Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1-12.
- Minchillo, C. C. (2016). Poesia ao vivo: algumas implicações políticas e estéticas da cena literária nas quebradas de São Paulo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 49, 127-151.
- Minchoni, T. (2019). *Coletivo Sarau do Binho: insurgência (po)ética nas tramas. Florianópolis, Santa Catarina* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219301>

- Miranda, D. C. F. (2022). *Cultura, território e cidadania: Um estudo sobre as políticas culturais na cidade de Natal* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Mourão, A. R., & Cavalcante, S. (2006). O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 143-151. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200003>
- BBC News (2020). *George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas.
- Nascimento, A. (2004). Teatro experimental do negro: trajetórias e reflexões. *Estudos Avançados*, 18(50), 209-224.
- Nascimento, B. (1989). Ôrí [documentário]. *Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda*. Recuperado de <https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>
- Nascimento, B. (2021). *Uma História Feita por Mãos Negras*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nogueira, Y. D. (2019). *Memórias de um Corpo Negro Feminino: Narrativas Poéticas, Ancestralidade e Processos Criativos* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador). Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30152>
- Novaes, R. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: M. I. Almeida, & F. Eugenio (Orgs.), *Culturas jovens: novos mapas do afeto* (pp. 105-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ocaña, A. O., & López., M. I. (2019). Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. *Hallazgos*, 16(31), 147-166.
- Oliveira, K. (2005). *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador). Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12042>
- Oliveira, L. H. (2018). Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. *Aletria*, 28(4), 155-170. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.28.4.155-170>
- Oliveira, R. C. (2015). *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, R. P., & Cruz, T. B. (2020). Poesia falada: O levante das Mulheres. *Travessias*, 14(3), 134-153.
- Pallasmaa, J. (2017). *Habitar*. São Paulo: GGilli.

- G1 (2020). *Caso Miguel: 'Ela deixou meu filho ir para a morte', diz mãe de menino que estava aos cuidados da patroa e morreu*, Recuperado de <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2020/06/05/ela-deixou-meu-filho-em-perigo-diz-mae-de-menino-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-e-morreu.ghtml>
- Pereira, C., & Modesto, R. (2020). “Mulher negra de pele clara”: Lugar de enunciação e processos de identificação. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, 21, 274-290.
- Pereira, I. S. (2018). *De contos a depoimentos: memórias de escritoras negras e moçambicanas* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072018-120739/pt-br.php>
- Pereira, M. D., & Coutinho, S. M. (2021). Padê Editorial e Nega Lilo: representatividade feminina no mercado editorial independente. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 62, 1-13. <https://doi.org/10.1590/2316-4018621>
- Pinheiro, J. D. (1998). Enseñanza de la psicología ambiental: vínculo afectivo del alumno y estrategias para su promoción. In: R. G. Mira, J. M. Cameselle, E. Ares, & D. P. Rodríguez (Orgs.), *Libro de comunicaciones: VI Congreso de Psicología Ambiental* (pp. 299-304). A Coruña Espanha: Universidade da Coruña.
- Pinheiro, J. Q., Elali, G. V., Gurgel, F. F., Diniz, R. F., Farias, T. M., & Pol, E. (2019). Em busca do hífen: trinta e cinco anos de Psicologia Ambiental no Rio Grande do Norte. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 24(1), 90-100. <http://doi.org/10.22491/1678-4669.20190011>
- Pinheiro, J., & Gurgel, F. F. (2011). Perspectiva Temporal. In: G. A. Elali, & S. Cavalcante (Orgs.), *Temas básicos em psicologia ambiental* (pp. 267-280). Petrópolis: Vozes.
- Pinheiro, R. L., & Silva, A. P. (2018). Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 259-273.
- Raposo, P. (2015). “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 4(2), 3-12. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.909>
- Ratts, A. (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa oficial.
- Ratts, A. (2002). Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: XXVII Encontro Anual da ANPOCS. *Anais* (pp. 1-20). São Paulo: Autor.
- Ribeiro, C. J., & Avila, C. S. (2019). O Direito à Cidade e a Mulher Negra. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 5(2), 66-83.

- Ribeiro, L. C., Salata, A., Costa, L., & Ribeiro, M. G. (2013). *Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Rocha, T. S. (2017). *Mulheres negras e internet: do racismo ao ativismo* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília). Recuperado de <https://bdm.unb.br/handle/10483/17900>
- Rodrigues, J. C. (1983). *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- G1 (2020). *Como está aquele caso: João Beto, morto por dois seguranças em um supermercado no RS*. Recuperado de <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/12/30/como-esta-aquele-caso-joao-beto-morto-por-dois-segurancas-em-um-supermercado-no-rs.ghtml>
- Rubim, A. A., & Rocha, R. (2010). *Políticas Culturais para as cidades*. Bahia: EdUFBA.
- Russell, J. A., & J, S. (1987). Emotion and the environment. In: D. Stokols, & I. Altman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 245-280). Nova York: John Wiley & Sons.
- Santiago, A. R. (2012). *Vozes Literárias de Escritoras Negras*. Cruz das Almas: Editora UFRB.
- Santos, D. B., Feitosa, E. T., & Silva, R. O. (2016). O uso de tecnologias pela população idosa. *Tecnologias em Projeção*, 7(2), 80-88.
- Santos, D. C. (2018). *Corpo Negro Feminino: Ressignificação em Performances de Mulheres Negras* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12892>
- Santos, E. (2019). *Pesquisa-formação na Cibercultura*. Teresina: EDUFPI.
- Santos, M. (1978). *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (1986). *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (1994). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1996/1997). As Cidadanias Mutiladas. In: R. Cardoso, M. R. Kehl, E. Bucci, A. Dines, & L. F. (Orgs.), *O Preconceito* (pp. 133-144). São Paulo: IMESP.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

- Santos, M. (2002). Ser negro no Brasil hoje. In: M. Santos (Org.), *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania* (pp. 157-161). São Paulo: Publifolha.
- Santos, M. (2004). *O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2004). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucite/Edusp.
- Santos, M. (2007). *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2008). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2011). *O espaço da cidadania e outras reflexões*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães.
- Santos, M. A. (2013). Abjeto em disputa: dissidências ou não entre Bataille, Kristeva e Butler. In: L. Colling & D. Thürler (Orgs.). *Estudos e políticas do CUS – Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade* (pp. 61-86). Salvador: Edufba.
- Santos, T. S. (2020). “De lá pra cá”: *Experiências diásporas de baianos e baianas na região da Grande Florianópolis, Santa Catarina* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215932>
- Sawaia, B. B. (2007). Teoria laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da psicologia social histórico-humana. *Psicologia & Sociedade*, 19, 81-89. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500023>
- Schmidt, R. T. (2019). Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: Holanda, H. B. *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e conceito*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 65-79.
- SEMTAS – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (2021). *Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025)*. Recuperado de https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/semtas/Plano_Municipal_de_Assistencia_Social.pdf
- SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (2007). *Anuário Natal 2007*. Recuperado de https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Anuario/Anuario_2007.pdf
- SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (2018). *Anuário de Natal: 2017-2018*. Recuperado de <https://www2.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html>

- Silva, M. A., & Marcílio, B. M. (2020). A casa e o habitar: Experiências emocionais do isolamento social. *Projectare*, 1(10), 247-261.
- Silva, M. N. (2012). População Negra: segregação e invisibilidade em Londrina. In: T. M. Muller (Org.), *Questões Urbanas e Racismo*. Brasília: ABPN.
- Silva, N. A., Faria, D., & Pimenta, M. (2017). Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. In: XVII ENANPUR. *Anais* (pp. 1-17). São Paulo: Autor.
- Silveira, M. L. (2013). Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: L. C. Dias, & M. Ferrari (Org.), *Territorialidades Humanas e Redes Sociais* (pp. 39-62). Florianópolis: Insular.
- Siqueira, S. (2020). “Tudo o que tu escreveste, eu sei” - a tradição de uma literatura escrita por mulheres diaspóricas: o encontro da brasileira Carolina Maria de Jesus com a martinicana Françoise Ega. *Nau Literária*, 16(1), 129-147. <https://doi.org/10.22456/1981-4526.104860>
- Soares, C. M., & Jorge, G. L. (2020). Mulher negra na literatura: a palavra como instrumento de luta e resistência. *Revista Temas em Educação*, 29(3), 27-46. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n3.53133>
- Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*, 17(39), 203-219.
- Sodré, M. (2002). *O Terreiro e a Cidade: A forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago.
- Solomon, R. (2015). *Fiéis às nossas emoções*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Souza, E., & Faustino, C. (2013). *Pretextos de mulheres negras*. São Paulo: Coletivo Mjiba.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>
- Stavenhagen, R. (1971). Cómo descolonizar las ciencias sociales. In: R. Stavenhagen (Org.), *Sociología y subdesarrollo* (pp. 37-64). México: Nuestro Tiempo.
- Superti, S. M., & Barroco, T. (2014). Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 22-31. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100004>
- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel.
- Urra, M. (2011). Ética, relevancia social y Psicología organizada. *Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica*, 3(1), 57-59.

- Valadares, J. D. (2000). Qualidade do espaço e da habitação humana. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 83-98. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100008>
- Vale, M. M., & Aras, L. M. (2015). Articulação da rede de mulheres negras na diáspora africana: tradição viva, contraditória, em constante reinvenção. *Pontos de Interrogação*, 5(2), 19-35. <https://doi.org/10.30620/p.i.v5i2.2163>
- Vecchi, R. (2004). *Periferia/periférico*. Em S. Albertazzi, & R. Vecchi, *Abecedario postcoloniale I-II*. Roma: Quodilibet.
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal*, 31, 244-248. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000
- Vieira, L. (1995). *Fiz-me Poeta*. *International Dimensions of Black Women's Writing*. Nova York: NYU Press.
- Vigotski, L. (1999). *Psicoklogia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. (2004). *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. (1999). *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vilar, F. (2019). Migrações e periferias: o levante do slam. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 1-13.
- Vygotsky, L. S. (1996). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Walker, A. (2009). *A cor púrpura*. São Paulo: José Olympio.
- Werneck, J. P. (2007). *O Samba segundo as Ialodês: Mulheres negras e a cultura midiática*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.
- Weschenfelder, V. I., & Fabris, E. T. (2019). Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. *Estudos Feministas*, 27(3), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n354025>
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.

8 Apêndice

8.1 Apêndice 1 – Guia de entrevista semiestruturada

Perguntas de aquecimento⁵: Como o convite chegou, falar um pouco de si, falar um pouco da pesquisa, o que penso do processo de pesquisa.

Eixo 1: Relação com a escrita

1. O que a escrita representa pra você?
2. Como é ser uma mulher negra que escreve?
3. Sobre o que você mais gosta de escrever? Ou mais sente necessidade?
4. Quais os meios de expressão e divulgação do seu trabalho? Eles se alteraram durante a pandemia? (mencionar a virtualidade)
5. Você possui outros meios artísticos de expressão? Se sim, quais?

Eixo 2: Relação com o território que vive

1. O território aparece na sua escrita? Se sim, como?
2. Como ser moradora deste bairro atravessa o seu lugar de escritora?
3. Como você descreveria sua relação com o bairro que mora?
4. Como é ser uma mulher negra habitando este bairro?
5. Que lugares mais costuma ocupar e quais não consegue/gosta?

Eixo 3: Pandemia de COVID-19

1. Como a pandemia afetou sua relação com o território?
2. Como a pandemia afetou seu processo de escrita?

Perguntas de fechamento: algo que queira comentar ou sugerir, indicação de outras mulheres.

⁵ Outras perguntas, além das estabelecidas previamente surgiram no decorrer da entrevista, em acordo com os conteúdos evocados pelas participantes.